

Anais do IV Colóquio Nacional de Direitos Humanos

direitos humanos desenvolvimento

Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo

**ANAIS IV COLÓQUIO NACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS:
Direitos Humanos e Desenvolvimento**

Passo Fundo

IFIBE

2011

© Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)

Promoção

Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)

Os Anais foram produzidos no âmbito do projeto Mesa de Diálogos sobre Direitos Humanos (Convênio nº 723011/2009 SRJ/MJ)

Apoio

Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça

Editoração

Edição: Editora IFIBE

Coordenação Editorial: Márcia Carbonari

Capa e Projeto gráfico: Diego Ecker

Diagramação: Rafael Hoffmann e Wanduir Sausen

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Pedidos para:

Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)

Rua Senador Pinheiro, 350 – Condomínio EFITEO

99070-220 – PASSO FUNDO – RS

E-mail: cdhpf@cdhpf.org.br – Fone: 54 3313-2305

CIP – Catalogação na Publicação

C719a Colóquio Nacional de Direitos Humanos (4. : 2010 abr.12-16 :
Passo Fundo, RS)
Anais do IV Colóquio Nacional de Direitos Humanos :
direitos humanos e desenvolvimento / Comissão de Direitos
Humanos de Passo Fundo. – Passo Fundo: IFIBE, 2010.
Dados eletrônicos.

Arquivo em pdf.
ISBN: 978-85-99184-77-6

1. Direitos Humanos. I. Comissão de Direitos Humanos de
Passo Fundo. II. Título.

CDU : 342.7

Catalogação: Bibliotecária Lidiane Corrêa Souza – CRB 10/1721

2011

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.
Instituto Superior de Filosofia Berthier - IFIBE

APRESENTAÇÃO

O Colóquio Nacional de Direitos Humanos já tem uma trajetória consolidada como espaço aberto, plural e amplo de reflexão sobre concepção, fundamentação e realização dos direitos humanos. É momento de fortalecimento de parcerias e de ampliação do envolvimento de diversos agentes sociais, políticos, culturais e educacionais a fim de qualificar a atuação em direitos humanos.

O Primeiro Colóquio, realizado em 2004, teve temáticas gerais; o Segundo, realizado em 2006, também teve temáticas gerais; o Terceiro, realizado em 2008, concentrou temáticas de educação em direitos humanos. Entre suas marcas estão: a) pautar temáticas de direitos humanos; b) privilegiar público que está na formação inicial (graduandos de diversas áreas de conhecimento); c) contar com a presença de convidados de renome; d) ter uma modalidade de organização que inclui conferência de abertura, painéis, minicursos e comunicações; e) articular diversas instituições que, junto com a Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo são responsáveis pela organização.

O IV Colóquio Nacional de Direitos Humanos terá como tema Direitos Humanos e Desenvolvimento. A temática se justifica dado que o direito ao desenvolvimento é considerado um dos direitos humanos, conforme a Declaração Mundial sobre o Direito ao Desenvolvimento (ONU, 1986) e o Programa de Ação da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993) declarou que há es-

treita relação entre direitos humanos e desenvolvimento (e também democracia). No final do ano passado com a publicação do novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que dá um passo na implementação de políticas públicas de direitos humanos, também está claro o compromisso com a garantia do desenvolvimento como direito humano. O IV Colóquio também toma em conta a conjuntura que marca um momento importante da história brasileira na qual está na agenda o debate sobre o tipo de desenvolvimento que se pretende para o Brasil nos próximos anos.

O evento é especialmente destinado a estudantes de graduação e de pós-graduação de várias áreas do conhecimento, professores do ensino superior e da educação básica, profissionais de diversas áreas, lideranças de movimentos e organizações populares e público interessado no tema e nos debates propostos pelo evento. O evento é aberto à participação de todos os interessados, sendo que são convidados a fazer inscrições os interessados em certificação.

O Colóquio foi realizado na semana de 12 a 16 de abril de 2010 no Centro de Eventos Notre Dame (entrada pela Rua Moron) em Passo Fundo, RS.

Os Anais tem por finalidade registrar o evento realizado e sistematizar o conjunto de atividades, reflexões, apresentações, debates e contribuições dos convidados e participantes.

PROMOÇÃO

Promoção:

Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPPF)

Co-Promoção:

Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE)

Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo (ITEPA)

Faculdade Meridional (IMED)

Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo (FAED/UPF)

Faculdade de Comunicação da Universidade de Passo Fundo (FAC/UPF)

Programas de Pós-Graduação em Educação, História, Engenharia da Universidade de Passo Fundo

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFSul)

Escolas Notre Dame

Apoio:

Secretaria da Reforma do Judiciário – Ministério da Justiça

Centro de Apoio Operacional em Direitos Humanos do Ministério Público Estadual (RS)

Prefeitura Municipal de Passo Fundo

OBJETIVOS

Geral

Debater de forma ampla, aberta e plural sobre desenvolvimento e direitos humanos a fim de sensibilizar estudantes, professores e agentes sociais para o compromisso cotidiano com a promoção dos direitos humanos.

Específicos

- Reunir especialistas e pesquisadores em direitos humanos para refletir sobre os fundamentos, as estratégias e as dinâmicas sócio-políticas para a garantia do direito humano ao desenvolvimento;
- Oferecer espaço de qualificação para subsidiar o desenvolvimento de práticas sociais, políticas e educativas pautadas pelos direitos humanos;
- Oportunizar o conhecimento e a divulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e dos compromissos internacionais do Brasil com o direito humano ao desenvolvimento;
- Refletir sobre os caminhos para a ampliação do acesso à justiça como mediação fundamental para a realização dos direitos humanos;
- Fazer o lançamento do Projeto Mesas de Diálogo entre Ministério Público Estadual (RS) e Movimentos Sociais.

COMUNICAÇÕES

Terça-Feira 13/04/2010

Direitos Humanos e Hermenêutica: a solidariedade como pressuposto básico	Raimundo José Barros Cruz
Direitos Humanos, alteridade e desenvolvimento na era do descartável	José André da Costa
A relação como efetivação dos direitos humanos	Sandro Adams
Contribuição da teoria habermasiana do agir comunicativo aos direitos humanos	Dana Gabriele Hannecker
A importância do Diálogo	Gabriela Vicentin
Agricultura familiar e o direito humano ao desenvolvimento	Cledir Assisio Magri
Capital social e direitos humanos	Neri Pies

Quarta-feira 14/04/2010

Justiça ambiental e direitos humanos: interconexões na atual sociedade de risco	Joice G. Nielsson e Daniel R. Cenci
Projeto mutirão pela inclusão digital: um espaço para refletir sobre a inclusão social e cidadania	Suelen O. de Souza e Tamires T. Malacarne
A construção de uma escola na perspectiva da educação para os direitos humanos	Elisa Mainardi e Eldon H. Muhl
Esfacelamento das relações interpessoais: o sujeito e o desenvolvimento do capitalismo	Samuel S. Sivestrin
A tradição do <i>sabbath</i> como contribuição ao desenvolvimento humano	Joice G. Nielsson e Natanael Mucker
Projeto educação e cidadania: um canal de televisão envolvido com o exercício da cidadania	Cleusa E. Raiher, Alessandra de Camargo, Fernanda Roman e Paula M. Maria

Quinta-feira 15/04/2010

Projeto de acolhimento pessoas e famílias que vivenciam o desemprego e o não trabalho no município de Passo Fundo	Emanuele de F. Borges e Marina P. Lazaretto
Direito à Saúde: paradoxos e perspectivas a partir da produção de alimentos no meio rural	Gilnei da Rosa, Marcos A. M. Madaloz e Claudionei V. Cassol
Patrimônio e ressocialização	Greice B. Rampanelli
Informações e capacitações aos agentes sociais envolvidos no Programa Bolsa Família	Márcia N. Piovesana
Pluralismo religioso, multiculturalismo e direitos humanos	Ésio Francisco Salvetti
Acompanhamento às famílias beneficiárias do Programa de Transferência Direta de Renda Bolsa Família, do Município de Chapada, que apresentam descumprimento de condicionalidade na educação	Iandra R. Fucks e Lenice U. Muhl
Inclusão digital na terceira idade: construindo significados	Andréa S. S. Costa e Eliana Dalagasperina

Sexta-feira 16/04/2010

Por uma construção legítima e efetiva da participação popular: análise dos mecanismos da Constituição Brasileira de 1988	Thiago R. Rafagnin, Aline Iribarrem, Ariane Dias, Bruna Alt, Carolina Braga, Manuela S. Costa
Projeto de intervenção: capacitando os conselheiros municipais do Conselho Municipal de Assistência Social de Ronda Alta	Joseana A. dos Santos
Conferências Municipais de Assistência Social: canais de participação?	Cristina Fioreze e Eliana Dalagasperina
Direito à cidade: o desafio de viabilizar a participação popular em Passo Fundo	Graciela Fiad
Democracia, participação e Direitos Humanos	Leandro Andrighetti
Participação da mulher na sociedade: crítica de Beauvoir a Rousseau	Nara A. Peruzzo
Direito à saúde: da ineficácia normativa ao abandono no cidadão	Bruno Rodrigues, Clarice Ávila, Muriel Leal, Thais Miranda, Sayonara Porto e Simone Specht

Projeto Educação e Cidadania: um canal de televisão envolvido com o exercício da cidadania

Cleusa Eliane Raiher
<cleusasoares@upf.br>
Alessandra de Camargo
<acamargo@upf.br>
Fernanda Roman
Paula Mrus Maria
Autoria

Cristina Fioreze
Clenir Moretto
Henrique Fonseca
Taís Rizzotto
Co-autoria

Resumo: A presente comunicação apresenta o projeto Educação e Cidadania, que consiste em uma parceria da UPFTV, com o curso de Serviço Social da Universidade de Passo Fundo (UPF), a qual está exposta no diagnóstico social, publicado no livro *Educação e Cidadania um olhar para comunidades em situação de vulnerabilidade social de Passo Fundo*. Este apresenta as principais problemáticas de oito bairros, vilas e loteamentos de Passo Fundo. Tendo como temáticas: Saúde, saneamento e meio ambiente, habitação, transporte coletivo, segurança pública, trabalho, educação, lazer e desenvolvimento econômico. A principal proposta do projeto é implementar ações socioeducativas nas comunidades dos bairros de Passo Fundo, visando a construção de conhecimento sobre a realidade, suas problemáticas e possibilidades de enfrentamento, contribuindo assim com a instrumentalização da cidadania. Trata-se, portanto, da perspectiva de construir o acesso a informação como meio para o exercício da cidadania, respeitando as prerrogativas da Política Nacional de Assistência Social, a qual prevê a realização de ações de caráter preventivo, acompanhadas de diagnóstico prévio para a identificação das problemáticas que precisam ser trabalhadas. Como ponto de partida das ações, tem-se a compreensão de que: A cidade é o local sobre o qual as pessoas vivem a vida, onde constroem suas relações e seus afetos. É na cidade onde acontecem os processos de construção das identidades e, conseqüentemente, da construção de cidadãos. As cidades devem ser entendidas a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dela se utilizam. Então, pensar a cidade enquanto território significa decifrá-la a partir dos movimentos que as pessoas estabelecem dentro dela, da forma como organizam suas vidas, como criam estratégias de sobrevivência, como se relacionam com os serviços sociais básicos. E isso também significa identificar como vivem os sujeitos segregados dos centros urbanos, isto é, identificar as formas como os processos de exclusão acontecem nas vidas dessas pessoas. A partir destes preceitos e do diagnóstico, é que foram implementadas as ações, que estão sendo executadas nos oito bairros, vilas e loteamentos de Passo Fundo que se encontram em maior vulnerabilidade social. Entre elas, a produção e a veiculação de interprogramas (programas de no máximo dois minutos), apresentados nos intervalos da programação local da UPFTV, onde é apresentado as entidades sociais de Passo Fundo, onde fica; como funciona e qual público atende. Também ações, como cursos de qualificação para o mercado de trabalho, em parceria com demais cursos da UPF, plantio de árvores, entre outras.

Palavras-chave: Serviço Social. Diagnóstico Social. Informação. Vulnerabilidade Social.

I. Contextualização do Projeto Educação e Cidadania – UPFTV

A presente comunicação apresenta uma experiência interventiva que articula Serviço Social e um canal de televisão por meio do projeto de extensão universitária Educação e Cidadania, abordando seus objetivos, a forma como foi construído, suas ações e intervenções com a comunidade, as parcerias que foram estabelecidas, norteando-se através de um diagnóstico social, que está baseado na Política Nacional de Assistência Social.

A Universidade de Passo Fundo (UPF), situada no estado do Rio Grande do Sul, é uma instituição comunitária, caracterizando-se como entidade beneficente de assistência social. O Projeto Educação e Cidadania é um dos projetos de assistência social realizado pela Universidade tendo sua origem na UPFTV, canal de televisão da UPF, que se destaca pela perspectiva de veicular uma programação voltada para o compromisso com a cidadania, possibilitando, assim, proporcionar visibilidade às realidades sociais, econômicas, políticas e culturais de bairros, vilas e instituições do município de Passo Fundo.

O Projeto Educação e Cidadania surgiu dentro da UPFTV para articular a televisão e as comunidades dos bairros, loteamentos e vilas que se encontram em situação de vulnerabilidade social no município de Passo Fundo, baseando-se na implementação de ações socioeducativas nas comunidades, visando à construção de conhecimentos sobre a realidade, suas problemáticas, possibilidades de enfrentamento e, também, salientar suas potencialidades, contribuindo assim com a instrumentalização da cidadania. Para o desenvolvimento deste projeto a UPFTV conta com a parceria do Curso de Serviço Social. Pode-se afirmar que para o Serviço Social, trabalhar com um meio de comunicação é uma realidade pouco explorada, o que faz deste projeto um desafio para os profissionais envolvidos, uma vez que toda metodologia é construída coletivamente, com contribuições do Serviço Social e do Jornalismo.

Através da participação social, podemos descobrir nossas possibilidades e demandas, assim como as estratégias de enfrentá-las

coletivamente. A natureza sociável do homem conduz à convivência com seus pares, formando associações estáveis. Então a partir dessa interação, resultará a atuação do “ser político”, membro de uma cidade, garantindo assim direitos e assumindo deveres. Esse foi o ponto de partida, para que ações sociais fossem planejadas e viessem de encontro das necessidades as quais foram levantadas através do diagnóstico social, que deu início ao projeto Educação e Cidadania.

Como ponto de partida para o desenvolvimento do projeto tem-se a compreensão de que um canal de televisão é um bem público, sua concessão é dada pelo Ministério das Comunicações e sua programação deve ter como foco a coletividade e os interesses da comunicação e sua programação deve ter como foco a coletividade e os interesses da sociedade. Atualmente, observa-se que a leitura que os sujeitos fazem do mundo é mediada principalmente pela televisão. Conforme Guareschi e Biz (2005), um fato existe ou não quando é posto na mídia e, portanto suas informações estão sendo selecionadas, isso faz com que algumas informações sejam veiculadas (p.14). Entende-se desta forma que a comunicação é realmente um direito e que deve estar disponível a todos, pois ela interfere na construção de uma sociedade e efetiva a promoção de direitos.

Diante disso, percebe-se a necessidade e a importância de utilizar o meio televisivo de modo a dar visibilidade à comunidade local, proporcionando o reconhecimento e participação política dos indivíduos, tendo em vista que, conforme Boschetti:

A democratização da comunicação e socialização da informação são princípios inerentes ao Código de Ética do Assistente Social e se colocam como meios fundamentais na mediação cotidiana para acesso aos direitos (SALES; RUIZ apud BOSCHETTI, 2009, p. 23).

Deste modo e considerando as prerrogativas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004, o projeto estabeleceu um convênio com a União das Associações de Moradores de Passo Fundo (UAMPAF), a partir do qual se colocou como

necessária a priorização de ações a partir da compreensão das diferentes realidades dos bairros e vilas do município.

Para que fosse possível compreender as realidades vivenciadas nas oito comunidades, foi realizado um diagnóstico comunitário. A proposta de realização desse diagnóstico nas áreas em situação de vulnerabilidade e risco social do município teve como intuito utilizar a TV como uma ferramenta para a compreensão e leitura de realidades socio-comunitárias de Passo Fundo, seguindo as orientações da PNAS (Política Nacional de Assistência Social), que tem como seu eixo estruturante a descentralização político-administrativa e territorialização, a partir do que se reconhece que o espaço onde os sujeitos vivem e se movimentam é determinante na construção da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua composição.

2. O diagnóstico social

O Diagnóstico é um instrumento indicado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como fundamental na compreensão das realidades as quais temos a pretensão de realizar projetos sociais. Nesse sentido, o desenvolvimento do projeto foi focado em construir parâmetros de leitura de realidade que contemplassem as percepções, as aproximações possíveis na compreensão das realidades, dos modos de vida e das problemáticas presentes. Assim, optou-se pela realização de um estudo exploratório que traduzisse com simplicidade elementos que dizem respeito às trajetórias das comunidades, bem como aos modos como se compreende o acesso a políticas sociais tais como a saúde, a educação, a segurança pública, o transporte coletivo, a habitação, o saneamento e o meio ambiente, o lazer, o desenvolvimento e o trabalho.

Para definir as comunidades que seriam trabalhadas pelo projeto, realizou-se um levantamento de dados junto a equipamentos sociais das comunidades dos municípios de Passo Fundo. A partir disso, as informações

levantadas foram estudadas, para que assim fossem definidas quais seriam os oito bairros, vilas e loteamentos que seriam visitados pela equipe do Projeto Educação e Cidadania.

Os critérios utilizados para a escolha das comunidades tiveram como referência a priorização de locais com maior pobreza e concentração de população em situação de vulnerabilidade e risco social. O que resultou na escolha dos seguintes bairros, loteamentos e vilas de Passo Fundo: Bairro José Alexandre Záchia, Loteamento Manoel Corralo, Loteamento Professor Shisler, Loteamento Jaboticabal, Loteamento Alvorada, Vila Entre Rios, Vila Donária, Vila Bom Jesus.

A partir da discussão metodológica sobre como fazer o estudo das comunidades, foram definidas as principais etapas do diagnóstico, que foram:

1ª Etapa – Sensibilização dos líderes comunitários representantes dos oito bairros, vilas e loteamentos sobre a finalidade do projeto e do diagnóstico participativo comunitário. A partir do consentimento dos líderes é que se deu início à discussão metodológica sobre a coleta de dados. Partindo de discussões com as lideranças, optou-se por subdividir a coleta em dois momentos: primeiramente o contato individual com profissionais dos equipamentos sociais e lideranças das comunidades e, num segundo momento, os debates coletivos nos bairros, loteamentos e vilas, com a participação da comunidade, sob a forma de programas televisivos.

2ª Etapa – Para o primeiro momento de coleta de dados foi elaborado um instrumento que buscou trabalhar impressões e aproximações dos profissionais, líderes e moradores mais antigos. A partir das entrevistas realizadas no primeiro momento, a equipe se reuniu sistematicamente no intuito de fazer uma tabulação simples dos dados, utilizando-se da leitura flutuante e da sistematização das respostas em blocos.

3ª Etapa – Considerando ser o projeto vinculado a uma emissora de televisão de caráter educativo, avaliou-se como pertinente a gravação de programas, sob a forma de debates realizados nas comunidades. Partindo dessa compreensão, construiu-se um crono-

grama de visitação e gravação dos programas com a presença dos líderes comunitários, os quais foram fundamentais no apoio à realização das demais visitas às comunidades e na viabilização das gravações. A partir disso, foram definidas estratégias de divulgação e chamamento das comunidades, contando com o apoio dos equipamentos sociais. As gravações iniciaram em setembro de 2006 e foram concluídas em março de 2007.

4ª Etapa – Quanto à dinâmica de trabalho das gravações dos programas, salienta-se que a equipe trabalhou a partir dos seguintes pressupostos: incentivo à mobilização comunitária, moradores e líderes como participantes na organização do espaço físico; apesar das dificuldades com as câmeras priorizou-se o trabalho em círculo, propiciando o diálogo; incentivo à liberdade de expressão; não julgamento moral de opiniões; incentivo à identificação das problemáticas bem como o incentivo à busca por soluções no seu enfrentamento. Os debates foram mediados por uma das repórteres da emissora, a partir de um roteiro de questões, e, sempre que necessários mediados também pela participação das assistentes sociais professoras do curso de Serviço Social. O local das gravações foi definido pelas lideranças em conjunto com a equipe do projeto. A média de duração dos debates foi de duas horas e contou com a participação de lideranças, profissionais vinculados aos equipamentos sociais e comunidade em geral. Os programas foram editados e formatados com tempo médio de quarenta minutos, e incluídos na programação do canal da UPFTV.

5ª Etapa – Concluído o processo de coleta de dados, os programas televisivos oriundos dos debates coletivos constituíram-se na principal fonte de dados, o que levou a equipe a optar pela transcrição literal das falas dos moradores das comunidades.

6ª Etapa – Para a análise dos dados a equipe compreendeu a importância da utilização de métodos compatíveis com o tempo necessário à concretização do estudo, como também a riqueza de conteúdo das falas dos moradores. Também se constatou que seriam priorizadas as análises em torno do material coletado de forma coletiva, acrescido de depoimentos e relatos dos morado-

res e da observação participante da equipe. Foi objeto de preocupação metodológica a criação de um corpo teórico-conceitual que pudesse valorizar tanto o processo de construção do diagnóstico quanto os dados levantados através da observação participante. Tais procedimentos pautaram-se na composição de técnicas de tratamento qualitativo dos dados coletados.

7ª Etapa – Considerações sobre o processo de análise dos dados: os documentos que constituíram corpo de análise foram, principalmente, aqueles produzidos a partir dos encontros coletivos, representados na forma de transcrições literais dos programas televisivos. Outros instrumentos aplicados na primeira etapa, bem como dados oriundos da observação participante, constituíram parte complementar do processo. E por final, destaca-se a compreensão de que as falas proferidas pelos moradores, líderes e demais sujeitos envolvidos na coleta de dados constituem-se possibilidades de protagonismo na transformação daquelas realidades. A partir dessa compreensão, deu-se início à primeira fase de exploração textual, a qual compreendeu a escolha das fontes, a organização textual, a elaboração de quadros de análise que oportunizassem o espaço da discussão conceitual ao lado dos dados coletados. A seguir, foi realizada a análise temática do conteúdo, focalizando, a partir de cada tema, percepções, expectativas e argumentos utilizados.

A etapa atual do Projeto Educação e Cidadania está pautada em ações a partir dos dados coletados no diagnóstico.

Assim, é sobre as ações e os procedimentos desta etapa que será tratado a seguir.

3. O Projeto Educação e Cidadania e suas ações no biênio 2008-2009: resultado do diagnóstico comunitário

O Projeto Educação e Cidadania da UPFTV realizou diversas atividades no biênio 2008-2009, visando responder as demandas identificadas no diagnóstico. Uma das primeiras ações desenvolvidas no Projeto Educação e

Cidadania referem-se ao lançamento do livro *Educação e Cidadania: um olhar para as comunidades em situação de vulnerabilidade social*, contendo o diagnóstico social das oito comunidades trabalhadas no projeto. O lançamento do diagnóstico aconteceu em novembro de 2008 na Câmara de Vereadores de Passo Fundo.

Posteriormente, aconteceu a publicação do diagnóstico junto à comunidade passo-fundense e junto aos bairros envolvidos, promovendo debates com a população acerca das perspectivas de vida das comunidades.

No decorrer de 2009, iniciou-se o processo de desenvolvimento de reuniões com o poder público municipal, buscando divulgar o diagnóstico e instrumentalizá-los acerca das realidades encontradas nos oito bairros, vilas e loteamentos. Todo esse movimento visou estabelecer parcerias para o desenvolvimento de novas ações que atendessem as demandas apresentadas no diagnóstico. Junto à comunidade, o diagnóstico foi apresentado na forma de programas, seguido de debates dos mesmos.

O projeto realizou também atividades relacionadas à continuidade do processo de elaboração de um plano de intervenções prioritárias junto ao poder público, sociedade civil, conselhos municipais e Universidade de Passo Fundo a partir dos dados do diagnóstico.

Muitas idéias vindas dos integrantes passaram a realidade do Projeto Educação e Cidadania. Foram pensadas maneiras de estar articulando outros projetos de extensão. Primeiramente, aconteceram reuniões de planejamento com alguns projetos de extensão da Universidade, com destaque para a parceria com os projetos Pró Saúde II e PET Saúde.

Devido ao fato do Projeto Educação e Cidadania estar no contexto de um canal de televisão, produção de programas televisivos, entrevistas e documentários ocuparam lugar de destaque no Projeto. Foram momentos onde se puderam apresentar as ações até então desenvolvidas, e assim dar visibilidade ao Projeto Educação e Cidadania à comunidade em geral.

Visando atender a uma demanda do diagnóstico, foi realizada em maio de 2009 uma ação envolvendo a parceria da Escola Municipal de Educação Infantil Geny Araújo Rebequi, que trabalha com crianças de 03 meses a seis anos. A direção, professores e comunidade escolar estiveram envolvidos nesta ação. Professores trabalharam na escola com as crianças enfatizando o cuidado com o meio ambiente. Este processo pedagógico deu-se por meio de confecção de cartazes, contação de histórias infantis com a temática meio ambiente e conscientização das crianças com o cuidado com os animais e com a separação correta do lixo. O Projeto Educação e Cidadania contou também com o apoio da Associação de Moradores, da Secretaria do Meio Ambiente e de professores e alunos dos cursos de Serviço Social, Biologia e Engenharia Ambiental, os quais auxiliaram no plantio correto dos tipos de árvores, bem como na realização de uma palestra junto a escola sobre a separação correta do lixo. O SESI, também foi um apoiador desta ação, levando professores de Educação Física, para fazer um "aquecimento" antes do plantio das árvores. Foram realizados exercícios físicos, durante trinta minutos.

Também no decorrer de 2009, foram produzidos, programates (inter-programas), que estão sendo veiculados na UPFTV e Rádio 99UPF.

Os quais tiveram como objetivo apresentar as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, visando mostrar em menos de dois minutos o papel de cada entidade, as atividades desenvolvidas, que serviços prestavam à comunidade, quantas pessoas faziam parte das entidades e quantas pessoas eram atendidas. Enfim esse trabalho teve o intuito de fortalecer a rede sócio-assistencial de Passo Fundo, permitindo que a comunidade em geral pudesse conhecer as entidades ligadas à Política de Assistência Social existentes no município de Passo Fundo.

Outra ação que marcou o ano de 2009 foi a proposta elaborada para atender a Vila Bom Jesus e demais bairros, vila e loteamentos, no quesito qualificação profissional. O Ministério do Trabalho e Emprego (2007) vem dizer que

[...] a qualificação social e profissional é aquela ação de educação profissional (formação inicial e continuada) de caráter incluyente e não compensatório, que contribui fortemente para a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho.

Então com base no conceito anterior, foi desenvolvido um curso de qualificação profissional na área da Construção Civil, onde foram realizadas aulas teórico-práticos. Este curso teve por parceiros, além do Projeto Educação e Cidadania que permitiu que essa ação fosse realizada, a Organização Não-Governamental (ONG) Moradia e Cidadania, criada pelos empregados da Caixa Econômica Federal e o Escritório Escola do Curso de Engenharia Civil da Universidade de Passo Fundo, que disponibilizou estrutura física, materiais necessários e profissionais da área para a instrução do curso. No decorrer deste curso e devido a algumas publicações em jornais da cidade divulgando a ação, construtoras locais buscaram conhecer e acompanhar o curso para assim posteriormente estar absorvendo a mão-de-obra qualificada, principalmente das mulheres, que desenvolvem um trabalho mais detalhista.

Outro fato que fez e faz parte do Projeto relacionam-se as reportagens acerca dos eventos e acontecimentos nas oito comunidades atendidas. E também a participação do Educação e Cidadania nas reuniões mensais e extraordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social, sempre interagindo na forma de apresentação dos programetes às instituições ali presentes ou na organização de outros eventos.

Em julho de 2009, outro fato marcante para o Projeto Educação e Cidadania foi a realização das pré-conferências. O Projeto Educação e Cidadania atendeu quatro comunidades, entre elas: Bairro Záchia, Loteamento Manoel Corralo, Vila Entre Rios e Vila Donária. Mas o que foram essas pré-conferências? Devido ao fato da realização da Conferência Municipal de Assistência Social, no município de Passo Fundo, que tinha como tema a participação e controle no SUAS, e conforme o que diz a carta do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ao Usuário da Assistência Social (2009, p. 01)

[...] a participação dos usuários é sempre importante, e nessa, devido ao tema, a sua participação é fundamental. Por isso, não deixe de participar para defender seus direitos, apresentar as necessidades relacionadas à política de assistência social, que existem na comunidade em que você vive e luta por uma vida mais digna para você e sua família.

Então, partindo desse viés, o Conselho Municipal de Assistência Social juntamente com as demais entidades afins decidiram que seria de extrema importância capacitar o usuário, ou seja, oportunizar um momento nas comunidades onde pudessem explicar como funciona a Política Nacional de Assistência Social, suas diretrizes de uma maneira simples e de fácil entendimento, incentivando os usuários da política a participar do momento da conferência. MARTINS et. al. (p. 03) diz que:

A forma de gestão no sistema descentralizado e participativo, permeado pelo exercício do controle social, têm como espaços de efetivação dessa participação as Conferências cujas responsabilidades são, entre outras, a de avaliar a gestão e definir novas diretrizes [...].

As decisões tomadas numa conferência são muito amplas, por isso a importância de capacitar os usuários nas Pré-conferências, para que eles cheguem à Conferência Municipal sabendo um pouquinho mais da política, podendo assim interagir nas decisões, através da voz e voto. E não só para a Conferência, mas possibilitar que o usuário da Assistência Social tenha conhecimentos e clareza a cerca da Política Nacional de Assistência Social para o seu dia a dia.

4. Educação e cidadania: atividades desenvolvidas com a equipe profissional envolvida

Levando em conta que o Projeto Educação e Cidadania atende pessoas em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes com vínculos, familiares e sociais fragilizados. Também visando o reconhecimento e a

identificação dos mecanismos e ações relacionados à implantação da política de assistência social no município em suas diferentes instâncias (poder público, sociedade civil organizada e comunidades) foi identificada a importância de estar criando momentos de capacitação para a equipe de profissionais da UPFTV.

O Projeto Educação e Cidadania têm sua equipe composta por profissionais e estagiários da área do Serviço Social e também da área da comunicação como jornalistas, repórteres e cinegrafistas. Foram realizadas capacitações com o intuito de trabalhar a questão da sensibilização em relação ao olhar do profissional para com os sujeitos moradores das vilas, bairros e loteamentos. Estes momentos foram considerados uma tarefa fundamental para que a reflexão a cerca das diferentes percepções surgissem, permitindo assim, que se estabelecessem uma forma de atender o sujeito na sua totalidade, sem exclusões, visto que o projeto, pautado na Declaração dos Direitos Humanos e Código de Ética Profissional, prevêem a garantia de direitos e o respeito para com as pessoas.

As capacitações são consideradas de extrema importância visto que é o espaço onde se podem esclarecer dúvidas, quebrarem preconceitos, pensar novas ações para responder as demandas do diagnóstico.

Finalizando e refletindo a cerca do trabalho desenvolvido no Projeto Educação e Cidadania através da parceria entre a comunicação e Serviço Social é possível visualizarmos a democratização e socialização das informações, visto que estas são princípios inerentes do Código de Ética do Assistente Social.

Referências bibliográficas

MORETTO, Clenir; FIOREZE, Cristina; FONSECA, Henrique. *Educação e cidadania: um olhar para comunidades em situação de vulnerabilidade social de Passo Fundo*. Passo Fundo: Editora UPF, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. *Mídia e democracia*. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

SALES, Mione A.; RUIZ, Jeferson L. Souza (Orgs.). *Mídia, questão social e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Maria L. P.; SCHIBELSKY, Simoni M.; PAULILO, Maria Â. S.; RIZZOTTI, Maria L. A. *O exercício da participação popular e o controle social: um estudo a partir das pré-conferências municipais de assistência social de Londrina*. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/marialucimar.pdf>>

CNAS. Conselho Nacional de Assistência Social. *Carta aos usuários da Política de Assistência Social*. Disponível em: <<http://www.congemas.org.br/participacao/dousuarioconferencia.pdf>>

DIEESE. *Anuário da qualificação social e profissional*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo, 2007.

Inclusão digital na terceira idade: construindo significados

Andrea Salete Somenzi Costa
<andrea.somenzicosta@gmail.com>
Eliana Dalagasperina
Autoria

Resumo: A Política de Assistência Social prevê como usuário de seu atendimento os idosos, devido a sua situação de exclusão social em função do ciclo de vida em que se encontram, ou seja, do envelhecimento. O Projeto "Mutirão pela Inclusão Digital" do Curso de Ciência da Computação, da Universidade de Passo Fundo, é um projeto de assistência social que também atende este segmento, oferecendo aos idosos oficinas de informática e cidadania. Esta atividade nos faz perceber o quanto é imprescindível incluir digitalmente os idosos, visto que, esta inserção pode operar como uma ferramenta de transformação social, melhorando sua auto-estima, pois sentem-se pertencentes à sociedade, realmente participativos. Surge então, como proposta de intervenção, decorrente da disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social, a idéia de utilizar o espaço das oficinas para oportunizar momentos de reflexão com os idosos a cerca do espaço que ocupam na sociedade e também sobre a inclusão digital. Objetivamos com este trabalho, contribuir para que os idosos possam olhar criticamente para todas as mudanças que vem ocorrendo no mundo e pensar que eles podem fazer parte disso tudo. O Serviço Social tem sua importância neste processo, pois atuará no sentido de ampliar a participação do idoso na sociedade, buscando espaços onde sejam valorizados, respeitados, proporcionando a eles a consciência de que é a inclusão digital que possibilitar-lhes qualificar vínculos sociais e familiares.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Terceira Idade. Sociedade. Participação.

I. Projeto Mutirão pela Inclusão Digital e o curso de Serviço Social

O Projeto Mutirão pela Inclusão Digital é um projeto de extensão da Universidade de Passo Fundo que possui como objetivo à *promoção da inclusão social através da inclusão digital, oferecendo oficinas de informática e cidadania às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social na cidade de Passo Fundo, com vistas à apropriação das novas tecnologias, como computador, internet, buscando também o exercício da cidadania, ou seja, a real inserção e participação dos sujeitos na sociedade.*

O curso de Serviço Social está inserido no Projeto Mutirão pela Inclusão Digital desde

o primeiro semestre de 2009, visando contribuir com o trabalho desenvolvido junto ao público de atendimento da política de assistência social, sendo este constituído por crianças, adolescentes e idosos. Observamos que os usuários do grupo em questão apresentam situações de risco e vulnerabilidades diversas, mas constantes no *hall* daquelas apresentadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cul-

tural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 27).

Os grupos de usuários atendidos chegam até o Mutirão a partir de uma parceria estabelecida entre a Universidade de Passo Fundo e as instituições públicas do município interessadas em trabalhar com inclusão digital. As crianças que participam das oficinas são oriundas de escolas do município, localizadas em bairros que apresentam diversas vulnerabilidades. Já com relação aos adolescentes atendidos, a parceria foi estabelecida com uma instituição regional de atendimento sócio-educativo. Outro grupo foi constituído pelos idosos vinculados ao Departamento de Atividades da Terceira Idade (DATI) da Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Ressaltamos que acerca de três anos este segmento participa das oficinas oferecidas pelo Mutirão pela Inclusão Digital, sendo tal parceria fortalecida a cada ano de trabalho do projeto. Os idosos constituem-se usuários da Política de Assistência Social, devido a sua situação de exclusão social em função do ciclo de vida em que se encontram, ou seja, do envelhecimento.

Mesmo que a maioria dos idosos participantes das oficinas não estejam em situação de vulnerabilidade econômica, possuem outras vulnerabilidades, entre elas vínculos fragilizados, exclusão social devido à idade, identidades estigmatizadas em função da velhice, enfim outras também decorrentes dos processos sociais dos quais participam.

As oficinas de informática e cidadania para idosos do Projeto Mutirão pela Inclusão Digital iniciaram no ano de 2007 e até o ano de 2009, cerca de cem idosos já passaram pelo projeto.

Convém destacar que as vagas para a constituição do grupo são limitadas, uma vez que a oficina é realizada no Laboratório Central de Informática em sala com capacidade de

mais ou menos 35 computadores. Assim, em média a turma é constituída 25 idosos, sendo que para o processo pedagógico desenvolvido nas oficinas é importante que cada pessoa tenha acesso ao computador, para que possa desenvolver as atividades propostas. Além disso, para o atendimento a este grupo que possui algumas particularidades como: insegurança quanto ao uso do computador, receio de causar algum dano, pouca destreza no uso do mouse, entre outras, a definição dos monitores das oficinas é de suma importância, pois exige habilidades diferenciadas das demais turmas atendidas.

2. Justificativa

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a pessoa idosa como aquela a partir de 60 anos de idade. O Estatuto do Idoso também considera esta mesma idade, porém isto não é um consenso. Alguns autores criticam essa definição e indicam que o envelhecimento inicia aos 65 anos, outros dizem que aos 70, em fim. Entretanto, entre diversos autores parece haver uma única concordância: de que é uma tarefa difícil caracterizar uma pessoa idosa apenas pela faixa etária.

Podemos perceber que é a partir do advento da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842 de 04 de Janeiro de 1994) e mais recentemente com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003) que a discussão referente aos direitos, a dignidade e a participação dos idosos passou a ganhar visibilidade na sociedade e a visão sobre o idoso passou por significativas transformações.

Conforme Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil os idosos formam um contingente de quase 15 milhões de pessoas. O aumento da população idosa também está sendo discutida intensamente, uma vez que tal situação demandará alterações nos processos sociais, imprimindo novas exigências quanto ao atendimento dessa população. Segundo o IBGE, nos próximos 20 anos, a população idosa do Brasil poderá ultrapassar

sar os 30 milhões de pessoas sendo que isto representará quase 13% da população geral ao final deste período. Isto porque, além de possuímos elevadas taxas de fecundidade e longevidade, a de ser considerado o avanço da medicina na prevenção de doenças associadas ao envelhecimento bem como a melhoria da qualidade de vida da população idosa, aumentado assim a longevidade. Cerca de 62,4% dos idosos no Brasil, em 2000 eram responsáveis pelos seus domicílios, ou seja, ocupavam um papel de destaque na organização familiar. Já com relação aos dados do Rio Grande do Sul, o IBGE apresenta que no ano de 2000, o Estado registrava aproximadamente 1.065.484 idosos.

O aumento da população idosa não é fenômeno particular do Brasil, pois vem sendo observado como questão mundial, provocando impactos nas políticas públicas, as quais tornam-se ainda mais necessárias para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de vida deste segmento populacional.

Quando as discussões enfocam a melhoria da qualidade de vida dos idosos, muito se discute a respeito da sua independência e autonomia. Porém, geralmente as atenções estão voltadas à dependência física, ou seja, do corpo no que se refere às necessidades de auxílio de outras pessoas tanto quanto à locomoção como à execução de atividades diárias. Por outro lado, não menos importante é quando falamos em autonomia social, ou seja, quando o idoso possui condições igualitárias de se relacionar com a sociedade em geral. Uma das formas de facilitar esse relacionamento seria a inclusão dos idosos no mundo digital. O computador é um meio que permite que o idoso se comunique com as pessoas.

Incluir digitalmente a população idosa é um dos objetivos do Projeto Mutirão pela Inclusão Digital, sendo um de seus desafios pensar a inclusão digital não somente como um aprendizado das técnicas, ou seja, como ligar e desligar um computador, formatar textos, acessar a internet, mas que a apropriação tecnológica possa gerar transformações significativas na vida das pessoas, nos seus cotidianos e nas suas relações sociais e familiares.

Diante das transformações contemporâneas, a velocidade com que as informações são transmitidas provoca impactos. No entanto, entendemos que esses impactos devem ser ainda maiores à geração idosa, que muitas vezes relatam um sentimento de que todos os conhecimentos, toda a sabedoria e experiência que adquiriram ao longo de suas vidas, frente às novas tecnologias, já não servem mais. “[...] o idoso passou a ser visto como sinônimo de aposentado, aposentado como sinônimo de improdutivo, improdutivo como sinônimo de não comercial, não comercial como sinônimo de descartável” (FERREIRA, 2002, p. 61).

A proposta das oficinas de informática e cidadania, realizadas pelo Projeto Mutirão pela Inclusão Digital, permite-nos pensar em estratégias para desmistificar a utilização da tecnologia, entendendo esta enquanto ferramenta para trabalhar a inclusão digital e, conseqüentemente, contribuir para a inclusão social de idosos que apresentem vínculos familiares ou sociais fragilizados, visto que a inserção digital pode operar reforçando sua auto-estima, possibilitando que se sintam pertencentes à sociedade e com reais possibilidades de participação.

Conforme o Estatuto do Idoso, no seu artigo 2º:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata esta lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (COLETANEA DE LEIS, 2005 p. 135).

Nesse sentido, a inserção do idoso em ambientes informatizados seria também uma forma de garantir, conforme preconiza o Estatuto, o aperfeiçoamento de sua saúde mental, intelectual, social e cultural. Dessa forma, observamos que por meio da participação nas oficinas são oferecidas possibilidades reais de participação, incentivando, numa época em que as inovações tecnológicas tomam conta dos espaços de socialização, que os idosos participem ativamente da sociedade.

3. Proposta de intervenção

Como proposta de intervenção, decorrente da disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social, que será executado no primeiro semestre do ano de 2010, propomos no espaço das oficinas, o desenvolvimento de momentos de reflexão juntos aos idosos, abordando temas ligados à terceira idade e a inclusão digital com o objetivo geral de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Os momentos de reflexão com os idosos serão realizados durante as oficinas de informática e cidadania onde se pretende criar um ambiente de troca de experiências e informações. Para isto serão utilizadas legislações, apresentações em Power Point, artigos, reportagens e notícias de revistas e jornais, trechos de filmes e também o acesso a sites pertinentes aos objetivos propostos. Se faz importante ressaltar, que possuímos o constante desafio de fazer a articulação entre o que se pretende trabalhar e o computador, e a internet, em fim, com os recursos tecnológicos disponíveis na oficina, afinal é esta a proposta do Mutirão. Será utilizado em torno de 50 minutos das oficinas, para a realização desta atividade, que será dividida em cinco encontros.

Um dos objetivos específicos do projeto é a realização de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, a fim de identificar qual o significado que a apropriação tecnológica tem para o fortalecimento das relações sociais dos idosos. Para isto será utilizada a técnica grupo focal, entre outras como Análise Documental, Observação Participante e Questionário Misto.

Outro objetivo específico do projeto é a implementação de ações de educação permanente com a equipe de trabalho da oficina dos idosos, a fim de possibilitar uma maior compreensão à cerca dos direitos da pessoa idosa, bem como contribuir para a melhora no atendimento as mesmas durante as oficinas. Serão realizados em torno de três encontros com a equipe.

4. Conclusões

Em meio à proliferação das tecnologias de informação e o aumento da população idosa, percebe-se a pertinência de idéias como essa. Percebe-se também que a própria população idosa vem demonstrando interesse na apropriação do mundo virtual. A internet potencializa a interação, comunicação e o acesso as informações.

A idéia do projeto de intervenção apresentado surge na medida em que também se percebe a falta de discussões sobre a Inclusão Digital pelo Serviço Social, profissão que possui como compromisso o enfrentamento as mais variadas formas de exclusão social e a responsabilidade de defender a participação das pessoas nos mais diferentes espaços.

O projeto de intervenção será desenvolvido durante todo o primeiro semestre do ano de 2010, e, portanto ainda não possui resultados e avaliações.

Referências bibliográficas

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política nacional de assistência social*. Brasília, set. de 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF; Senado, 1988.

BOTH, Agostinho [et al.] (Org.). *Os mais velhos em novos tempos*. 1. ed. Passo Fundo: Berthier, 2004.

FILHO, André B.; CASTRO, Cosette; TOME Takashi. *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão digital*. São Paulo: Paulinas, 2005.

FORMULÁRIO PROJETO EXTENSÃO. *Mutirão pela Inclusão Digital*. UPF, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de dados*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 11 set. 2009.

PORTELLA; Marilene R.; PASQUALOTTI, Adriano; GAGLIETTI, Mauro (Orgs.). *Envelhecimento humano: saberes e fazeres*. Passo Fundo: UPF, 2006.

SCHONS, Carme R.; PALMA, Lucia T. S. (Org.). *Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

TEIXEIRA, Adriano C. *Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social*. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. *A indissociabilidade entre inclusão digital e software livre na sociedade contemporânea: a experiência do mutirão pela inclusão digital*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA, VII. Portugal. 2005

TEIXEIRA, Adriano C.; BRANDÃO, Edemilson J. R. (Org.). *Tecendo caminhos em informática na educação*. Passo Fundo: UPF, v. 1, 2006.

TERRA, Newton L.; DORNELLES, Beatriz (Orgs.). *Envelhecimento bem sucedido: programa Geron*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

Conferências Municipais de Assistência Social: canais de participação?

Cristina Fioreze
<crisinaf@upf.br>
Eliana Cristina Dalagasperina
Autoria

Resumo: A comunicação apresenta reflexões sobre a realização de Conferências Municipais de Assistência Social em municípios de pequeno porte da região de Passo Fundo. Tais reflexões têm como base a participação das autoras na realização de doze Conferências Municipais ocorridas nestes municípios no ano de 2009. As Conferências Municipais são mecanismos constituídos a partir da proposta de participação cidadã contida na Constituição Federal de 1988, configurando-se como instâncias de exercício de controle da sociedade sobre o Estado. A política de assistência social vem realizando Conferências municipais, estaduais e nacionais desde 1995, tendo realizado sua sétima Conferência no ano de 2009, a qual teve como tema “Participação e Controle Social”. A temática escolhida tocou numa das grandes fragilidades da política de assistência social, qual seja, a deficiente participação da sociedade e, principalmente, dos representantes de usuários no controle da política. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Assistência Social propôs a realização de eventos preparatórios, visando mobilizar e qualificar os usuários para participação nas Conferências. A participação das autoras nas Conferências permitiu perceber que, nos municípios em que houve o investimento na preparação proposta, a participação dos usuários foi mais qualificada do que naqueles em que a preparação não ocorreu. Contudo, em todos os municípios acompanhados observou-se que a participação da sociedade foi bastante tímida em termos qualitativos, ouvindo-se, com certa frequência, falas que defendiam não haver necessidade de participação de usuários na Conferência, justificadas numa suposta incapacidade dos mesmos para tal atividade, o que revela a persistência de uma cultura assistencialista na política de assistência social. Outra constatação importante foi referente a pouca adesão dos gestores públicos quanto à participação nas discussões, ficando sua participação restrita a abertura dos trabalhos. Inclusive, em alguns municípios ouviu-se a manifestação pública de indignação de membros do conselho municipal de assistência social com relação à ausência dos gestores municipais. Finalmente, é importante destacar que, apesar de todas as dificuldades apresentadas pelos municípios na consolidação das Conferências como instâncias de efetivo exercício do controle social, percebe-se, ainda assim, o grande potencial que estes espaços guardam. Um potencial, por exemplo, reside no porte dos municípios – municípios de pequeno porte – onde há maior possibilidade de discussão sobre a organização das redes de atendimento e dos serviços ofertados. Nesse sentido observa-se que os participantes das Conferências possuem considerável conhecimento sobre as demandas sociais dos seus municípios, o que pode ser um elemento positivo quando da necessidade de definição de prioridades. Ressalva-se, contudo, que essas potencialidades só têm chance de se tornarem realidade a partir do investimento na preparação das comunidades para sua participação nas Conferências, preparação esta que passa, necessariamente, pela qualificação dos conselheiros municipais, que precisam ser os representantes legítimos dos diferentes segmentos sociais.

Palavras-chave: Controle social. Política de assistência social. Participação.

1. O exercício do controle social pelas conferências municipais

A existência das conferências de políticas públicas, importantes canais de participação da sociedade civil na esfera do Estado, se insere no bojo de uma tendência que, na atualidade, pode ser observada em escala mundial e apresenta como marca principal o estabelecimento de parcerias entre as esferas da sociedade política e da sociedade civil. De acordo com Bobbio, essa novidade diz respeito a uma ampliação do processo de democratização, caracterizada pelo crescimento do poder ascendente, ou seja, dos indivíduos enquanto cidadãos (1997, p. 55).

No Brasil, este processo de ampliação dos canais democráticos de exercício do controle social¹ tem como marco a Constituição Federal de 1988, a qual contemplou demandas por democracia participativa emanadas da sociedade civil organizada no período pós-ditadura militar.

As Conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas públicas são, portanto, consideradas canais por meio dos quais é possível exercer o controle social, constituindo-se em mecanismos capazes de contribuir no processo de democratização e de construção de uma esfera pública na sociedade brasileira. Contudo, não se pode desconsiderar que ainda persiste no país uma forte cultura política, cujas raízes estão fincadas no período colonial e está assentada no clientelismo e no patrimonialismo, para a qual a distinção entre o público e o privado é praticamente inexistente. Podemos afirmar que as Conferências de Assistência Social situam-se nessa realidade contraditória, ao mesmo tempo em que se busca construir uma cultura política renovada, se esbarra em heranças de uma cultura pouco afeita à democracia.

1 Segundo Raichelis (1998), o controle social diz respeito ao "acesso aos processos que informam as decisões no âmbito da sociedade política", permitindo a "participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e a arbitragem sobre os interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação daquelas decisões, segundo critérios pactuados" (p. 41).

Considerando esta questão ao tratar do impacto da "nova arquitetura da participação" instaurada pela Constituição Federal de 1988, Raichelis (2009) afirma:

Na política de assistência social, o impacto foi ainda mais relevante em função da sua tradição de não política, do caráter privado do assistencialismo fortemente arraigado nas práticas sociais de entidades e organizações assistenciais, mas também de governantes e representantes do poder político institucional, traduzindo a 'sociabilidade do favor' como moeda de troca das relações sociais entre dominantes e dominados. Daí o grande desafio, que permanece até hoje, de a assistência social **constituir-se como política e realizar-se como pública** (p. 13).

As Conferências municipais, estaduais e nacionais de assistência social estão previstas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993. A primeira Conferência foi realizada em 1995. Em 2007 foi realizada a VI Conferência, que teve como tema "Compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social". A VII Conferência, ocorrida em 2009, tratou da temática "Participação e Controle Social", enfocando um grande desafio na política de assistência social: a participação dos usuários no exercício do controle social.

A nossa participação como painelistas nas Conferências de 2007 e 2009 deu-se, como já apontado, em municípios de pequeno porte 1 da região de Passo Fundo, a maioria deles com características semelhantes: predominância de população vivendo na zona rural; gestor da política de assistência social (em grande parte dos municípios, a primeira-dama) na maioria das vezes sem formação ou conhecimento na área; municípios com apenas com um assistente social em seu quadro de recursos humanos, com carga horária semanal de vinte horas (para dar conta das demandas da assistência social do município, além de demandas pontuais das outras políticas e do Conselho Tutelar); recursos humanos na política de assistência social em quantidade reduzida e sem formação adequada para o trabalho a ser desenvolvido;

forte presença de relações atravessadas por trocas de favores baseadas em alianças políticas; pouca visibilidade da política de assistência social nos municípios em comparação as demais políticas sociais.

É a partir da nossa participação nas Conferências acima destacadas que teceremos as reflexões a seguir.

2. As Conferências de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social

Podemos perceber que, apesar de as Conferências de Assistência Social se constituírem como fóruns de participação há mais de uma década, com a recente Política Nacional de Assistência Social bem como a implantação nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), parecem receber destaque desta legislação, a qual reforça a necessária participação da sociedade civil no controle social. Assim, as Conferências adquirem ainda maior sentido, considerando que o SUAS consiste num sistema “[...] cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constituindo-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais” (BRASIL, 2004, p. 33); para esse sistema, a participação da sociedade como um todo e, principalmente, dos usuários – considerada um dos grandes desafios para efetivação do controle social da política de assistência social – tem papel decisivo na sua implantação e operacionalização.

A necessária participação da sociedade no acompanhamento das ações governamentais e não-governamentais na área da assistência social se constitui em uma das diretrizes apontadas no artigo 204 da Constituição Federal, isto é, a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis”. Essa relação é reforçada pelo SUAS, que aponta a participação da sociedade civil como uma ‘parceria’, além da participação no controle social, a complementação na oferta de serviços e ações de assistência social.

O que nos interessa nesse momento é perceber como as Conferências de assistência social são garantidas por esta legislação. Portanto, cabe mencionarmos que há estreita relação entre os dois espaços privilegiados de exercício dessa participação: os conselhos e as Conferências. Nesse sentido, tal legislação referencia que “as Conferências têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado” (BRASIL, 2004, p. 45).

Entretanto, mesmo sendo as Conferências apontadas como um espaço de grande relevância para que a sociedade civil participe e exerça o controle social, podemos perceber que a discussão sobre as possibilidades de constituição democrática das mesmas ainda carecem de atenção quando da abordagem dos gestores da assistência social. Isso porque é necessário discutir a eficácia das Conferências de Assistência Social, principalmente nos municípios, levantando as dificuldades, limitações e experiências quanto à materialização desse espaço como realmente participativo.

Nesse sentido, como passo inicial para refletir sobre tal processo, devemos considerar que, para que as Conferências – principalmente aquelas realizadas nos pequenos municípios do país – cumpram sua função de espaços de exercício do controle social pela sociedade, faz-se necessário articular essa mesma sociedade permanentemente, para que no momento temporal da Conferência, seja protagonista do controle social e não apenas participe de algumas horas de discussões sobre assistência social. Também, a compreensão tal momento tem estreita relação com a atuação dos conselheiros nos espaços dos conselhos municipais assistência social. Isso porque, como observamos nos municípios referenciados, muitas vezes somente estes participam das reuniões ordinárias que discutem a política de assistência social nos municípios. Diante de tal constatação, são os conselheiros que podem qualificar ainda mais a discussão com os demais atores da sociedade civil no momento pontual das Conferências.

3. A participação nas Conferências de Assistência Social de 2007 e 2009

As Conferências de assistência social de 2007 tiveram como proposta discutir o tema “Compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social”, tendo como base o *Decálogo os Direitos Socioassistenciais* e as metas para a implantação do SUAS em dez anos, amplamente discutidos na Conferência de 2005, onde foi construído o Plano Decenal. Com base nisto, as Conferências de 2007 tiveram a tarefa de avaliar o processo de implementação do SUAS e discutir os compromissos para os próximos oito anos. Assim, de acordo com orientação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a realização das Conferências municipais deveria seguir dois objetivos:

1º – Avaliação da implementação do SUAS no município nos últimos 2 anos, a partir das metas de Gestão, Financiamento, Controle Social e Recursos Humanos;

2º – Discussão dos Direitos Socioassistenciais no município, abordando as dificuldades para a sua implementação e as ações prioritárias a serem desenvolvidas para sua efetivação (CNAS, 2007, p. 1).

Entretanto, quando da nossa participação nas Conferências de municípios da região, percebemos uma forte demanda por compreensão da própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A partir desta vivência pudemos identificar que, mesmo durante o processo de implementação do SUAS nos municípios, muitos sujeitos – a maioria deles usuários da política – ainda apresentavam pouco conhecimento acerca do SUAS. Diante desta situação, nos propusemos a contemplar esta demanda quando da realização do painel de abertura das Conferências.

Para tanto, reconstituir a política de assistência social por meio de uma linha no tempo auxiliou os participantes a perceber como tal política foi se constituindo em direito social, apesar da compreensão da mesma ainda ser

limitada e, por vezes, reforçada pelos próprios usuários como benesse do Estado. Além disso, a abordagem do SUAS como sistema de gestão adotado em todo o território nacional facilitou a compreensão dos direcionamentos das ações da assistência social, que passam a considerar a matricialidade familiar como eixo central de atuação. Também, demais aspectos abordados como os usuários da política de assistência social, a implantação dos CRAS e dos CREAS e seus referidos programas, entre outros aspectos, auxiliam os representantes da sociedade civil a ampliar seus conhecimentos sobre essa política pública.

Podemos inferir que, apesar de a nova Política Nacional de Assistência Social vigorar nacionalmente, as mudanças provocadas por ela, devido ao pouco tempo de implantação, também acontecem lentamente, exigindo dos profissionais diretamente vinculados a esta política conhecimento, disponibilidade e estratégias para trabalhar com os diferentes segmentos da sociedade civil, sejam eles os representantes das instituições sociais, que compõem a rede socioassistencial de atendimento, os conselheiros municipais ou mesmo os usuários desta política pública.

Em 2009 as Conferências de assistência social tiveram como tema “Participação e Controle Social”. A escolha deste tema

pressupõe um compromisso efetivo dos sujeitos de direitos desta política. Nesse sentido, além dos segmentos que estiveram presentes em maior número nas Conferências anteriores, ou seja, trabalhadores da assistência social, gestores públicos, representantes de entidades, este é o momento histórico do protagonismo dos USUÁRIOS (CNAS, 2009, p. 3).

Diante disso, observa-se que um importante desafio colocado para as Conferências municipais em 2009 foi a mobilização dos usuários e demais segmentos visando garantir a sua participação, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Desse modo o CNAS propôs a realização de eventos preparatórios objetivando a mobilização e a capacitação dos diferentes segmentos para participação na Conferência (CNAS, 2009). Ao participar

das Conferências percebemos que alguns municípios realizaram a referida preparação, nestes identificou-se a participação mais qualificada dos presentes.

Contudo, apesar da necessidade de investimento na ampliação da presença de usuários nas Conferências, necessidade esta trazida pela própria temática das mesmas, observamos que a maioria das Conferências em que participamos foi realizada em turnos compatíveis com o horário de trabalho dos técnicos e representantes governamentais (turnos da manhã e da tarde), sendo que apenas um município realizou sua Conferência à noite, período mais propício para a presença dos representantes de usuários que geralmente trabalham durante o dia.

Ainda sobre a participação dos usuários, vale aqui relatar uma situação emblemática vivenciada, a qual revela a persistência de uma cultura assistencialista na política de assistência social. Visando problematizar a necessidade de participação dos usuários nas Conferências, ao início de nossa fala fazíamos um levantamento de quais segmentos estavam presentes. Chamou-nos a atenção o argumento de representante de entidade não-governamental de um dos municípios, o qual, quando perguntamos por que havia poucos representantes de usuários naquela Conferência, justificou que eles não foram chamados, pois não entenderiam a discussão que seria feita. Essa visão foi identificada com certa frequência nos discursos de gestores e pessoas com pouco conhecimento na área. Por outro lado, percebeu-se que aqueles participantes com formação técnica (principalmente assistentes sociais e psicólogos) ou com trajetória na área, demonstraram compreender a política de assistência social como política pública que deve ser submetida ao controle social.

4. Reflexões sobre as Conferências Municipais

Apesar do processo progressivo de discussão sobre a política de assistência social nas Conferências municipais, percebemos ainda a dificuldade de compreensão desta política, tanto por parte da maioria dos usuários como

pelos próprios conselheiros municipais e gestores. Com relação aos usuários, ainda permanece o entendimento da política do favor, da benesse, da ajuda, sendo que na maioria das Conferências das quais participamos, quando dos momentos coletivos de discussão, poucos usuários manifestaram suas opiniões sobre os assuntos abordados, demonstrando por vezes uma posição de espectadores perante os demais participantes como os conselheiros e gestores.

Poucas foram as Conferências onde pudemos perceber preparação antecipada das discussões e instrumentalização dos conselheiros e usuários sobre os temas que seriam debatidos, comprometendo de certa forma a eficácia desse momento de discussão e definição das diretrizes para a política de assistência social local. Além do limitado conhecimento sobre as diretrizes nacionais da política de assistência social, também percebemos o pouco conhecimento da sociedade civil sobre os programas, projetos e ações socioassistenciais desenvolvidas em alguns municípios, ficando, desta forma, muito difícil contribuir com discussões qualificadas sobre o tema, principalmente com relação a temas específicos como o financiamento. Assim, alguns pontos não recebiam destaque, tendo como agravante a escassez de tempo para a realização de algumas Conferências.²

Com relação à participação dos conselheiros nas Conferências, alguns demonstraram conhecimento na área (principalmente aqueles que desempenhavam atividades técnicas nas instituições e com formação na área) e uma participação maior dos conselheiros representantes das organizações não-governamentais em contraposição aos governamentais.

Uma importante constatação foi referente a pouca adesão dos gestores públicos quanto à participação nas discussões, ficando sua participação restrita a abertura dos trabalhos. Inclusive, em alguns municípios ouvimos a manifestação pública de indignação de membros do conselho municipal com relação à ausência dos gestores municipais.

² Nos municípios de pequeno porte é comum a realização de Conferências em apenas um turno, bem com a realização de Conferências regionalizadas, reunindo alguns municípios da região.

Sobre a participação dos usuários chamou-nos a atenção que, na totalidade das Conferências municipais realizadas, a maioria dos usuários participantes era composta de idosos atendidos pelos projetos socioassistenciais, com destaque para os grupos de convivência. Entendemos que esse público vem crescendo e demandando ainda mais atenção da política de assistência social. Entretanto, o atendimento prestado pelos municípios a este segmento muitas vezes fica limitado aos grupos de convivência, ou como são conhecidos: Grupos de Idosos ou Grupos da Melhor Idade. Convém destacar que o atendimento ainda parece restrito aos idosos independentes e as atividades resumem-se àquelas vinculadas ao lazer. Esse indicador de participação remete-nos a referenciar o idoso como potencial usuário quantitativo de ações socioassistenciais, o que demandará planejamento social dos municípios para atendimento a tal segmento.

É importante destacar que, apesar de todas as dificuldades apresentadas pelos municípios na consolidação das Conferências municipais como instâncias de efetivo exercício do controle social, percebemos, ainda assim, o grande potencial que estes espaços guardam. Por exemplo, um deles reside no porte dos municípios, particularmente em municípios de pequeno porte, onde há maior possibilidade de discussão sobre a organização das redes de atendimento e dos serviços ofertados. Nesta direção observamos que os participantes das Conferências possuem considerável conhecimento sobre as demandas sociais dos seus municípios, o que pode ser um elemento positivo quando da necessidade de definição de prioridades. Ressalvamos, contudo, que essas potencialidades só têm chance de se tornarem realidade a partir do investimento na preparação das comunidades para sua participação nas Conferências, preparação esta que passa, necessariamente, pela qualificação dos conselheiros municipais, que precisam ser os representantes legítimos dos diferentes segmentos sociais.

Por último, podemos destacar que em todas as Conferências das quais participamos percebemos que os profissionais assistentes sociais ocupavam lugar de destaque, de-

monstrando domínio e clareza da política de assistência social nos municípios e constituindo-se como sujeitos fundamentais na condução das políticas de cada município. É possível afirmar que os assistentes sociais são profissionais que, devido a sua formação e compromisso ético, apresentam condições de realizar a necessária capacitação/preparação dos diferentes sujeitos para a política de assistência social, qualificando-os para o exercício do controle social.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS*. Brasília, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

CNAS. Texto de Apoio para as Conferências municipais de assistência social 2007. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas>. Acesso em: 2 jul. 2007.

CNAS. *Informe CNAS nº 003/2009. Orientações para as Conferências municipais de assistência social passo-a-passo, 2009*. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas>. Acesso em: 15 jul. 2009.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

Direito à saúde:
paradoxos e perspectivas a partir da
produção de alimentos no meio rural

Gilnei da Rosa
<gilneidarosa@gmail.com>
Marcos Antônio Martinelli Madaloz
<marcosmadaloz@yahoo.com.br>
Claudionei Vicente Cassol
<cassol@ceedo.com.br>
Autoria

Resumo: A Lei nº 8.080/90, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, dispõe no artigo segundo que: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. Observa-se por outro lado, os paradoxos dessa afirmação numa realidade de terceiro mundo, onde as classes sociais mais pobres são as mais vulneráveis e suscetíveis a grandes doenças e epidemias, bem como profundas patologias sociais, revelando a impossibilidade do Estado em garantir o acesso e fornecer condições de saúde. Ou ainda, o Estado acaba se omitindo de suas funções de zelar pela promoção da saúde, perante os interesses de grandes empresas multinacionais, que se instalaram em solo brasileiro, em nome de um falso desenvolvimento e da promoção de uma pretensa qualidade de vida. Essas multinacionais que dominam o setor agropecuário foram às propulsoras em todo o mundo, e no Brasil, a partir da década de 60, de um sistema de práticas agrícolas – Revolução Verde – altamente desagregador das condições de saúde da população. Modelo esse que inseriu os produtos químicos na agricultura, comprometendo a qualidade dos alimentos, da água e do meio ambiente rural. Difundiram um sistema de monocultura, desagregando práticas, valores e saberes da cultura do campo, como, por exemplo, o manejo de sementes, tornando os produtores cada vez menos auto-suficientes, e expondo sua saúde, contaminando-se através da aplicação direta dos agroquímicos e ingestão de seus resíduos em alimentos e na água. Além da exposição direta e da contaminação aguda, há uma contaminação crônica, através de pequenas quantidades de resíduos que levam a doenças, nem sempre diagnosticadas corretamente. É importante salientar, que os produtos da agricultura acabam chegando também à mesa dos consumidores nos centros urbanos, deixando-os suscetíveis dos efeitos residuais dos agroquímicos. Se por um lado, o atual modelo de agricultura química impacta profundamente nas condições de saúde, por outro também se faz paradoxal o atual modelo biomédico, de bases cartesianas, de remediação das consequências e dos males que se externalizam fisicamente, revelando uma equivocidade da concepção de saúde e até mesmo de ser humano. Mecanismos esses que afetam as políticas do Estado, que passar a prever, ainda que precariamente, políticas para remediar na área de saúde, abstendo-se do incentivo de práticas mais profundas de cuidado com a vida e de promoção da saúde. Prática e cuidado que se fazem de extrema importância no meio rural, principalmente no que tange a agricultura familiar, devido à vulnerabilidade econômica a que estão sujeitos, e dado a sua importância na produção de alimentos saudáveis.

Palavras-chave: Saúde. Alimentos. Agricultura.

O direito à saúde é um direito inalienável e fundamental do ser humano, como propõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Da mesma forma, o direito à saúde constitui-se um dever do Estado, como preconiza a lei brasileira nº 8.080 de 1990, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS): "A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício" (Lei nº 8.080/90, art. 2).

Mas a realidade vivida aponta para profundos paradoxos. O avanço científico não logrou êxito na redução de doenças, e a vulnerabilidade social e econômica, significa vulnerabilidade a doenças. Situação essas agravadas nos países de terceiro mundo, acentuando as diferenças econômicas e sociais. O Estado se omite, ou ainda não cumpre seu papel de defensor do bem comum e promotor da saúde. No fundo verifica-se uma confusão no conceito de saúde, e na gênese de toda construção e ação que se dá a partir deste conceito.

Saúde: prevenção ou promoção?

Discorrer sobre o conceito de saúde em si é bastante complexo, devido aos vários fatores que entram em sua constituição. Etimologicamente "saúde" é terminologia latina: *salus*, *salútis* e quer significar "salvação" e "conservação", especialmente no que se refere a vida e diz diretamente a oposição à enfermidade, segundo Houaiss (2007).

A saúde é vista como certidão de dignidade humana, tanto que os grandes problemas e debates da Bioética se referem precisamente a questões ligadas à saúde, como por exemplo, a discussão em torno das células tronco, eutanásia, aborto, doação de órgãos, etc... o que muitas vezes leva a uma visão da Bioética como essencialmente clínica, como denuncia Pessini (2006).

Mas invariavelmente, ao falar-se de saúde, o homem é levado a falar das condições de não saúde, ou seja, das doenças. E em se tratando da doença, do processo de erradicação ou cura destas, remete-se à medicina e suas concepções. Concepções essas, atravessadas por profundos paradoxos no modelo biomédico atual.

[...] A influência do paradigma cartesiano sobre o pensamento médico resultou no chamado modelo biomédico que constitui o alicerce conceitual da moderna medicina científica. O corpo humano é considerado uma máquina que pode ser analisada em termo de suas peças; a doença é vista como um mau funcionamento dos mecanismos biológicos, que são estudados do ponto de vista da biologia celular e molecular; o papel dos médicos é intervir, física ou quimicamente, para consertar o defeito no funcionamento de um específico mecanismo enquiçado (CAPRA, 2006, p. 116).

No método cartesiano, de dividir um problema em quantas partes for possível para a sua compreensão, a medicina moderna concentrou-se cada vez mais em partes menores e específicas do corpo, de modo que se perde frequentemente a vista do paciente como um ser humano (CAPRA, 2006). Assim a medicina moderna, ao adotar a abordagem reducionista cartesiana, negligenciando o paciente como uma pessoa total, não pode ocupar-se com o fenômeno da cura.

[...] Ao longo dos tempos, a cura foi praticada por curandeiros populares, guiados pela sabedoria tradicional, que concebia a doença como um distúrbio da pessoa como um todo, envolvendo não só o seu corpo como também sua mente, a imagem que tem de si mesma, sua dependência do meio ambiente físico e social [...] Através de rituais e cerimônias, tentam influenciar a mente do paciente, aliviando a apreensão que é sempre um componente significativo da doença, ajudando-o a estimular os poderes curativos naturais que todos os organismos vivos possuem. Essas cerimônias de cura envolvem usualmente uma intensa relação entre o curandeiro e o paciente [...] (CAPRA, 2006, p. 117).

Ainda na separação cartesiana, entre *res extensa* (corpo) e *res cogitans* (mente), a medicina moderna seguiu nesses moldes operando profunda separação entre os fatores de ordem física e mental, tanto que se têm duas classes distintas: os médicos para atender o corpo, o psiquiatra e o psicólogo para atender a alma.

[...] Os médicos ocupam-se do tratamento do corpo, os psiquiatras e psicólogos, da cura da mente. O hiato entre os dois grupos tem sido uma séria desvantagem para a compreensão da maioria das doenças importantes, porque impediu os pesquisadores médicos de estudarem o papel do estresse e dos estados emocionais no curso das doenças (CAPRA, 2006, p. 134).

Sabe-se, desde Freud, da influência dos fatores de ordem psicológica (os desejos reprimidos em Freud) são fundamentais para a compreensão de muitos distúrbios físicos da pessoa humana. Segundo Vidor (1996, p. 95),

Qualquer coisa, antes que aconteça no corpo, deve ter a direção indicada pela psique: só depois da formalização psíquica é que acontece a participação orgânica. Com base nisto compreende-se que toda a alteração somática pressupõe um erro psicológico, visto que a psique sempre indica a direção e o corpo tende a acomodação.

Ainda, por outro lado, apesar do considerável avanço nos gastos com saúde nas últimas décadas, e ao meio de pronunciamentos médicos acerca do valor da ciência e da tecnologia, a saúde da população não parece ter apresentado uma melhoria significativa (CAPRA, 2006). Como denuncia Francesco Bellino (1997, p. 58): “[...] Paradoxalmente o homem, não obstante o imenso acréscimo de saber, compreende cada vez menos a si mesmo e ao seu mundo”.

No *Relatório Azul de 2009*, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, um artigo sobre o Sistema Único de Saúde Brasileiro, transcreve em número o trabalho do SUS. “Anualmente, realiza 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais; 254 milhões de consultas e 11,3 milhões de internações [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 163). Além disso também realiza anualmente “[...] 16 mil transplantes, 215 mil cirurgias cardíacas, 11,3 milhões de internações e 9 milhões de procedimentos de radio e quimioterapia”. Quanto ao orçamento da assistência farmacêutica, o autor informa, que de 2002 a 2008 o orçamento do Ministério da Saúde quase triplicou, passando de 2,1 bilhões para 5,4 bilhões (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Perante esses dados, é indiscutível a importância do Sistema Único de Saúde no Brasil, mesmo com seus problemas e fragilidades esta se consolidando como um aparelho eficiente do Estado. Entretanto, segundo CAPRA (2006, p. 129),

[...] A grande publicidade dada a procedimentos médicos tão espetaculares quanto a cirurgia de coração aberto e os transplantes de órgãos tende a fazer-nos esquecer que muitos desses pacientes não teriam sido hospitalizados se medidas preventivas não tivessem sido gravemente negligenciadas.

Com isso não se pretende passar uma visão “demoníaca” do Sistema Único de Saúde, quando muito reduzir a importância e a necessidade da assistência médica (aliás essa é indispensável no atual estágio da sociedade), mas é preciso refletir sobre os fundamentos dessas abordagens.

[...] O principal erro da abordagem biomédica é a confusão entre processos patológicos e origens das doenças. Em vez de perguntarem por que ocorre uma doença e tentarem eliminar as condições que levaram a ela, os pesquisadores médicos tentam entender os mecanismos biológicos através dos quais a doença age, para poderem interferir neles (CAPRA, 2006, p. 143).

Com isso, fica evidente que a função do Estado e a abordagem em saúde pela medicina, não deve estar limitada a supressão dos efeitos que se externalizam fisicamente, sendo importantes, ainda que muito superficial, medidas de prevenção, como as campanhas de prevenção a dengue, febre amarela, malária, doenças de chagas e outras, mas que essas campanhas transcendam a outros aspectos e situações, cultivando uma cultura de promoção da saúde e da vida. É preciso promover os aspectos, que muito bem determina a Lei nº. 8.080/90.

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação,

o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (LEI nº. 8.080, art. 3).

Para atingir os fins do presente artigo, far-se-á uma análise da alimentação como fator determinante e condicionante da saúde, por motivos que seguem abaixo citados.

Alimentação como fator condicionante da Saúde

É do senso comum que a alimentação influencia diretamente nas condições físicas do ser humano, e também como já visto, nas condições de saúde, a ponto de se falar no ditado popular, "o ser humano é aquilo que come". Em termos técnicos, sabe-se hoje, que 85% das doenças tratadas, provêm de fatores alimentares.

[...] Estudos epidemiológicos recentes evidenciam que a associação entre o estilo de vida e o hábito alimentar é fator importante na prevenção de determinadas doenças cardiovasculares e do câncer, sendo também preponderante nos estudos sobre a longevidade do ser humano. Os vegetais, de modo geral, fornecem substâncias com propriedades antioxidantes, antimutagênicas, antialergênicas, reguladoras da pressão arterial, reguladora dos níveis de colesterol, entre outras. Contudo, esses mesmos vegetais podem conter resíduos químicos com potencial carcinogênico, mutagênico ou que provoquem outros distúrbios fisiológicos, tais como os agrotóxicos e os demais insumos químicos utilizados na agricultura [...] (GRISOLIA, 2005, p. 365).

Mas para além de uma dieta balanceada, recomendação dos profissionais nutricionistas, é preciso perguntar-se pela qualidade dos alimentos consumidos, como foram produzidos, à sua origem.

Segundo Malvezzi (2009),

O último censo agropecuário trouxe verdades incômodas, que ataçaram a ira do agronegócio brasileiro. Afinal, a pobre agricultura familiar, com apenas 24,3% (ou 80,25 milhões

de hectares) da área agrícola, é responsável "por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil" segundo o IBGE. Quando se fala em agricultura orgânica, chega a 80%. Além do mais, provou que tem peso econômico, sendo responsável por 10% do PIB nacional.

Portanto se faz necessário estudar como está se efetivando, a produção de alimentos na matriz agrícola familiar, não no sentido de condenar essa prática agrícola, mas despertar para as injustas condições a que esses produtores são submetidos, sendo obrigados a recorrer, muitas vezes, a práticas agrícolas desagregadoras de suas condições no intuito de subsistir no meio rural. E para estudar a matriz produtiva da agricultura familiar é necessário trazer presente os efeitos e conceitos impostos pela revolução verde, como padrão de agricultura adotado a partir da década de 50 e 60.

O impacto da revolução verde na produção de alimentos

Após a segunda guerra mundial, e com a seqüente guerra fria, os sistemas agrícolas e a sua conseqüente produção encontravam-se em profundo colapso. Os EUA temiam que a fome se "tornasse elemento decisivo nas tensões sociais existentes em muitos países o que poderia aumentar o número de nações sob o regime comunista" (ROSA, 2005). Desse modo, implantou-se e disseminou na agricultura, o sistema VAPs (Variedades de Alta Produtividade). Desse modo, "visava-se o aumento substancial da produção de alimentos baseando-se no uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas (VAPs) e mecanização das lavouras". O governo dos EUA facilitava com medidas econômicas a adoção desse novo modelo de produtividade e a inserção de novas tecnologias na agricultura (ROSA, 2005).

Por outro lado, também era preciso dar uma finalidade civil a seus inventos científicos e artefatos de guerra produzidos nesse período, dentre os quais os agrotóxicos. Escreve Aurvalle, et al. (1985, p. 15):

Após a Primeira guerra Mundial, procurou-se uma aplicação civil para os gases venenosos, já que as armas bélicas são, para frustração de seus criadores, depositadas, armazenadas e não usadas, às vezes sendo ultrapassadas. Descobriu-se que eles controlavam insetos, seres vivos esses que muitas vezes são pragas da agricultura, e criou-se o mercado alternativo para essas armas bélicas.

As formulações químicas foram espalhadas por todo o planeta, começando com o processo de Revolução Verde, nos Estados Unidos. A revolução Verde chega ao Brasil nas décadas de 60 e 70, através de subsídios fornecidos pelo Banco do Brasil à produção agrícola. Mas já anteriormente, em 1943, a agricultura brasileira começava a utilizar o controle químico na produção, com a chegada das primeiras amostras de "Dicloro-Difenil-Tricloroetan" (DDT), a partir da qual foram desenvolvidas várias fórmulas químicas (BÜLOW, 2008).

Segundo Bülow (2008),

A partir de 1964, com a implantação da ditadura militar, a difusão do uso de agrotóxicos, para o controle de pragas e plantas invasoras na agricultura brasileira, foi favorecida pelo sistema de crédito rural, colocando-os definitivamente no cotidiano dos trabalhadores rurais. Para tanto, o Banco do Brasil tornou obrigatória a destinação de 15% do valor de empréstimos de custeio para aquisição de agrotóxicos, significando dessa maneira, o aval do governo para a ampliação do mercado e preservação financeira à indústria química (p. 16).

Os agricultores que quisessem obter crédito agrícola, conforme o tipo de cultura e a extensão da área cultivada, eram obrigados a adquirir agrotóxicos e outros insumos, mesmo sem necessitar deles (RÜEGG, et al., 1991). Aurvalle (et al., 1985), coloca que as

pragas e doenças que destruíam safras foram alvos de uma campanha fantástica. "Contra a fome, fertilizantes que aumentam as colheitas". "Contra a fome, os agrotóxicos que aumentam a colheita." Dessa maneira, ressalta Bülow (2008) que entre 1964 e 1991, o consumo de agrotóxicos aumentou no Brasil 700%, perante o aumento de 78% da área plantada.

E o mercado do agrotóxico cada vez mais ganha mercado no mundo inteiro e particularmente no Brasil. Relata Barbosa (2004) que apesar de os dados das diversas fontes diferirem ligeiramente entre si, as vendas de agrotóxicos têm crescido continuamente no Brasil. "De 1993 a 1998, o crescimento médio anual nas vendas desses produtos foi de 4% e chegou a alcançar aproximadamente U\$ 33 bilhões [...]" (BARBOSA, 2004, p. 38).

Em Agosto de 2009, conforme veiculação da imprensa nacional, na pesquisa encomendada pela Associação Nacional de Defesa de Vegetal (ANDEF) à consultoria alemã Kleffmann Group, o Brasil se consagra com o primeiro lugar no consumo mundial de agrotóxicos. A pesquisa mostra que o comércio de agrotóxicos no Brasil, movimentou em 2008, 7, 1 bilhões de dólares, antes 6, 6 bilhões do segundo colocado, os Estados Unidos (CAPORAL, 2009).

É nesse ínterim que se situa a agricultura familiar hoje. Em meio a um sistema de monocultura, desagregando práticas, valores e saberes da cultura do campo, como, por exemplo, o manejo de sementes, tornando os produtores cada vez menos auto-suficientes, e expondo sua saúde, contaminando-se através da aplicação direta dos agroquímicos e ingestão de seus resíduos em alimentos e na água. Além da exposição direta e da contaminação aguda, há uma contaminação crônica, através de pequenas quantidades de resíduos que levam a doenças, nem sempre diagnosticadas corretamente. É importante salientar, que os produtos da agricultura acabam chegando também à mesa dos consumidores nos centros urbanos, deixando-os suscetíveis dos efeitos residuais dos agroquímicos.

O impacto dos agrotóxicos na produção de alimentos e na saúde

Segundo Rüegg et al. (1991), o emprego de agrotóxicos nas culturas tem como consequência direta o acúmulo de substâncias tóxicas no solo, e nas plantas, e conseqüentemente, o aparecimento de resíduos nos alimentos. Em muitos casos estes resíduos são persistentes e se acumulam na cadeia alimentar.

[...] resíduos liberados no ambiente [...] são progressivamente transferidos para os alimentos e para o homem. Esta exposição continuada por período longo, a níveis relativamente baixos de agrotóxicos pode afetar a saúde humana, levando a casos crônicos mal definidos, às vezes extremamente graves (RÜEGG, et al. 1991, p. 10).

Já, Vaz (2006), apresenta alguns problemas que a exposição aos agrotóxicos pode causar:

[...] teratogênias (nascimentos com má formação); mutagenias (alterações genéticas patogênicas) e carcinogênias (surgimento de diversos tipos de câncer). Além disso, existem registros de lesões hepáticas e renais, esterilidade masculina, hiperglicemia, hipersensibilidade, carcinogênese, fibrose pulmonar, redução de imunidade, distúrbios neurocomportamentais e outras patologias (apud BÜLOW, 2008, p. 28).

Segundo levantamento de Caporal (2009) os agrotóxicos e os químicos utilizados na agricultura são grandes potencializadores do impacto dos "disruptores endócrinos" sobre a saúde humana. "Os disruptores endócrinos são agentes químicos que dificultam a reprodução dos adultos e ameaçam com graves perigos a seus descendentes em fase de desenvolvimento" (CAPORAL, 2009, p. 09). Isso é fonte de grandes defeitos congênitos, anomalias sexuais e falhas na reprodução.

Há uma grande quantidade de agrotóxicos acumulados no solo, e que ainda continuam a serem aplicados diariamente nas lavouras, e uma vez contaminados os produtos e alimentos agrícolas, acaba por contaminar, também, as pessoas que consomem esses alimentos.

Segundo análise da ANVISA, que monitorou 17 alimentos agrícolas em 2008, das 1773 amostras analisadas, 15,28% apresentavam problemas, ou seja, estavam com índices de resíduos acima do que é permitido, ou com resíduos impróprios para o tipo de cultura. Os alimentos mais afetados foram: pimentão (64,36%), morango (36,05%), uva (32,67) e a cenoura com 30,39% das amostras contaminadas (ANVISA, 2008).

A grande questão, é que, como explica Barbosa (2004), que mesmo com os todos os avanços tecnológicos alcançados nas últimas décadas, é quase impossível prever com precisão o real impacto que os produtos químicos poderão causar, no longo prazo, ao meio ambiente, e conseqüentemente no ser humano. As pesquisas com esses produtos químicos, quando da liberação para comercialização, geralmente são feitas em laboratórios com variáveis controladas, quando que no meio ambiente há uma infinidade de fatores e condições que acabam por fugir das variáveis definidas em pesquisas. Segundo o mesmo autor, as pesquisas dos impactos dos agrotóxicos no organismo geralmente são efetuadas em cobaias animais, o que pode variar muito das condições de reação e assimilação do organismo humano. Segundo ele, o problema é que

[...] a utilização de dados obtidos com animais sobre toxicidade de determinada substância para os seres humanos é que, apesar das semelhanças entre ambos, elas não pertencem a mesma espécie. Isso significa que existem diferenças significativas nos sistemas metabólicos e imunológicos, diferenças genéticas, etc. Portanto, uma substância que cause câncer em animais de laboratório não necessariamente será tóxica para os seres humanos, ou vice-versa. Outro aspecto é que os testes são realizados sob condições controladas. Na prática, os seres humanos estão expostos a diversos fatores ambientais, que podem potencializar a ação da substância (BARBOSA, 2004, p. 111).

Desse modo, grande quantidade de substâncias são formuladas, liberadas e vendidas, com desconhecimento de seus reais impactos e comportamento no meio ambiente e na saúde humana.

Do papel do estado e do cidadão

Dizer que o direito à saúde é um dever do Estado, é uma asserção que precisa ser debatida no âmbito das políticas adotadas por este, não somente no que concerne diretamente a assistência à saúde e a assistência farmacêutica, mas no que concerne a todos aqueles fatores, que condicionam e determinam a saúde.

Significa estar atentos as políticas que dizem respeito principalmente a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Estar atentos principalmente às políticas de produção alimentar e daquilo que concerne a agricultura familiar. Segundo Malvezzi (2009) a "agricultura familiar, além de ter menos terras, tem menos recurso público como suporte de suas atividades. Recebeu cerca de 13 bilhões de reais em 2008 contra cerca de 100 bilhões do agronegócio."

Segundo Grisolia (2005, p. 362), cabe "[...] ao poder público incentivar programas de projetos de pesquisa agrícola que busquem novas práticas consistentes com um equilíbrio sustentável. Entre essas propostas, a agricultura orgânica vem ganhando corpo a cada ano [...]". Prática corretas ecologicamente, e que resgatam práticas, saberes e culturas do homem do campo, desagregadas com a dita modernidade.

Por outro lado, ressalva-se a ação e o comportamento do cidadão, enquanto problematizador das realidades que o cercam, e também agente de transformação. Problematizador das políticas adotadas pelo Estado, e dos problemas que o atingem, principalmente nas suas questões de saúde, tendo em vista que o objetivo do ser humano é manter, promover e reproduzir a própria vida. E nessa busca, precisa dar-se conta que

A qualidade de vida que o homem vem buscando não é compatível com as suas ações de destruição e contaminação ambiental. A preservação da vida selvagem, da atmosfera, dos solos e dos corpos de água deve fazer parte de uma conjunção de ações em favor do equilíbrio ambiental com o progresso da humanidade (GRISOLIA, 2005, p. 380).

Cuidado especial deve ser tomado com o meio ambiente, sendo este o grande condicionante da qualidade de vida humana, e no qual se inserem as demais condicionalidades. Como se questionavam Aurvalle et al. (1985), se haveria como colher frutos sadios de uma planta doente, de modo que se pode perguntar: como esperar pessoas saudias num mundo doente?

Referências Bibliográficas

- ANVISA. *Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA*. Nota Técnica para divulgação dos resultados do PARA de 2008. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/c66e25804067a87e8345eb137b78f2dc/nota+tecnica+-+resultados+para+2008.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 14 ago. 2009.
- AURVALLE, A; GUAZZELLI, M. J; PRINHEIRO, S. *Agropecuária sem veneno*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1985.
- BARBOSA, Luiz C. de A. *Os pesticidas, o homem e o meio ambiente*. Viçosa: UFV, 2004.
- BELLINO, Francesco. *Fundamentos da Bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais*. Trad. Nelson Souza Canabarro. São Paulo: EDUSC, 1997.
- BRASIL. *Lei nº 8.080*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, 19 de setembro de 1990.
- BÜLOW, Adriane Ester. *Agrotóxicos e políticas públicas: prática e contradições no município de Novo Cabrais/RS*. 2008. 48 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ppggeo/texto2008.html>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações*. Brasília: 2009.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006.

GRISOLIA, César Koppe. *Agrotóxicos: mutações, reprodução e câncer*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MALVEZZI, Roberto. O incômodo Censo Agropecuário. In: *Correio da Cidadania*. 16 de outubro de 2009.

PESSINI, L. *Bioética: um grito por dignidade de viver*. São Paulo: Paulinas, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul 2009: garantias e violações dos direitos humanos*. Porto Alegre: Corag, 2009.

ROSA, Antônio Vítor. *Agricultura e meio ambiente*. 7. ed. São Paulo: Atual, 2005.

RÜEGG [et al.]. *O impacto dos agrotóxicos: sobre o ambiente, a saúde e a sociedade*. São Paulo: Ícone, 1991.

VIDOR, Alécio. *A gênese da alienação psicológica e a ontopsicologia*. Frederico Westphalen-RS: Editora da URI, 1996.

Acompanhamento às famílias beneficiárias do Programa de Transferência Direta de Renda Bolsa Família, do município de Chapada

Iandra Regina Fucks
<iandreginaf@yahoo.com.br>
Lenice Uebel Mulh
<93985@upf.br>
Autoria

Resumo: A presente comunicação traz uma discussão sobre o papel da escola e da educação no contexto atual. Parte da realidade observada no campo de inserção da estagiária, no município de Chapada/RS, contemplando também questões amplamente discutíveis como o Programa Bolsa Família, a escola, a educação e o mercado de trabalho. Diante do novo modelo de sociedade, percebe-se que o mercado formal de trabalho não abarca toda a mão de obra disponível, formando-se uma multidão de sobrantes, que dependem da renda dos programas sociais, para auxiliar na renda familiar. Isso se configura de forma mais complexa para a população considerada à margem da sociedade. Uma das maneiras de superar esse ciclo seria a educação, pois ela abre portas e é uma das formas mais próximas de alcance e ingresso no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família procura garantir o acesso a educação e a saúde, para os beneficiários sob forma de condicionalidades, para que possam gozar desse direito, porém algumas famílias perdem o benefício pelo descumprimento das mesmas. Percebendo essa lacuna construiu-se um projeto de intervenção que vai ao encontro dessa necessidade de informação e comprometimento, auxiliando no processo de superação da pobreza, oferecendo a oportunidade de construir uma nova opinião refletindo sobre a importância da educação e da escola no mundo atual. Para isso, foram propostas atividades que proporcionem momentos de reflexão, para a construção de novos conceitos que atendam as exigências do modelo contemporâneo de sociedade (competitiva e desigual). É importante salientar, que aliado ao projeto de intervenção, está proposta uma pesquisa de campo, que será realizada a fim de entender e perceber as situações e os fatos de acordo com a visão do grupo de usuários, que vivenciam a realidade na qual se pretende intervir. Pois diferentes contextos de inserção sugerem disparidade de visões e opiniões sobre o mesmo fato. Para tanto, é preciso que o profissional de Serviço Social tenha a competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para perceber e reler as realidades, podendo propor ações condizentes com a real situação. Como resultado se espera que as pessoas que participam, sendo os sujeitos da ação possam entender que a formação escolar é importante para o futuro profissional, e participem comparecendo as aulas.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Educação.

Introdução

O presente artigo trata do projeto de intervenção construído para a disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social II, sendo aplicado pela estagiária, acadêmica

do VII nível de Serviço Social, em seu estágio III, no município de Chapada/RS, junto a Secretaria de Saúde e Ação Social – Assistência Social, durante o primeiro semestre de 2010, sob a supervisão da Assistente Social Lenice Uebel Mühl.

Partiu da necessidade de intervir de forma prática, junto à instituição, frente a uma demanda observada, sendo também uma exigência do curso acima citado, a fim, de testar as capacidades enquanto estudante, percebendo as habilidades da estagiária, bem como criando estratégias frente aos obstáculos.

Para tanto, far-se-á uma leitura referente ao Programa Bolsa Família e seus objetivos. Em seguida, falar-se-á da realidade observada, do público alvo para quem a proposta foi criada, dando ênfase aos objetivos do projeto de intervenção. Posteriormente se dará enfoque a metodologia utilizada, as atividades propostas e os resultados esperados com o projeto.

O Programa

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia as famílias mais pobres do país, como medida para combater a fome e a pobreza e ao mesmo tempo, promover o acesso dessas famílias aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Este Programa foi criado pela lei nº 10836 de 09 de janeiro de 2004, com o intuito de auxiliar o enfrentamento da pobreza, garantindo os “mínimos sociais” (PEREIRA, 2006) para uma parcela da população excluída social e economicamente, integrando aquilo que Yasbek (1999) chama de “exclusão integrativa”. Pois, é uma parcela da população que está rotulada e estigmatizada, restando poucas alternativas de inserção no mercado formal de trabalho.

Percebe-se que atualmente em função da transformação pela qual a sociedade vem passando, a fim de evoluir tecnológica e economicamente, produzindo em maior escala, em um período mais curto de tempo, os postos de trabalho vem se tornando cada vez mais escassos. Constantemente, são recebidas informações pelos meios de comunicação sobre trabalhadores sendo demitidos em massa, o que gera a “mais valia” segundo Marx, garantindo ao empregador

maior margem de lucro na produção, pois a tecnologia “rouba” esses espaços de trabalho braçal, exigindo uma qualificação profissional.

Enquanto isso, “do outro lado da moeda”, aumenta o número de pessoas que passam a depender dos programas sociais, para a garantia de sua subsistência. São os desempregados pelo modelo de produção capitalista neoliberal, estando à margem da sociedade.

Nessa lógica, compreende-se que para auxiliar no sustento alimentar da família, muitos adolescentes e até mesmo crianças param de estudar, ou jamais acessam o direito a educação, para trabalhar. Acredita-se que pelo ciclo de reprodução da pobreza e pela falta de oportunidade, não percebem que através da educação e da qualificação profissional “abrem-se portas” para a inserção no mercado de trabalho e torna propício a quebra do ciclo da pobreza entre gerações, perdendo assim, a oportunidade de mudar o rumo da sua vida, da sua história.

A fim de atender a essa demanda crescente de desamparados sociais, o então senador Eduardo Suplicy, foi o mentor dos programas de renda mínima no ano de 1991, que após muitas alterações e discussões foram transformados no atual Programa Bolsa Família, que unifica os programas anteriores “vales” (vale gás; vale alimentação, entre outros), a fim de destinar um valor maior em dinheiro para as famílias beneficiárias deste programa, conforme vemos a seguir:

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

O PBF integra a estratégia FOME ZERO, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O Programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;

- reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

De acordo com as articulações do Programa, nas três dimensões (saúde, educação e assistência social), percebe-se na realidade social cotidiana o quão difícil é alcançar esses objetivos, por motivo de que não dependem exclusivamente do trabalho e da dedicação do profissional responsável pela coordenação e organização do Programa. É necessária uma contrapartida por parte do beneficiário quanto ao cumprimento das condicionalidades,¹ pois o descumprimento de tais condicionalidades, pode causar o bloqueio e cancelamento do benefício.

Análise situacional

Para contextualizar as informações aqui discutidas, existe no município de Chapada, segundo as listagens de pagamento de beneficiários referente ao ano de 2009, uma média de 224 beneficiários do Bolsa Família. De acordo com o informe do Projeto Presença do MEC nos meses de junho/julho de 2009, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMEC) deste município, 27 famílias apresentam índice de filhos com baixa frequência escolar. Deste total de famílias, 23 ainda são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Percebe-se através destes dados que o índice de infrequência escolar é relativamente alto, uma vez que para estar incluído no programa é necessário o cumprimento desta condicionalidade.

1 Pesagem e acompanhamento semestral de gestantes e crianças menores de sete anos, bem como, frequência escolar superior a 85% para crianças e adolescentes entre sete e quinze anos de idade.

Cabe salientar ainda, que essas condicionalidades são formas de incentivar e garantir o acesso dos direito a saúde e educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e que muitas vezes não é compreendida pelos beneficiários como um direito, mas, que podem auxiliar no processo de construção de cidadania, bem como, na quebra da reprodução do ciclo da pobreza entre gerações.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, temos como um dos focos centrais a família em todas as suas formas e composições, pois ela é entendida como a referência do indivíduo. É nesse espaço que se desenvolvem, e se criam os vínculos afetivos, dessa forma, "a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo, ou mais ou menos longo, e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos" (MIOTO, 1998, p. 120 apud MÜHL, 2006, p. 40).

Sendo a família protegida em sua integralidade, o Programa Bolsa Família vem ao encontro dessa parcela de pessoas que não possuem condições mínimas para garantir sua subsistência, auxiliando na garantia do acesso a esse direito a sobrevivência, por meio da transferência direta de renda ao beneficiário, o que permite uma autonomia na gestão de tal recurso, por parte da família.

No que tange a coordenação de programas complementares, que tem por objetivo o desenvolvimento das famílias, para que possam superar sua situação de vulnerabilidade e pobreza, sabemos que determinados cursos/oficinas oferecidos, não auxiliam de fato na complementação da renda familiar. Isso acontece porque, o mundo do trabalho avança tão rapidamente e os programas sociais não possuem uma estrutura capaz de dar conta dessa realidade. Atitudes inovadoras oferecem resultados a médio e longo prazo e exigem planejamento reflexivo e imediato.

Sendo um programa social de esfera federal, o Bolsa Família foi implantado no município de Chapada no ano de 2005, com assinatura do termo de adesão, para atuar na perspectiva da proteção social básica. Tem

por objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Para tanto, surgem as iniciativas de cunho municipal com o intuito de efetivar os objetivos do Programa Bolsa Família para enfrentar e minimizar as expressões da questão social, agravadas pelo modelo de produção capitalista que são cada vez mais alarmantes e preocupantes. Nesse sentido, já temos uma iniciativa criada pela Assistente Social da instituição sob forma de Projeto “Acompanhamento Social com Ações – Sócio-Educativas e Geração de Renda as Famílias do Programa Bolsa Família” implantado no ano de 2009, onde os beneficiários se reúnem mensalmente, no intuito de dialogar e interagir sobre alguns temas específicos na área da saúde, educação e assistência social.

Proposta interventiva

Partindo da Análise Institucional realizada durante a inserção nesse campo de estágio, percebeu-se a necessidade de desenvolver uma intervenção que vá ao encontro das dificuldades que algumas famílias do município possuem para cumprir o condicionante da frequência escolar. Pois muitas famílias chegam até a instituição questionando os motivos do bloqueio/cancelamento do benefício.

Percebe-se nessa lacuna uma forma de inserir o trabalho do Serviço Social de modo preventivo, através do esclarecimento e incentivo ao cumprimento dessa exigência. Sendo esse um comprometimento imposto aos beneficiários pelo Governo Federal, configurando-se também como um dos objetivos norteadores do Programa: a inclusão e permanência dos filhos menores de 15 anos na escola.

Diante do exposto, a Proposta de Intervenção será acompanhar as famílias com filhos que apresentam, ou já apresentaram baixa frequência escolar, moradoras do perímetro urbano matriculado/os na Escola Municipal de Ensino Fundamental Érico Veríssimo e que constem no Projeto Presença – Relatório Analítico de Alunos por Motivo de Baixa Frequência, re-

ferentes ao ano de 2009. Tem-se também o intuito de efetivar a inserção dessas famílias nas oficinas de geração trabalho e renda, oferecidas pela Assistência Social.

Cabe aqui salientar, que o projeto de intervenção intitulado: “No Caminho da Cidadania” está vinculado ao Projeto: “Acompanhamento Social com Ações Sócio-Educativas e Geração de Renda das Famílias do Programa Bolsa Família”, criado pela Assistente Social, realizado junto a Assistência Social do município de Chapada.

Neste sentido, o objetivo da ação interventiva será instigar uma auto-reflexão nos pais/responsáveis e filhos, sobre a importância do estímulo e da participação de todos no processo de aprendizado, a fim de que percebam que o conhecimento adquirido no ambiente escolar pode vir a auxiliar futuramente no processo de inserção no mercado formal de trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura em seu artigo 53 que: “a criança e o adolescente têm direito a educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho [...]”. Então, por meio dessas fundamentações pode-se concluir que o programa de transferência de renda Bolsa Família, se propõe a auxiliar para que esses direitos possam ser acessados pela população mais vulnerável.

Paulo Freire em seus escritos traz a idéia de uma educação transformadora emancipatória, que valorize a construção do conhecimento, assim, como Pedro Demo fala na construção de conhecimento, valorizando todas as etapas. Mas o modelo atual se revela contrário a esse ideal e sabe-se da dificuldade de formar profissionais, que sejam capazes de se apropriar das constantes transformações que ocorrem no meio educacional, e também com os próprios educandos, uma vez que os meios de comunicação oferecem atrações que a escola muitas vezes não consegue oferecer.

Nesse sentido, percebe-se que o modelo educacional público em vigor caminha para um processo de falência, pois não oferece propostas atrativas que possam estimular e

despertar nos alunos o desejo e a vontade de estudar. Sabe-se que a educação nos moldes das escolas particulares, necessita constantemente buscar novos atrativos para “conquistar” sua clientela, o que não acontece no modelo público. Para tanto, acredita-se que esse modelo educacional privado, poderia servir de inspiração para a política nacional de educação pública brasileira.

No que se referente a educação pública a nível de município, o modelo atuante não foge a regra nacional, fazendo com que os alunos não se sintam como pessoas que necessitem de educação escolar para a vida em sociedade. É o momento de pensar ações conjuntas, para mudar essa mentalidade, articulando as redes e percebendo possibilidades, a fim de realmente ser construir uma educação emancipatória e transformadora. Para tanto, esse projeto de intervenção conta com o apoio e participação dos profissionais inseridos na educação, com o intuito de fazer essa leitura de inicial, podendo identificar possibilidades de atuação nessa realidade.

Formas de trabalho

Partindo do exposto, cabe salientar, que a metodologia a ser utilizada será um processo de constante avaliação das atividades, aprimorando o ato interventivo, ou seja, partindo do pressuposto já levantado por Marx, acontecerá o método de ação – reflexão – ação para melhorar sempre o processo de trabalho junto à parcela da população na qual se estará intervindo. A cada atividade proposta, estar-se-á avaliando o processo de intervenção na visão da equipe técnica e na visão do público alvo sob forma de diálogo ou por uma ficha de avaliação.

Os encontros dar-se-ão por meio de reuniões e visitas domiciliares, trabalhando em conjunto sobre a atividade programada para o dia, podendo ser através de dinâmicas de grupo, filme, palestras e observação, no intuito de compreender os processos das relações sociais de agravamento e resistência em que vivem, bem como fortalecendo os víncu-

los familiares. Na ausência de alguma família no encontro do projeto intervenção, estar-se-á indo a busca desta, para poder estar intervindo de outra forma, buscando saber de seus motivos da não participação. Agindo assim, acredita-se estar fazendo com que esta família se sinta mais amparada pelas políticas públicas e inserida no contexto social.

Cabe salientar que aliado a este projeto “No Caminho da Cidadania” está proposta uma pesquisa de campo que será realizada concomitantemente a intervenção, buscando avaliar os possíveis impactos do Programa Bolsa Família em uma demanda pré-selecionada que não vem cumprindo com as condicionalidades exigidas.

Considerações finais

O crescimento da pobreza e da desigualdade social em nível mundial teve como um de seus efeitos a formulação de políticas públicas sociais dirigidas especificamente aos mais pobres e vulneráveis. No Brasil, onde grandes contingentes populacionais foram excluídos do mercado e do acesso aos direitos básicos, onde a pobreza também passa a ser objeto de novas políticas. Seguindo esse perfil de políticas sociais os programas de distribuição de bens e alimentos começam a ser substituídos por programas de transferência de renda, garantindo a população carente uma renda mínima, vinculada ao cumprimento de certas condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Este conjunto de transformações exige dos profissionais, principalmente do Serviço Social, novas competências e articulações através da utilização de metodologias de trabalho profissional em sintonia com o contexto intrínseco as novas tendências dessa reorganização.

Sabe-se que a cidadania não acontece a curto prazo, sendo isso um processo longo e gradual, mas que se inicia inserindo as pessoas no meio social através de grupos ou mesmo individualmente, mostrando a elas seus direitos como cidadãos.

Referências bibliográficas

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal: Senado, 1988.

BRASIL, *Política Nacional de Assistência Social*, 2004.

BRASIL, *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 1990.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/>. Acesso em: 03 nov. 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: Relatório Final de Estágio da acadêmica Lenice Uebel Mühl, novembro de 2005, p. 30.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1999.

**Projeto de intervenção:
capacitando os conselheiros municipais do
Conselho Municipal de Assistência Social de Ronda Alta
no que se refere à cultura política presente no mesmo**

Joseana Alves dos Santos
Autoria

Resumo: A instituição na qual é realizado o estágio supervisionado obrigatório é a Prefeitura Municipal de Ronda Alta, na área de Assistência Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social. Sendo que o presente Projeto de Intervenção traz uma discussão importante no contexto dos conselhos gestores, visto que o foco para a realização seria o Conselho Municipal de Assistência Social. O mesmo é projeto é supervisionado pela Assistente Social Keli Casonato. O Conselho Municipal é um órgão gestor, deliberativo, paritário, e desempenha um papel importante na tomada de decisões no que diz respeito ao controle social, exerce funções controladoras, executoras e fiscalizadoras. Sendo de suma importância que os membros do referido Conselho possuam conhecimento á respeito do mesmo. Pois no Conselho Municipal percebe-se que é necessário um embasamento técnico para seus conselheiros, implicando na cultura política que se faz presente no mesmo. Para que seja realizado o Projeto de Intervenção, será necessário o auxílio da assistente social. Ele será dividido em cinco etapas, que consistem primeiramente em apresentar a proposta do mesmo aos conselheiros municipais, realizando uma breve conceituação sobre cidadania e o poder de decisão em situações como sendo cidadãos, ou seja, como é exercido o papel de ser cidadão e fazer parte do Conselho Municipal de Assistência Social. A segunda etapa consiste em propiciar um espaço para aquisição e troca de conhecimentos. A terceira etapa incide em refletir com os conselheiros sobre o papel do Conselho do qual fazem parte, suas atribuições, direitos e deveres, para que reflitam sobre seu papel de cidadão participativo. Na quarta etapa, será para estimular a busca pelo aprimoramento no que se refere à Política de Assistência Social. Na última etapa será realizada elaboração de material gráfico das reuniões para ser entregue aos conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de Ronda Alta. Portanto o Projeto de Intervenção deve ser realizado como um estímulo para expandir o conhecimento dos Conselheiros sobre temas que se fazem presente na Política de Assistência Social, sendo que o Conselho Municipal de Assistência Social é o espaço propicio para essa expansão.

A instituição na qual é realizado o estágio supervisionado é a Prefeitura Municipal de Ronda Alta, na Secretaria Municipal de Assistência Social. Sendo que o presente Projeto de Intervenção traz uma discussão importante no contexto dos conselhos gestores, visto que o foco para a realização seria o Conselho Municipal de Assistência Social. O Conselho Municipal é um órgão gestor, deliberativo, paritário, e desempenha um papel importante na tomada de decisões no que diz respeito ao controle social, exerce funções contro-

ladoras, executoras e fiscalizadoras. Sendo de suma importância que os membros do referido Conselho possuam conhecimento á respeito do mesmo.

O Projeto de Intervenção foi elaborado a partir de observações realizadas durante as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social de Ronda Alta, de Março de 2010 e Outubro do mesmo ano. Pois o Conselho Municipal de Assistência Social de Ronda Alta foi criado em 27 de Novembro de 2002, possui Regimento Interno, possuía seis membros,

sendo três membros não-governamentais e três membros governamentais. Atualmente possui dez membros, sendo que cinco membros são governamentais e cinco membros não-governamentais.

A partir dessa compreensão foi necessário um maior aprofundamento sobre o Conselho Municipal e seus conselheiros, havendo pontos cruciais durante essa análise, então se percebeu a Cultura Política visível entre seus membros em suas falas.

O Conselho Municipal é um órgão gestor que está incorporado a Política de Assistência Social, a qual faz parte da Seguridade Social, sendo que a mesma surgiu no Brasil a partir da década de 50, fazendo parte do tripé da Seguridade Social a Saúde: direito universal de todos, a Previdência Social: para quem contribuir, e a Assistência Social: para quem dela necessitar.

Apesar de todos os avanços que a Política Nacional de Assistência Social vem adquirindo ao longo dos anos, ainda se esbarra em algumas questões como, a cultura política presente nesse espaço de participação, sendo que os Conselheiros Municipais possuem uma visão diferenciada sobre o termo cultura política não tendo conhecimento do mesmo em sua essência. Pois a visão patrimonialista ainda é visível.

Sendo que o referido Conselho é um órgão gestor, deliberativo, paritário entre a Sociedade Civil e o Estado, exercendo a função de formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais (TATAGIBA, 2002, p. 54).

A partir dessa compreensão, foram formulados os objetivos gerais e os específicos para ajudarem como subsídios para o alcance do objetivo geral.

Sendo o objetivo geral: Promover uma capacitação para os Conselheiros Municipais de Assistência Social no que se refere à cultura política, para que os mesmos qualifiquem o exercício do Controle Social.

Para se ter uma melhor compreensão sobre Cultura Política, Maria da Glória Gohn nos diz.

Falar de cultura política é tratar do comportamento dos indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que o indivíduo tem a respeito de si próprios e de seu contexto, os símbolos e a linguagem utilizadas, bem como as principais correntes de pensamento existentes. Mas é muito complicado falarmos em cultura política de forma isolada do contexto histórico e de outros conceitos de apoio. Isto porque cada época histórica engendra determinada cultura política, segundo os valores e crenças que são resgatados e construídos, num universo dos temas e problemas com os quais homens e mulheres defrontam-se naquele momento histórico. Os conceitos de apoio são o de cidadania, direitos humanos, identidade cultural, participação sociopolítica etc. (1999, p. 60).

Então possuindo como subsídios os seguintes objetivos específicos:

Pesquisar visando identificar a cultura política presente no Conselho Municipal de Assistência Social de Ronda Alta, para ter subsídios para o processo de formação dos conselheiros.

Propiciar um espaço, para aquisição e troca de conhecimentos, para ocorrer uma troca de idéias das representações do poder público e da sociedade civil sobre as discussões em pauta.

Refletir com os conselheiros sobre o seu papel, suas atribuições, direitos e deveres, para que os mesmos possam estar conscientes da importância do seu papel como cidadãos participativos.

Estimular a busca pelo aprimoramento no que se refere à Política de Assistência Social, para que possam discutir o papel do Conselho Municipal de Assistência Social como um órgão fiscalizador dessa referida política.

Elaborar material gráfico para ser distribuído aos conselheiros, a fim de promover a capacitação.

Pensando a partir da capacitação com os Conselheiros Municipais, entendeu-se que seria necessário avançar em duas dimensões: a técnica e a política. Segundo Teixeira (2000)

A dimensão técnica seria para que os mesmos conheçam o funcionamento do aparelho estatal, no qual os mecanismos legais podem ser utilizados para a efetivação dos direitos con-

quistados, direitos sociais, civis e políticos. Na dimensão política, seria necessário assumir novas atitudes à negociação com outros atores, favoráveis à convivência com as diferenças, à competência na disputa de posições e a construção de alianças, inclusive com setores governamentais (p. 117).

O Projeto de Intervenção foi elaborado de acordo com o método dialético, que vê a realidade como uma unidade do fenômeno e de sua essência, muito mais rica e complexa do que o racional tem uma visão de homem e de mundo onde tudo está em constante movimento, à realidade é objetiva, histórica e contraditória, pensada a partir de classes antagônicas, onde o trabalho subjetiva o sujeito vendo-o como ser social (RICHARDSON, 1999, p. 48-54).

Está estruturado em cinco passos, que irão ocorrer durante cinco meses, mensalmente, a partir do mês de abril até agosto do decorrente ano, com duração de trinta minutos, no término de cada reunião do Conselho Municipal de Assistência Social com os Conselheiros Municipais, aonde serão abordados temas referentes à Política de Assistência Social e cultura política: patrimonialismo, participação, autonomia, ética, democracia, conselho gestor e cidadania, política de assistência social.

Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 204, inciso II "Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis". Dessa forma torna-se essencial a participação da população nas decisões e nas reuniões do Conselho Municipal para que os direitos dos cidadãos sejam defendidos.

Para que seja realizado o Projeto de Intervenção, será necessário o auxílio da Assistente Social. Primeiramente em apresentar a proposta do mesmo aos conselheiros municipais, realizando uma breve conceituação sobre cidadania e o poder de decisão em situações como sendo cidadãos, ou seja, como é exercido o papel de ser cidadão e fazer parte do Conselho Municipal de Assistência Social, utilizando como fonte para essa discussão teórica, o autor Carlos Nelson Coutinho. A segunda etapa consiste em propiciar um espaço para aquisição e troca de conhecimentos sobre diver-

sos assuntos como patrimonialismo utilizando como autor de referência Caio Prado Júnior, democracia, utilizando Marilena Chauí e autonomia. A terceira etapa incide em refletir com os conselheiros sobre o papel do Conselho do qual fazem parte, suas atribuições, direitos e deveres, para que reflitam sobre seu papel de cidadão participativo e discutir sobre Conselho gestor tendo como referência Elenaldo Celso Teixeira, ética e participação, na conceituação de Pedro Demo.

A quarta etapa será para estimular a busca pelo aprimoramento no que se refere à Política de Assistência Social, embasando-se na NOB/SUAS e ter um esclarecimento maior sobre Cultura Política, segundo Maria da Glória Gohn.

Na última etapa será realizada elaboração de material gráfico das reuniões para ser entregue aos conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de Ronda Alta, sendo esta uma cartilha contendo todo o resumo das reuniões.

Portanto o Projeto de Intervenção deve ser realizado como um estímulo para expandir o conhecimento dos Conselheiros sobre temas que se fazem presente na Política de Assistência Social, sendo que o Conselho Municipal de Assistência Social é o espaço propício para essa expansão. Visando alcançar os objetivos previstos com a capacitação, terá início a mesma no mês de Abril e dando continuidade até o mês de Agosto do ano de 2010, propiciando espaço para haver a maior interação dos Conselheiros Municipais nos assuntos que são de seu total interesse na condição de serem cidadãos participativos.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1999.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAVIGNO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, p. 47-103.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *Conselhos de Políticas Públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? Conselhos gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Pólis, 2000, 144 p.

Democracia, participação e direitos humanos

Leandro Andrighetti
Autoria

Resumo: O pensamento político democrático é marcado por duas vertentes: a democracia direta e a democracia representativa. Desde a sua origem as concepções de cada vertente passaram por profundas transformações. O que se entendeu por democracia direta e democracia representativa em outros tempos é diferente do que entendemos hoje. Não apenas mudaram as concepções, como também a prática destas democracias. Então, nos perguntamos: qual a razão destas transformações? Que princípios fundamentam estas concepções? Por que razões a democracia representativa é predominante nas sociedades contemporâneas? Esta democracia é suficiente para realizar os anseios dos indivíduos e da sociedade? Uma vez postas estas questões, encontramos em Bobbio argumentos que as esclarecem. Para ele, estar em transformação é um estado natural da democracia. Somente o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo. A democracia se contrapõe ao regime autocrático, em que o poder é concentrado e despótico. Na democracia o poder é distribuído a todos os cidadãos, o que permite que todos possam decidir sobre as coisas que lhes dizem respeito. Neste sentido, liberdade, direito e participação são fundamentos deste regime. A democracia “abre as portas” para a liberdade na medida em que fazer ou deixar de fazer algo, não depende senão da própria consciência e ao que lhe é de direito. O direito assegura a participação. A participação possibilita efetivamente a realização dos anseios dos indivíduos e da sociedade. No entanto, numa democracia predominantemente representativa, qual é a possibilidade efetiva de participação, senão através do voto no período eleitoral? A participação limitada pelo voto é suficiente para realizar os direitos humanos? Bobbio sustenta a tese de que a democracia direta e a democracia representativa possuem características distintas, porém não excludentes entre si. Segundo o autor, a participação direta de todos os cidadãos em todas as decisões em sociedades industriais cada vez mais complexas é impossível, todavia, nem por isso, a democracia direta deve deixar de ser perseguida. Para Bobbio, a participação direta continua sendo importante em se tratando de grupos pequenos onde os envolvidos se conheçam, também, em ocasiões nas quais procedimentos tais como plebiscitos e referendos se oferecem como possibilidade de se obter consensos desejáveis aos indivíduos e a sociedade.

Palavras-chave: Democracia. Participação. Direitos humanos.

1. Direitos humanos

Como o próprio termo expressa, são os direitos do homem. Direitos Humanos traduzem uma idéia política com base moral e que contribuem para assegurar os valores mais fundamentais da pessoa humana e estão intimamente relacionados com os conceitos de justiça, igualdade e democracia, solidariedade, fraternidade, liberdade, dignidade humana e o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Por direitos do homem

são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não dependem da concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de reconhecer e garantir. Eles expressam o que deveria prevalecer entre os membros de uma sociedade e entre indivíduos e Estados e devem ser reconhecidos em qualquer Estado, independentemente de serem grandes ou pequenos, pobres ou ricos, deste ou daquele

sistema social e econômico. No entanto, apesar de haver uma compreensão comum sobre o estatuto desejado ou proposto para os direitos humanos, há desacordos com relação aos conteúdos. São duas as formas de compreensão do problema. Uma destas acredita que os conteúdos de direitos humanos são aqueles das declarações de direitos, dos pactos internacionais, e aqueles regulados pelas constituições dos países. A outra, afirma que, para além das garantias legais, é necessário que estes conteúdos se relacionem diretamente com a vida concreta de cada pessoa. Ou seja, que valor tem as solenes declarações caso, estas, não se traduzem em condições materiais efetivas de dignidade humana?

A complexidade dos direitos humanos é mais evidente quando se trata de estabelecer um fundamento absoluto para estes direitos. Segundo Bobbio, ao se fundamentar o direito é necessário, antes de qualquer coisa, verificar se é um direito que se tem ou que se gostaria ter. Daí a dificuldade de se estabelecer um fundamento absoluto dos direitos humanos. Direitos do homem é uma expressão vaga. Existem muitas definições, mas nenhuma da conta de responder suficientemente, nem por isso deve-se deixar de fazer. Por exemplo, a expressão “os direitos do homem são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana, ou para o desenvolvimento da civilização etc” (BOBBIO, 2004, p. 37), trata de estabelecer o que são os direitos do homem, no entanto, resta uma avaliação sobre o que se entende por aperfeiçoamento da pessoa humana e desenvolvimento da civilização.

Neste sentido, referendar conteúdos de direitos humanos é aprofundar controvérsias. Na cartilha *Direitos humanos: tudo a ver com a nossa vida* organizada pela Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)¹ em 2009 encontram-se elementos para esta reflexão.

1 Oficializada em 17 de junho de 1984, a Entidade tem por objetivo promover, conscientizar, assessorar e defender as pessoas, famílias, grupos e associações em favor de sua organização e seus direitos humanos; manter a colaboração mútua com entidades de direitos humanos e outras interessadas pode lesar a justiça e os direitos humanos; adotar medidas e providências necessárias à realização dos objetivos. Hoje é referência nacional nesta área.

Falar de direitos humanos é tratar de um tema complexo, controverso e que tem vários sentidos [...] A complexidade do problema ocorre porque o tema se abre a abordagem de vários campos do conhecimento: filosofia, psicologia, sociologia, direito, teologia, entre outras. Em consequência, exige preferencialmente posturas interdisciplinares e até transdisciplinares. O fato de direitos humanos terem vários sentidos deve-se a condição histórica e as várias concepções de dignidade humana que é objeto dos direitos humanos. A controvérsia, a polémica, deve-se a presença de agentes diversos na arena de debates sobre o sentido dos direitos humanos e também do que significa atuação efetiva, o que exige abertura à diversidade e à pluralidade, sem que isso leve a evitar posicionamentos (p. 14).

Os direitos são plurais e diversos, isso é um fato, mas não são perenes. Um direito que parece fundamental numa época pode deixar de ser noutra época. Observa Bobbio:

Direitos que foram declarados como absolutos no final do século XVIII, com a propriedade *sacre et inviolable*, foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; direitos que as declarações do século XIII sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações (BOBBIO, 2004, p. 38).

Outro aspecto é que a classe dos direitos é heterogênea. Não se pode ter fundamento absoluto para direitos tão diversos. Existem vários fundamentos para vários direitos.

Não se pode afirmar um novo direito em favor de uma categoria de pessoas sem suprimir algum velho direito, do qual se beneficiavam outras categorias de pessoas: o reconhecimento do direito de não ser escravizado implica na eliminação do direito de possuir escravos; o reconhecimento do direito de não ser torturado implica a supressão do direito de torturar (BOBBIO, 2004, p. 40).

Neste caso, a escolha é fácil. Em outros casos, que estão postos em concorrência dois valores fundamentais, fica bem mais difícil. Para

resolver o problema, normalmente, se limita a extensão de um dos direitos justificando a restrição por meio de boas razões.

Para Bobbio, a busca de um fundamento de maior ou menor força persuasiva não é problema. Todos concordam com a importância dos Direitos Humanos. Geralmente ocorre uma dificuldade enorme da passagem da enunciação à ação. "O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político" (BOBBIO, 2004, p. 43).

2. Democracia

Há uma tendência equívoca da sociedade em geral de generalizar a democracia, como se fosse um conceito puro e simples. No entanto, esta compreende múltiplos aspectos dada as profundas transformações desde a sua origem. O que se entendeu por democracia direta e representativa em outros tempos é diferente do que se entende hoje. Mudaram não apenas as concepções, como também a prática destas democracias. Então, nos perguntamos: qual a razão destas transformações? Que princípios fundamentam estas concepções? Por que razões a democracia representativa é predominante nas sociedades contemporâneas? Esta democracia é suficiente para realizar os anseios dos indivíduos e da sociedade? Uma vez postas estas questões, encontramos em Bobbio argumentos que as esclarecem. Para ele, estar em transformação é um estado natural da democracia. Somente o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo. A democracia se contrapõe ao regime autocrático, em que o poder é concentrado e despótico. Na democracia o poder é distribuído a todos os cidadãos aptos a decidirem sobre o as coisas que lhe dizem respeito.

Neste sentido, liberdade, direito e participação são fundamentos deste regime. A democracia "abre as portas" para a liberdade na medida em que fazer ou deixar de fazer algo, não depende senão da própria consciência e ao que lhe é de direito. O direito

assegura a participação. Esta possibilita efetivamente a realização dos anseios dos indivíduos e da sociedade. No entanto, numa democracia predominantemente representativa, qual é a possibilidade efetiva de participação, senão através do voto no período eleitoral? A participação limitada pelo voto é suficiente para realizar os direitos humanos?

Com a conquista do sufrágio universal, o voto passou a ser um direito de "todos". O voto se tornou um instrumento de participação do eleitor, do desenvolvimento democrático e de ampliação das esferas da liberdade e igualdade dos seres humanos. Nas sociedades tradicionais, que precederam o período moderno, o voto era um direito de poucos. Com isso, não havia a participação dos indivíduos sobre os assuntos que lhes diziam respeito nem diretamente, nem indiretamente.

O direito do voto possibilitou que os indivíduos através da sua participação pudessem deliberar sobre o que melhor convém ao interesse, seja individual ou coletivo. O voto contribuiu para o desenvolvimento democrático na medida em que o peso deste ou daquele voto deixou de ter "pesos" diferentes, isto é, o voto de um indivíduo se tornou equivalente ao voto do outro indivíduo, independente da condição social deste ou daquele.

O voto também representa a ampliação das esferas da liberdade e da igualdade dos indivíduos, na medida em que estes, e mais ninguém, podem escolher os representantes que assegurem estes propósitos.

Bobbio sustenta a tese de que a democracia direta e a democracia representativa possuem características distintas, porém não excludentes entre si. Segundo o autor, a participação direta de todos os cidadãos em todas as decisões em sociedades industriais cada vez mais complexas é impossível, todavia, nem por isso, a democracia direta deve deixar de ser perseguida. Para Bobbio, a participação direta continua sendo importante em se tratando de grupos pequenos onde os envolvidos se conheçam, também, em ocasiões nas quais procedimentos tais como plebiscitos e referendos se oferecem como possibilidade de se obter consensos desejáveis aos indivíduos e a sociedade.

Segundo Bobbio, a crescente demanda por democracia direta revela que a democracia representativa não é suficientemente capaz de responder aos desejos e necessidades humanas. Com base nisso, resta saber se nas complexas sociedades industriais ainda é possível falar de democracia direta. Sendo possível, é também desejável? Qual o papel da democracia direta neste contexto, o de complementação à democracia representativa ou da sua substituição? Segundo Bobbio, usualmente, estas indagações são respondidas de dois modos: uma que considera a democracia descritivamente e a outra que considera a democracia de modo valorativo. No primeiro caso, se tem a distinção clássica entre democracia direta e democracia representativa e no segundo caso, há uma "disputa" teórica com relação ao sentido da democracia. Por um lado, "aqueles" que valorizam os aspectos negativos da democracia, e do outro, os que valorizam seus aspectos positivos.

O fato é que, anterior ao modo como a democracia veio a ser tratada, está o conceito de democracia. Segundo Bobbio, o conceito de democracia nasce com os gregos. O termo democracia significava literalmente poder do *démos*, (poder do povo), e não como hoje, poder dos representantes do *démos*. Para os antigos a praça é um símbolo da democracia. Neste espaço, os cidadãos se reúnem para deliberar sobre os assuntos que lhe dizem respeito.

Segundo Bobbio, a democracia como governo do povo recebeu duras críticas, como aquelas de Platão, Aristóteles, Maquiavel e Hobbes. De acordo com o autor, Platão entendia a democracia como governo dos pobres, da plebe, do vulgo, do incapaz para as coisas da *pólis* e ainda, considerava o governo do povo desregrado, licencioso, ignorante, incompetente e intolerante. O "vulgo", considerado por Platão, significava "um monstro terrível, leviano, preguiçoso, medroso, precipitado, desejoso de coisas novas, ingrato, em suma, uma mistura de vícios sem a companhia de nenhuma virtude" (apud BOBBIO, 2000c, p. 376). Para Aristóteles, a democracia designa o mau governo popular, isto é, em que o povo fica prisioneiro dos demagogos, adutores e corruptores. Em Maquiavel, "os homens que nas repúblicas servem as artes

mecânicas não podem saber comandar como príncipes quando são prepostos a magistraturas, tendo aprendido sempre a servir" (apud BOBBIO, 2000c, p. 376). Para Bobbio, Hobbes segue os postulados de Aristóteles, em que afirma que o povo é facilmente corrompido pelos demagogos. Diante desse desprezo da democracia, é ainda possível justificar a democracia nos dias de hoje?

Segundo Bobbio, a crítica à democracia reflete mais o desprezo histórico pelo povo por parte dos grupos oligárquicos, do que propriamente um mau governo popular, nos termos de Aristóteles. Para Bobbio, o que possibilitou atribuir à democracia um juízo positivo, foi a tomada de uma nova referência. A referência original era um corpo coletivo (*démos*) considerado sempre em sentido pejorativo, isto é, entendido como a "massa", o "vulgo", a "plebe", enquanto a nova referência não é mais o corpo coletivo, mas os indivíduos que o constituem. Numa democracia não é a massa quem decide, mas os indivíduos singulares. O povo nada decide. Quem decide são os cidadãos que formam a comunidade dos cidadãos.

'Povo' não é apenas um conceito ambíguo, precisamente porque não existe senão como metáfora um todo chamado 'povo', distinto dos indivíduos que o compõem, mas é também um conceito enganoso: sempre se falou de 'povo', a começar do *populus* romano, passando pelo poder das sociedades medievais, até chegar aos governos populares da idade moderna, mesmo quando os direitos políticos pertenciam a uma minoria da população (BOBBIO, 2000c, p. 379).

Com isso, o conceito "povo" apresenta basicamente os seguintes fundamentos: a) soberania; b) ausência de corpos intermediários, e c) a participação direta dos cidadãos nas decisões que lhe dizem respeito. Conforme a clássica compreensão grega, a soberania do povo consiste numa democracia direta no qual os cidadãos se reúnem em assembleia para decidir sobre as coisas que lhe dizem respeito, isto é, quem decide não é o representante eleito como temos nas democracias modernas, mas é o próprio povo através daqueles cidadãos com direi-

tos políticos. Esta democracia é muito restrita se comparada à democracia representativa, pois a soberania do povo não é apenas participação direta de uma minoria, mas a participação do maior número possível de cidadãos aptos a decidirem sobre o que lhes diz respeito, isto é, o sufrágio universal.

Como estudioso dos pensadores clássicos, Bobbio encontrou em Rousseau o sentido mais adequado para o conceito de soberania, quando fez uma crítica à liberdade dos ingleses. “A soberania não pode ser representada”, e portanto, “o povo inglês acredita ser livre mas se engana redondamente; só o é durante a eleição dos membros do parlamento, uma vez eleitos estes, ele volta a ser escravo, não é mais nada” (apud BOBBIO, 2000a, p. 53). Nesta concepção, a soberania do povo somente se dá pela participação direta e permanente. Segundo Bobbio, Rousseau reconhecia a soberania como sendo um ideal da democracia. Para ele “uma verdadeira democracia jamais existiu, e jamais existirá” (apud BOBBIO, 2000c, p. 376). Identificou o problema da soberania dos indivíduos como algo impossível de ser realizado plenamente devido a algumas exigências difíceis de serem reunidas, como, por exemplo, “um Estado muito pequeno, [...] uma grande simplicidade de costumes, [...] uma grande igualdade de condições e fortunas, (...) um pouco ou nada de luxo” (apud BOBBIO, 2000a, p. 53).

Segundo Bobbio, os Estados se tornaram cada vez mais populosos, não havendo a possibilidade de se conhecer todos os cidadãos; os costumes ao invés de mais simples, sempre mais numerosos, sendo os problemas multiplicados; as desigualdades ao invés de diminuir, aumentaram; e o luxo não apenas não desapareceu, como tem se intensificado através das sociedades industriais (BOBBIO, 2000a, p. 54). O ideal de democracia direta teorizada pelos gregos não comporta a expansão populacional dos nossos dias. A participação direta é um ideal-limite. Então, teria sentido falar democracia direta em nossos dias?

Evidente que, se por democracia direta se entende literalmente a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes, a proposta é insensata. Que todos decidam sobre tudo em sociedades sempre mais complexas como são as modernas sociedades industriais é algo materialmente impossível (BOBBIO, 2000a, p. 54).

Para Bobbio, a democracia direta, não pode ser pensada como uma transposição do método antigo, para os dias de hoje. A democracia direta deve ser pesada como um ideal de adequação à democracia representativa, como as que já existem ou ainda podem ser implementadas.

quando se fala, hoje, de democracia direta, se pretende referir, [...] a instituições como o *referendum*, através do qual, todos os cidadãos com direitos políticos são chamados a exprimir o próprio parecer sobre temas de particular interesse nacional ou local (BOBBIO, 1983, p. 69).

O *referendum* é uma das formas que a democracia direta encontrou para se adaptar as exigências de maior participação dos cidadãos nas questões políticas das democracias representativas. Mas, para além da opinião acerca de um determinado assunto, do direito ao voto ou exercício deste direito, a participação dos cidadãos consiste também no controle do poder. O cidadão precisa estar atento sobre *como* se dá o governo representativo, ou seja, se representa de fato os cidadãos em geral ou se representa os interesses particulares.

Outro aspecto da democracia não se reduz estritamente a temas de organização do poder, do acesso a ele, ou da sua manutenção. Para Bobbio, a democracia deve permear a inteira sociedade civil a começar pelas instituições sociais. Desta forma, o critério que permite avaliar o desenvolvimento democrático não é o de *quantos* votam, mas *onde* se vota. Este critério diz respeito aos espaços efetivos de participação dos indivíduos direta ou indiretamente. A tarefa da democracia, nos dias de hoje, é a de estender a democracia política à democracia social. Este é o maior desafio das democracias atuais, é

também a única forma da democracia encontrar legitimidade política e social, criando as condições para a participação dos indivíduos nos assuntos que dizem respeito aos direitos fundamentais de cada ser humano. O papel singular da democracia com relação aos direitos humanos se afirma na medida em que oportuniza a ampliação dos direitos humanos, criando as condições para o exercício das liberdades e dos direitos. De modo geral, a democracia é requisito dos direitos humanos e os direitos humanos requisito da democracia.

Para Bobbio, o direito é uma construção, um artefato humano, fruto da política, que produz o direito positivo. O direito não é inato, logo, à razão é atribuída a função de pensar, projetar e ir transformando esta construção em necessidade de convivência coletiva. Neste sentido, a razão tem a função de indicar os meios mais adequados para a convivência coletiva apontando possíveis entraves e as possíveis saídas. É também um instrumento necessário para elaborar e interpretar o direito, diferenciar o jurídico do não-jurídico, a guerra da paz.

A possibilidade de promover e garantir os direitos humanos é uma consequência da ampliação dos sistemas democráticos, sendo que é a quantidade de espaços que os indivíduos podem atuar o que qualifica um sistema democrático como consistente e eficaz. Com a ampliação dos espaços criam-se as condições para o reconhecimento dos direitos do homem. Não necessariamente a abertura destes, garante os direitos humanos. Mas é um facilitador, pois a possibilidade de justificação dos direitos instaura uma nova perspectiva em termos de exigência jurídica e política destes direitos. Neste sentido, os direitos humanos não estão prontos, é preciso lutar para o seu reconhecimento e proteção. O que de fato significa reconhecer e proteger os direitos humanos tendo como base a idéia de que os direitos são históricos?

A história moderna demonstra um processo de contínuo desenvolvimento da liberdade do homem e o surgimento de novas exigências frente aos direitos. Desta forma, a primeira geração de direitos chamada de direitos civis e de direitos políticos deixa de ser suficientes. Assim, emerge uma nova geração de direi-

tos compreendidos como direitos sociais que será acompanhado dos direitos econômicos e culturais. Os direitos proclamados no Estado liberal, já não são mais compreendidos como aqueles direitos estanques e independentes, próprio da primeira geração de direitos.

Os direitos humanos, hoje, são grupos de direitos interdependentes e indivisíveis, como os direitos individuais, políticos, econômicos e sociais.

o que ocorre é, na verdade, o surgimento de um novo conceito de indivíduo, que ultrapassa o conceito liberal. É o indivíduo portador de todos os direitos que possam permitir a sua completa integração à sociedade em que vive. É um indivíduo que não tem apenas o direito a sobrevivência, o direito a vida biológica, mas direito a vida com dignidade, com trabalho, justa remuneração. As garantias sócio econômicas são meios de que os indivíduos devem dispor em um sociedade, em um determinado momento histórico, para poder ser livre. Não há liberdade política sem democracia econômica e social. Esta é a propositura que faz o Estado Democrático e social de direito, e é este o sentido da expressão garantias socioeconômicas de direitos individuais e políticos (ROBERT; MAGALHAES, 2002. p. 211).

Assim, são dois os modelos de democracia em relação aos direitos humanos: a democracia substantiva e a democracia funcionalista. A democracia substantiva acolhe os direitos no âmbito político e permite que, pela participação, os cidadãos expressem sempre seus desejos e tenham mecanismos de formação da vontade coletiva; e a democracia funcionalista, que opera com a regra da maioria garantindo o controle, a regulamentação da afirmação e da expansão dos direitos, ou seja, somente se constituem em direitos aquelas demandas aceitas pela maioria.

Sendo que a afirmação dos direitos exige sua legitimação como demandas de reconhecimento, portanto, como interação e participação, não haveria como propor direitos sem democracia. Assim que, somente democracias substantivas podem conviver positivamente com direitos humanos. Democracias funcionalistas tendem a restringir os direitos à regra da maioria tomando como risco qualquer forma de ampliação desses direitos.

Com este exame da democracia e dos direitos humanos se pode observar que há uma relação intrínseca entre ambos e que a participação é condição para o correto funcionamento do regime democrático e para o processo de reconhecimento e proteção dos direitos do homem. Destacou-se ainda a complexidade conceitual dos direitos humanos e a impossibilidade de fundamentação absoluta. Distinguiu-se as duas formas de participação democrática, isto é, a direta e a representativa. Além disso, que a crítica à democracia representativa não significa a imediata condução à democracia direta. Por fim, uma interpretação sobre qual das formas de participação democrática estaria mais apta a realizar os direitos humanos.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *A era do direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Apres. Celso Lafer. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

_____. *O futuro da democracia*. 8. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. *Liberalismo e democracia*. 6. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000b.

_____. *Teoria geral da política*. A filosofia política e a lição dos clássicos. Org. Michelangelo Bovero. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000c.

_____. *Qual socialismo*: discussões de uma alternativa. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO (Org). *Direitos humanos: tudo a ver com a nossa vida*. Passo Fundo: CDHPF, 2009.

ROBERT, Cinthia; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Teoria do estado, democracia e poder local*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

Informação e capacitação aos agentes sociais envolvidos no Programa Bolsa Família

Marcia Nardi Piovesana
<marcia_nardipiovesana@hotmail.com>
Autoria

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo apresentar o Projeto de Informação e Capacitação as agentes sociais envolvidos no Programa Bolsa Família, sendo que o mesmo será desenvolvido em estágio obrigatório realizado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Marau, supervisionado pela assistente social Sheila Figueró que é responsável pela supervisão do projeto. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado pelo Governo Federal, este é apontado como o carro-chefe das políticas sociais que se caracterizam como direito as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Pauta-se em três dimensões essenciais á superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato à pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço no exercício de direitos sociais básicos nas áreas da saúde e educação, através das condicionalidades; coordenação de programas complementares de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade. A lógica do Programa Bolsa Família visa além da transferência direta de renda promover o acesso destas famílias aos demais direitos sociais como a educação, saúde e assistência social e com o monitoramento adequado a identificação das principais dificuldades encontradas pelos beneficiários deste programa, para que se possa então promover a emancipação destas famílias. O município de Marau aderiu o Programa Bolsa Família em 13 de outubro de 2005, este ficou sob gestão municipal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e para fins de controle social o Conselho Municipal de Assistência Social, isto em articulação as políticas publicas de Educação e Saúde devido ao cumprimento das condicionalidades. Contudo evidenciam-se problemas relacionados ao acompanhamento destas famílias pela rede operante das condicionalidades. Considerando-se que o foco principal do Programa é a família e suas múltiplas expressões, vulnerabilidades e possibilidades, podemos perceber que a intersectorialidade entre as distintas secretarias é iniciante, mesmo sendo este de suma importância para a emancipação das famílias beneficiárias do programa. Este projeto pretende, assim, informar e capacitar os sujeitos sociais envolvidos no Programa Bolsa Família, para que estes possam conhecer o Programa suas condicionalidades, ressaltando a importância do papel de cada um neste contexto. O projeto tem por objetivo abranger os agentes operantes das condicionalidades das políticas municipais de saúde, educação e o Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a população em geral. Este busca criar consciência quanto à importância no cumprimento das condicionalidades e do acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, proporcionando assim um momento de pesquisa quanto à visão dos beneficiários de município de Marau quanto ao Programa e suas condicionalidades, para que isto sirva de subsidio para o processo de capacitação junto aos diretores da rede municipal de ensino, as equipes das unidades básicas de saúde e o Conselho Municipal de Assistência Social, concomitantemente às entrevistas em rádios e breves lembretes em jornais, podendo, assim informar a população geral quanto ao Programa Bolsa Família.

Introdução

O Programa Bolsa Família é apontado como o principal programa social do governo federal tendo também um papel unificador com outras políticas. Articula-se com o direito à alimentação por meio da garantia de uma renda mínima; articula-se com a saúde e educação por meio da cobrança de condicionalidades; articula-se com políticas de geração de trabalho e renda porque, no pacto de adesão firmado com os municípios, determina-se a adoção de ações complementares nesse sentido. O Programa faz parte do Fome Zero e está contribuindo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais no país, para a melhoria da situação alimentar e nutricional, para o aumento da frequência escolar e para a redução da mortalidade infantil dentre seus beneficiários (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Bolsa Família, 2009).

Este artigo pretende discutir o Projeto Informação e Capacitação aos Agentes Sociais envolvidos no Programa Bolsa Família, o projeto tem por objetivo abranger os agentes operantes das condicionalidades das políticas municipais de saúde, educação e o Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a população em geral.

Este busca criar consciência quanto à importância no cumprimento das condicionalidades e do acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Proporcionando assim, primeiramente, um momento de pesquisa quanto à visão dos beneficiários de município de Marau quanto ao Programa e suas condicionalidades, para que isto sirva de subsídio para o processo de capacitação, que ocorre em um segundo momento, junto aos diretores da rede municipal de ensino, as equipes das unidades básicas de saúde e o Conselho Municipal de Assistência Social, concomitantemente às entrevistas em rádios e breves lembretes em jornais, podendo, assim informar a população geral quanto ao Programa Bolsa Família.

O projeto esta sendo realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e contará com o apoio das Secretarias Municipais de Saúde e Educação através de geração

de demanda e concessão do espaço físico, no período de novembro de 2009 a junho de 2010. Atualmente o projeto esta em sua fase inicial, estão acontecendo encontros nas unidades básicas de saúde, a finalidade do mesmo é colaborar para a qualificação das ações desenvolvidas acerca de contribuir para o processo social instaurado pelo Programa Bolsa Família no município de Marau.

A pertinência de capacitar e informar sobre o Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda¹ do Governo Federal, que beneficia famílias em situação de pobreza² e de extrema pobreza.³ Pauta-se em três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato à pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço no exercício de direitos sociais básicos nas áreas da saúde e educação, através do cumprimento das condicionalidades; coordenação de programas complementares de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade⁴ (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ Bolsa Família, 2009).

O Programa Bolsa Família é caracterizado

- 1 "Programas de transferência de renda são aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou famílias, mas que também associam a essa transferência monetária, componente compensatória, outras medidas situadas principalmente no campo das políticas de educação, saúde e trabalho, representando, portanto elementos estruturantes, fundamentais, para permitir o rompimento do ciclo vicioso que aprisiona grande parte da população brasileira nas amarras da reprodução da pobreza" (SILVA; YASBEK; GIOVANINNI; 2004, p. 19).
- 2 Famílias com renda mensal per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 40,00 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ Bolsa Família).
- 3 Famílias com renda mensal per capita de até R\$ 70,00 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ Bolsa Família).
- 4 É a condição objetiva da situação de exclusão o que aumenta a probabilidade de um evento ocorrer. O que identifica são os processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural (PNAS/2004).

como uma das principais demandas dos usuários que procuram a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Marau.

No município de Marau existem atualmente 2.486 famílias cadastradas, sendo que conforme dados do CadÚnico⁵ no período de março de 2010, 679 famílias receberam o benefício. Constatou-se que muitas famílias que recebem o benefício não têm um entendimento claro sobre o que é o Programa, relacionando muitas vezes com a questão político partidária do município, e também sobre suas condicionalidades, fazendo com que algumas acabem tendo o benefício bloqueado pelo não cumprimento das mesmas.

Ao entrarem no Programa estas famílias assumem compromissos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, as condicionalidades, regulamentadas pela Portaria GM/MDS nº 321, de setembro de 2008, cujo objetivo é reforçar o acesso das famílias às políticas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população beneficiária e o acesso aos serviços a que tem direito, sendo assim dever do Poder Público assegurar estes serviços à população, o cumprimento destes compromissos determina se a família permanece ou não no programa.

Em relação à Saúde as famílias devem vacinar as crianças de até 07 anos, pesar, medir e serem examinadas, conforme determina o Ministério da Saúde, quanto as gestantes e nutrizes devem participar do pré-natal, nas atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação da criança.

Na área da Educação é necessário matricular crianças e adolescentes, de 06 a 15 anos de idade, na escola e garantir sua frequência mínima de 85% nas aulas, informando ao gestor do Programa sempre que a criança

e/ou adolescente mudarem de escola. Já os adolescentes de 16 e 17 anos de idade, cujas famílias recebam o Benefício Jovem Variável (BJV) devem estar matriculados e cumprir frequência mínima de 75% da carga horária mensal de aulas. Para as crianças em situação ou retiradas do trabalho infantil deve ser cumprida a frequência mínima de 85% da carga horária relativa a serviços sócio-educacionais.

Quanto a Assistência Social cabe monitorar estas ações e atuar na dimensão de ações complementares para que estas famílias consigam superar a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

A mesma Portaria propõe que o adequado monitoramento das condicionalidades permite a identificação de vulnerabilidades sociais que afetam o acesso das famílias aos serviços que tem direito, demandando, assim, ações do Poder Público voltado ao acompanhamento das famílias em situação de descumprimento. (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009).

Contudo no cotidiano da Secretaria, percebe-se que não há compreensão, por parte dos agentes operantes destas condicionalidade, quanto ao objetivo do Programa e de suas condicionalidades.

A lógica do Programa Bolsa Família visa além da transferência direta de renda promover o acesso destas famílias aos demais direitos sociais como a educação, saúde e assistência social e com o monitoramento adequado a identificação das principais dificuldades encontradas pelos beneficiários deste programa, para que se possa então promover a emancipação destas famílias. Conforme Weissheimer:

O objetivo estratégico é construir políticas que possam efetivar a transição da situação de dependência em relação aos programas de transferência de renda para um estágio sustentável de inclusão social que combine participação no mercado de trabalho com a garantia de direitos (WEISSHEIMER, 2006, p. 40).

Repensar a prática dos agentes operantes destas condicionalidades, e seu papel

5 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é a base de dados utilizada para o registro das informações sobre as famílias com renda mensal de meio salário mínimo per capita. É a partir dele que é feita a seleção de beneficiários de alguns programas do Governo Federal, como o Bolsa Família por exemplo.

no processo de emancipação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Marau é o que pretende o projeto, ao mesmo tempo em que visa buscar através da mídia local informar a população em geral, quanto à importância do cumprimento e os efeitos do descumprimento das condicionalidades deste Programa (PIOVESANA, 2009, p. 4-5).

A execução do projeto se justifica a partir da observação do número de cadastros bloqueados ou cancelados pelo descumprimento das condicionalidades e pela dificuldade, encontrada na rede, em localizar e acompanhar estas famílias, bem como de comunicação entre as três políticas envolvidas no Programa Bolsa Família.

Ações propostas

O presente projeto, foi elaborado de acordo com o método dialético, que vê a realidade como uma unidade do fenômeno e de sua essência, muito mais rica e complexa do que o racional tem uma visão de homem e mundo onde tudo está em constante movimento, à realidade é objetiva, histórica e contraditória, pensada a partir de classes antagônicas, onde o trabalho, subjetiva o sujeito vendo-o como ser social (RICHARDSON, 1999, p. 48-54). Este tem por objetivo principal, informar e capacitar sobre o Programa Bolsa Família, em especial ao cumprimento de suas condicionalidades, a fim de criar consciência quanto aos papéis dos agentes sociais envolvidos neste processo. Para que isto seja alcançado conta-se com objetivos específicos sobre como desencadear este processo.

O primeiro objetivo propõe pesquisar quanto à concepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Marau, sobre este Programa e a suas condicionalidades, para com estas informações desencadear todo o processo de informação e capacitação.

Será um estudo exploratório de abordagem qualitativa, que foi elaborado a partir do método dialético, que procura responder a questões particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, tra-

balha com significados que correspondem a um espaço mais profundo das relações de forma a compreender um fenômeno social.

Compreender as concepções dos beneficiários do Programa Bolsa Família de uma maneira detalhada de seus significados e características para envolver o conjunto de valores, vivências e experiências.

A pesquisa conta com um universo é de 37⁶ famílias, que encontram-se, em sanção devido ao descumprimento das condicionalidades estabelecidas pelo Programa, sendo que a amostra a ser estudada será de 6 famílias, constituída da amostra caracterizada como não-probabilística, por isso seu tendo em vista que este tipo de amostra permite ao pesquisador selecionar perante alguns critérios as famílias que serão envolvidas neste estudo (PIOVESANA, 2009, p. 16).

Diante destes, os critérios estabelecidos para a realização da pesquisa são: a localização geográfica dos beneficiários, de acordo com o bairro em que se encontram o maior número de beneficiários e o bairro estigmatizado pela população como o bairro mais vulnerável e o terceiro critério será escolher famílias que já participaram dos grupos sócio-familiares sobre o PBF desenvolvidos pela política de assistência social do município (PIOVESANA, 2009, p. 17).

O segundo objetivo propõe capacitar as equipes das unidades básicas municipais de saúde, para informar sobre a importância das condicionalidades da Política da Saúde do PBF.

Chiavenato identifica capacitação como um processo de educação profissional aplicado de maneira sistemática organizada, através dos quais as pessoas aprendem conhecimentos, habilidades e competências em função de objetivos específicos (2006, p. 541-545).

Marau possui 12 ESF's,⁷ com equipes multidisciplinares. Estão sendo realizados, um encontro em cada unidade onde se fala sobre o Programa Bolsa Família, seus objetivos, finalidades, suas condicionalidades, a legislação que as regem, com um enfoque histórico resgatando o papel da Política de Saúde neste

6 Esta informação foi retirada da listagem emitida pelo Programa CadÚnico ao final do mês de Julho de 2009 (esta lista é emitida semestralmente).

7 Estratégia de Saúde da Família.

contexto, buscando ressaltar o papel de cada um dentro do contexto estabelecido pelo Programa Bolsa Família na política de saúde.

Em um segundo momento, estaremos em uma reunião das agentes municipais de saúde, buscando discutir o acompanhamento das famílias proposto pelo Programa, falando sobre família e como o programa trabalha com este conceito, tendo um olhar atento para as dificuldades encontradas pelas mesmas, para que se possa posteriormente pensar em soluções conjuntas.

O terceiro objetivo propõe capacitar os diretores da rede municipal de ensino, a fim de informar à importância das condicionalidades da Política de Educação do PBF. Estaremos em uma reunião dos diretores da rede municipal de ensino, neste encontro será discutido o conceito do Programa Bolsa Família, seus objetivos, finalidades, a importância e responsabilidade, que estes têm dentro da condicionalidade de educação ressaltando a importância desta política dentro do Programa Bolsa Família.

O quarto objetivo tem por finalidade refletir com o Conselho Municipal de Assistência Social, quanto ao seu papel diante do Programa Bolsa Família, será realizada uma reunião com o Conselho procurando esclarecer junto aos conselheiros seu importante papel de controle social dentro do Programa, pretende-se expor de uma maneira prática a importância que cada um tem enquanto controle social.

Juntamente a isso acontecerão os momentos de informação em rádios e jornais da cidade, como quinto objetivo, buscando esclarecer a população em geral quanto ao Programa Bolsa Família, qual o seu critério de seleção para receber o benefício, como isto acontece e quais os compromissos dos beneficiários deste Programa.

Considerações finais

O Programa Bolsa Família tem sido uma estratégia utilizada pelo governo para dar conta de um grande contingente de cidadãos que se encontram situação de vulne-

rabilidade econômica e social, no entanto, a efetividade do funcionamento deste Programa depende da cooperação das ações entre as políticas setoriais e os entes públicos envolvidos neste processo, evidenciam-se no município de Marau, dificuldades de articulação entre as distintas políticas.

O real objetivo deste programa somente será alcançado quando se puder garantir a população beneficiária os mínimos necessários para sua subsistência, com um conjunto de políticas públicas que dê conta das reais necessidades da população mais vulnerável. O projeto apresentado, pretende diminuir a distância entre os agentes sociais envolvidos ao contexto do Programa Bolsa Família.

O projeto, mesmo que em fase inicial, tem apresentado uma boa aceitação em suas ações desenvolvidas e tem servido como uma forma de articulação entre os agentes operantes da condicionalidades. Assim espera-se contribuir a interlocução entre as políticas públicas envolvidas neste processo, a partir da informação e capacitação aos agentes sociais tanto no controle social, quando na operação ou no cumprimento das condicionalidades previstas pelo Programa Bolsa Família.

Referências bibliográficas

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos: o capital das organizações*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FÁVERO, Altair Alberto; GABOARDI, Ediovani Antonio. *Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas*. 4. ed. Passo Fundo: UPF, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. *Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS*. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 26 ago. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. *Portaria GM/MDS n° 321*. Brasília, 29 de setembro de 2008.

PIOVESANA, Marcia Nardi. *A concepção dos beneficiários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Marau quanto ao Programa Bolsa Família e suas Condições*. Projeto Pesquisa. Curso de Serviço Social. Faculdade de Educação. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: Novembro, 2009.

PIOVESANA, Marcia Nardi. *Informação e capacitação aos agentes sociais envolvidos no Programa Bolsa Família*. Projeto Intervenção. Curso de Serviço Social. Faculdade de Educação. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: Novembro, 2009.

PNAS. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Cortez, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERRES, José Augusto de Souza (Colab.). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhares de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. S. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em serviço social no Brasil. In: CARVALHO, D. B. de; SILVA, M. O. S. (Orgs.). *Serviço social, Pós-Graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

Participação da mulher na sociedade: crítica de Beauvoir a Rousseau

Nara Aparecida Peruzzo
Autoria

Resumo: Por um longo período da história a mulher ocupou somente os espaços privados. O espaço público era ocupado, liderado e construído por homens. A função da mulher, segundo Rousseau, era cuidar dos filhos, servir ao marido e manter estruturada a família. Enquanto que ao homem cabia a incumbência de prover o sustento para a casa, estudar, administrar, legislar o espaço público, o coletivo. Para justificar essa dominação criaram-se inúmeros mitos sociais fundamentando a superioridade do masculino sobre o feminino. Inclusive, como poderemos ver nesse trabalho, Rousseau em *Emílio ou da Educação* irá relatar todo o processo educativo do homem e somente no final da sua obra, no "Livro V", tratará da formação da mulher. Porém isso acontece porque Emílio já está na fase da puberdade e precisa de uma companheira, para tal, Rousseau descreve como deve ser essa companheira, e partindo de um pressuposto natural, justifica a submissão da mulher ao homem. Com o advento do movimento feminista, a mulher foi tomando consciência da sua situação e questionando o argumento de que "naturalmente" ela é um ser inferior ao homem. Simone de Beauvoir, em sua obra *O Segundo Sexo* desconstrói o discurso sexista e separatista. Tanto homem quanto mulher são seres humanos. No entanto, o fato da mulher sair dos espaços privados para os espaços públicos e dividir com os homens os mesmos espaços, traz um novo paradigma para a organização social. Ou seja, a mulher, traz a dimensão do feminino, propondo uma nova lógica de organização. Objetivaremos com a presente comunicação tratar desses dois pontos: primeiro questionar a argumentação rousseauiana de que a mulher naturalmente é inferior ao homem. Para em um segundo momento, avançar na discussão das implicações da mulher adentrar nos espaços públicos. Ou seja, não pretendemos apenas dizer que as mulheres são cidadãs também, mas o que isso representa socialmente e culturalmente. Pois, a sociedade foi pensada e construída por homens, o arquétipo de sociedade que temos hoje é resultado de um processo histórico masculino, sem a participação do feminino. E como, que o feminino constrói em conjunto esse novo "modelo" de sociedade ou apenas continua reproduzindo aquele já construído? Muito mais que respostas, colocaremos a problemática em evidência.

Palavras-chave: Gênero. Participação social. Cidadania. Direitos humanos.

Antes de iniciar a apresentação, gostaria de justificar a alteração do título e da problemática da comunicação. Como publicado, faria uma crítica de Beauvoir a Rousseau. Recorreria aos argumentos de Simone de Beauvoir sobre a igualdade entre os sexos para criticar Rousseau quando ele afirma que as diferenças de papéis entre homem e mulher são de causa biológica. No entanto no decorrer do trabalho, nos preocupamos com outra questão em Rousseau. Não mais em problematizar se a diferença biológica justifica a diferença social, mas de questioná-lo se

a mulher é cidadã ou não. Desta forma, pretendemos problematizar se o espaço público, como exercício da cidadania, é um espaço frequentado e pensando com/para a mulher?

1. Rousseau

Rousseau publica *Emílio ou da Educação* em 1762. Nesta obra problematiza a relação do indivíduo com a sociedade, e de como

este pode conservar sua bondade natural enquanto participa de uma sociedade corrupta. A educação para o autor é uma ferramenta chave para a consolidação da república, pois é através da educação que o ser humano torna-se cidadão. *Emilio* contém muitas das mais importantes idéias de Rousseau. "Pois no *Emilio* encontramos o que não se acha em seus outros escritos: uma discussão completa do modo como um individuo pode encontrar, ou obter, um lugar para si na sociedade sem sofrer alienação ou a corrupção e sofrimento pessoais que isso envolve" (DENT, 1996, p. 121). A obra é composta de cinco livros, cada um corresponde a um período de vida de Emilio. Livro I: "A idade de natureza"; Livro II: "A idade de natureza – de 2 a 12 anos"; Livro III: "A idade de força – de 12 a 15 anos"; Livro IV: "A idade de razão e das paixões – de 15 a 20 anos"; Livro V: "A idade de sabedoria e do casamento – de 20 a 25 anos". É nesse ultimo livro que aparece Sofia, ou seja, a compreensão de mulher. Nele Rousseau descreve de como deve ser a esposa ideal, suas funções e seu processo de formação, levando em conta as diferenças sexuais entre homem e mulher.

Sofia, a parceira perfeita para Emilio, deve ser "mulher como Emilio é homem, isto é, deve ter tudo o que convém à constituição de sua espécie e de seu sexo para ocupar o seu lugar na ordem física e moral (ROUSSEAU, 1999, p. 491). As diferenças entre homem e mulher são decorrentes do sexo e não da espécie, tais diferenças (sexo) e semelhanças (espécie) devem influir sobre a moral, ou seja, essas diferenças e semelhanças influem sobre os princípios, critérios e metas que compreendem os padrões de conduta apropriada de uma pessoa ou sociedade. Ao afirmar que as diferenças existentes entre o homem e a mulher são decorrências do sexo e não da espécie (natureza) evita entrar em contradição com a concepção de natureza humana encontrada no *Segundo Discurso*. No entanto, mesmo que Rousseau seja sempre muito estratégico na fuga de seus paradoxos, uma leitura mais atenta nos revela que as diferenças, ditas como decorrentes do sexo, são no fundo uma forma camuflada de diferenças da natureza humana.

Desta forma, à mulher cabe a função de administrar o espaço privado, ou seja de agradar o companheiro, cuidar dos filhos, dos afazeres domésticos. Além dessas funções específicas tem o gosto pelo cuidar-se, embelezar-se e a elegância de seduzir os homens. Como Rousseau mesmo escreve "a mulher foi feita especialmente pra agradar ao homem. Se, por sua vez, o homem deve agradar a ela, isso é de necessidade menos direta; seu mérito está na sua potência, ele agrada só por ser forte" (ROUSSEAU, 1999, p. 493). Portanto, Homens e mulheres não são e nem devem ser constituídos de igual maneira, nem quanto ao caracter e nem quanto ao temperamento, consequentemente não devem ter a mesma educação. Pois

toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grande, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhe deve ser ensinado desde a infância (ROUSSEAU, 1999, p. 503).

Por isso o processo de formação não pode ser análogo à educação apropriada para o homem. As mulheres, segundo ele, dependem mais dos homens do que os homens das mulheres. Como escreve Dent (1996, p. 166) dos homens derivam às mulheres não só a satisfação do desejo e da afeição, mas também sua situação na vida.

Ora, se Rousseau dirá que a educação é o processo chave para a consolidação da República e ele afirma que o processo é diferenciado para homens e mulheres, sendo os homens ensinados a "viver" na república e a mulher a "cuidar" do lar, como a mulher é inserida na república? Ela é cidadã? Considerando que ser cidadão para Rousseau é agir ativamente na sociedade, e "um individuo não é cidadão se for o recipiente passivo da direção legislativa de outros, mesmo que esses outros estejam sinceramente agindo em seu benefício" (DENT, 1996, p. 63), como elas poderao ser agentes ativos, se a sua formação e função é a de submeter-se ao companheiro? De que forma elas integram o corpo politico? Em que espaço há a discussão com elas?

Os escritos do Livro V do *Emílio*, questionam o *Contrato Social* de Rousseau. No *Contrato Social* o autor busca articular uma base legítima da autoridade política no domínio das pessoas sobre si mesmas e em sua descrição da maneira como as pessoas ratificam seus próprios termos e condições para associação através dos atos da vontade geral. Ou seja o *Contrato Social* é um acordo entre indivíduos para se criar uma Sociedade, e só então um Estado, isto é, o *Contrato* é um Pacto de associação, não de submissão. Nele não há representatividade e nem desigualdade.

O questionamento que levanto a partir da leitura dessas duas obras, e com isso encerro, é se para Rousseau o processo de formação para homens e mulheres é diferente, como se dá o *Contrato Social*? Sabendo que no *Contrato Social* não há dominação de um ser sobre outro, não há representatividade e nem desigualdade. Ou posta de outra forma: Como Rousseau faz uma formação diferenciada, no *Emílio*, se no *Contrato Social* ele trata homem e mulher iguais como cidadãos? Ele se contradiz? Como se efetiva a democracia direta?

Referências bibliográficas

Beauvoir, Simone. *O Segundo Sexo*. Fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. 309 p.

_____. *O Segundo Sexo*. A experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 502 p.

DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 252 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 684 p.

_____. *O contrato social e outros escritos*. 4. ed. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1988. 235 p.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília: UnB, 1989. 190 p.

Direitos humanos e hermenêutica: a solidariedade como pressuposto básico

Raimundo José Barros Cruz
<rajobac@hotmail.com>
Autoria

Resumo: As reflexões, debates e pesquisas desenvolvidos na área dos direitos humanos têm alcançado significativo êxito na contemporaneidade. Tal êxito deve-se principalmente pela contribuição contundente que tais estudos têm oferecido para se pensar as relações humanas, o respeito à alteridade, as questões político-jurídicas, culturais e religiosas, como também as próprias condições de vida em que se encontra a pessoa humana. Um emaranhado de questões que se enriquecem entre si pela diversidade dos pontos de vistas, pela interdisciplinaridade, e acima de tudo, pelo grau de humanidade que revelam ao tratar de questões que partem das realidades mais práticas e objetivas às mais teórico-fundamentais. Numa outra esfera surge a Hermenêutica, área do conhecimento interdisciplinar que nasce a partir dos problemas bíblicos, teológicos e jurídicos de cunho interpretativo, e alcança sua universalidade ao se radicar no terreno da reflexão filosófica. Como Hermenêutica Filosófica, passou a contribuir com as reflexões, debates e pesquisas nas áreas da educação, do direito, da filosofia, da teologia e etc. Sua maior contribuição encontra-se no esforço de superação das tendências dominadoras comuns aos métodos nascidos com a modernidade ocidental: o método das ciências da natureza e seu ideal de sujeito dominador. Como proposta de superação dessa condição propriamente moderna, a Hermenêutica retoma toda a tradição a partir de um novo conceito de linguagem: propõe um novo *ratio*, no qual a linguagem ocupa um lugar central. Tal conceito de linguagem supera o sentido lógico-semântico e apóia-se no dinamismo do diálogo. Dialogar com a tradição, com o outro, e consigo mesmo, torna-se agora a exigência fundamental para que possamos superar as tendências dominadora, diretivas e autoritárias. Hans-Georg Gadamer é um dos grandes expoentes da Hermenêutica Filosófica, responsável por realçar a importância do diálogo e respeito mútuo para a construção do conhecimento, nas relações humanas e culturais. A Hermenêutica Filosófica gadameriana pode nos guiar a diversos rumos, contudo, para este trabalho, pretendemos por em destaque seus estudos sobre solidariedade. Segundo Gadamer, a práxis social se sustenta adequadamente quando apoiada no princípio da solidariedade: sugere, portanto, uma antropologia da solidariedade. A solidariedade tomada numa perspectiva hermenêutica retoma o pano de fundo da tradição ocidental e da vida social, oferecendo uma esperança para as formas de ajudas mútuas das quais depende a própria solidariedade. Pela solidariedade encontramos as possibilidades de superação do clima de desespero no qual se encontra a sociedade atual, tão ameaçada por catástrofes e sofrimentos. Gadamer quer alertar o homem moderno dos pontos comuns de sua existência, independente da cultura, religião, povo ou raça a que pertença. Por este caminho o autor ajuda-nos a refletir sobre os fundamentos históricos dos direitos humanos, e visualizar atitudes e iniciativas que contribuam para a construção de um mundo melhor, pautado na entrelaçada, na consciência da responsabilidade mútua.

Palavras-chave: Direitos humanos. Hermenêutica. Solidariedade. Fundamentos.

I. Sobre a condição propedêutica do estudo

Minhas pretensões com esse estudo encontram-se em condições propedêuticas; meus estudos gadamerianos geralmente têm se concentrado sobre outros aspectos da hermenêutica filosófica de Gadamer. Contudo, penso que o tema da solidariedade tal como é pensado pelo hermeneuta merece uma atenção especial, justamente pelo fato do mesmo nos ajudar a pensarmos as relações humanas e, conseqüentemente, os direitos humanos, de forma a superar as estruturas monológicas e posições de supremacia, características da modernidade.

Gadamer constrói seu sistema hermenêutico-filosófico com uma forte base na filosofia existencialista heideggeriana: “sua filosofia se chama hermenêutica, porque entende a existência como interpretação” (VATTIMO, 2002, p. 02). Muitos podem ser os desdobramentos que podem ser dados a partir daí, contudo, o que vai nos interessar, é o novo conceito de linguagem cunhado por Gadamer, e o papel do mesmo nas críticas feitas ao modelo lógico-semântico de linguagem, e mais precisamente sua crítica ao positivismo e conseqüentemente ao método das ciências da natureza; pois segundo Gadamer, “a experiência não encontra o mundo refletindo-o neutralmente, mas lendo-o (isto é interpretando-o) à luz das esperanças, projetos, medos e necessidades” (VATTIMO, 2002, p. 02).

As motivações que me fazem adotar uma postura de admiração pelo tema da solidariedade na perspectiva hermenêutica gadameriana, justificam-se pelo fato de o mesmo nascer, e ser impossível de ser desligado de seu projeto filosófico maior. O conceito de solidariedade em Gadamer está intimamente ligado a sua concepção de linguagem e por isso, ajuda-nos a questionar situações que negam nossa humanidade, e as dificuldades para o respeito e diálogo possíveis de serem encontradas na sociedade contemporânea. Gadamer procura superar com sua filosofia da linguagem a interpretação e entendimento feitos pela tradição ocidental, de que nosso modo de ser, conhecer e relacio-

nar pauta-se num conceito estático de razão. O autor sugere em sua obra *Verdade e método* que, o que procedeu de nossa parte, foi uma tradução precipitada do ideal aristotélico de homem como animal que possui o logos, por homem como animal racional: segundo Gadamer, em Aristóteles logos significa mais linguagem do que propriamente razão. Tal diagnóstico embora pareça simplório, apresenta-se como fundamental para compreendermos as pretensões do hermeneuta ao desenvolver a partir de uma retomada do conhecimento filosófico ocidental, sua filosofia hermenêutica. A perspectiva dialógica gadameriana permite-nos encontrar nossa própria humanidade, e seu conceito de solidariedade ajuda-nos a pensarmos os diversos problemas atuais. Gadamer nutre um sentimento de esperança em relação aos problemas que o homem moderno sofre e que apontam objetivamente para resultados catastróficos. O que é resumido pelo próprio hermeneuta numa entrevista à agência alemã DPA: “Quer saber uma coisa? O que eu penso não é tão importante. A única frase que quero defender sem nenhuma restrição é que os seres humanos não podem viver sem esperança” (2002, p. 01).

Penso ser o conceito de linguagem que só se faz possível no movimento vivo do diálogo oferecer a nós significativa produtividade para pensarmos o ideal de solidariedade no âmbito dos direitos humanos. Contudo, tal estudo encontra-se ainda em condições propedêuticas; representa um pontapé inicial na investigação de um tema tão importante e profundo.

2. Diagnóstico gadameriano sobre o planejamento do futuro

Data de 1965, um dos ensaios de Gadamer que compõe o segundo volume da obra *Verdade e método*. O ensaio intitula-se: *Sobre o planejamento do futuro*. Serviremo-nos das reflexões apresentadas por Gadamer nesse ensaio para num momento seguinte destacarmos a necessidade de uma práxis solidária na perspectiva hermenêutica do filósofo.

Gadamer está convencido de que, bem mais do que o significativo progresso pelo qual tem passado as ciências da natureza, “foi a racionalização de seu emprego técnico-científico, que produziu essa nova fase da revolução industrial em que nos encontramos (GADAMER, 2004, p. 182-183). Assim, o que passa a ser característica marcante de nossa época, bem mais do que o exagerado domínio da natureza, é o “desenvolvimento de métodos científicos de controle para a vida da sociedade” (GADAMER, 2004, p. 183). Tal característica apresenta-se como o momento vitorioso da ciência moderna, o qual resulta de um processo iniciado no século XIX, e agora apresenta-se como fator social predominante. Acontece em nossa época, um apoderamento de todos os âmbitos da práxis social, por parte do pensamento científico: “a investigação científica do mercado, a condução científica da guerra, a ciência da política externa, o controle científico da natalidade, a ciência para a condução da vida humana, conferem ao especialista em economia e sociedade um lugar central” (GADAMER, 2004, p. 183).

Gadamer chama atenção para a questão da ordem mundial. Para o autor, nossa época não pode mais crer na idéia de uma ordem instituída, mas na possibilidade de planejamento e criação de uma ordem não instituída, ou seja, para além da estaticidade e representação racional de ordem. O filósofo apresenta então, alguns questionamentos fundamentais:

Será possível pensar a ideia de uma ordem política determinada que não suscite idéias contrárias? Será possível pensar ideias políticas de ordem que favoreçam a uma ou outra das potências políticas existentes, de tal modo que seu favorecimento implique o desfavorecimento das outras? Será que se deve dizer que a existência desses antagônicos interesses de poder constitui uma desordem? Não serão eles a própria essência da ordem política? (GADAMER, 2004, p. 185).

A passagem acima merece um comentário, pois ela nos ajuda a perceber em que direção vai a crítica gadameriana e que discussão ele quer despertar. Anteriormente à

passagem acima Gadamer diz: “Sabemos que, mesmo sendo desejo de todos, não existe uma ordem mundial entre os povos” (GADAMER, 2004, p. 183). O autor procura alertar para os desejos de ordem mundial impulsionados pelos ideais da razão científica. Alerta Gadamer:

Estamos ainda muito distantes de ter alcançado uma consciência comum – no sentido de que o que está em jogo é o destino de todos sobre esta terra em que ninguém pode sobreviver, à semelhança do que acontece com a insensata utilização de armas de destruição atômica – já que a humanidade, ao longo, de, talvez, muitas e muitas crises e muitas experiências dolorosas não consegue encontrar – por necessidade – uma nova solidariedade. Ninguém sabe quanto tempo ainda nos resta. Porém, quem sabe, é saudável recordar o princípio: nunca é muito tarde para razão (1983, p. 55).

Assim, faz-se necessário um olhar para o que é comumente visto e vivenciado entre nós, ou seja, não há ordem ou postura pretendida que não sugira contrariedades. Negar tal realidade é o que faz com que ideais políticos favoreçam a determinadas potências. Gadamer quer mostrar que a natureza inacordável dos divergentes interesses em relação a uma ordem político-econômica, não pode ser tomado como algo negativo; mas como sugere o próprio autor, a consciência da desordem talvez seja o ponto de partida para os planejamentos futuros. Dessa forma, deve-se entender que interesses antagônicos, e desordens político-econômicas, são próprios de nossas condições, e por isso ao invés de orientar à supremacia, deveria suscitar o diálogo e entendimento mútuo: faz-se necessário a superação da idéia de que “determinadas por tantos pontos de vista diversos, parece impossível que determinada idéia política de ordem consiga alcançar unanimidade geral” (GADAMER, 2004, p. 186). O que parece impossível de realização segundo Gadamer, é a pretensão racionalizada de pensar a totalidade da ordem mundial como puro e simples objeto de planificações racionais. Pensar uma ordem mundial que confira direitos a todos, deve levar em consideração, a “profunda tensão existente entre autoridade da ciência, de um

lado, e as formas de vida dos povos, cunhadas pela religião, usos e costumes da tradição, de outro” (GADAMER, 2004, p. 186).¹

Os ideais relacionais encontram-se aprisionados ao giro cego comum ao método científico; nesse âmbito prevalecem os métodos e possibilidades de controle científico das coisas: “a tendência imanente do próprio pensamento científico é precisamente tornar supérflua e relegar a uma profunda inconsciência, a pergunta pelos fins, mediante a tendência crescente de progresso, assumida como obtenção e ‘controle’ de recursos” (GADAMER, 2004, p. 188). A pergunta pelo ordenamento de nosso mundo deve superar a estaticidade científica e focar o diferente. Planejar o futuro significa antes de tudo, superar a monologia moderna: é preciso um abandono da pergunta científica como fundamento para vida social.

Gadamer trata ainda do papel da técnica no mundo moderno, alertando para uma de suas principais características: “não existir em vista de si mesma, nem por causa de um objeto a ser produzido que tivesse seu fim em si mesmo; o modo e a aparência do objeto a ser produzido dependem do uso a que se destina” (GADAMER, 2004, p. 189). Os procedimentos e saberes técnicos expropriam os criadores, e os resultados de seus trabalhos fogem a seu controle, não é possível mapear o uso devido ou indevido das criações; eles terão sempre um, o qual será aquele que favorecer aos sistemas dominantes. Nestas condições, o mundo moderno

“nada mais é que uma trama hierárquica dessas estruturas de meios e fins; surge naturalmente a idéia de uma *tékne* superior, de um saber específico que conhece o emprego correto de todo saber específico, uma espécie de saber régio: A *tékne* política” (GADAMER, 2004, p. 189-190).

Gadamer acredita que a superação das condições técnico-científicas em que se encontram a práxis social se dá pela retomada de condições que nos determinam *a priori*: a final de contas só nestas condições se faz possível considerar as experiências originalmente humanas. Em Gadamer o que determina o ser humano em sua essência é a linguagem; ela é o centro do ser humano, quando considerada no âmbito que só ela consegue preencher: o âmbito da convivência humana, o âmbito do entendimento, do consenso crescente, tão indispensável à vida humana como o ar que respiramos. Realmente o homem é ser que possui linguagem, segundo a afirmação de Aristóteles. Tudo que é humano deve poder ser dito entre nós (2004, p. 182). A linguagem compreendida para além de um sistema de símbolos que pode ser criado artificialmente realiza-se e efetiva-se vinculada diretamente às tradições vivas, especificamente onde se encontra a humanidade em sua historicidade. “Isso garante a toda vida da linguagem uma finitude interna [...] finitude inalienável do homem” (GADAMER, 2004, p. 200). A linguagem em Gadamer é o universo de onde tudo emana de forma dialógica e dinâmica, é o terreno fértil para que se ponha em aberto o homem em sua finitude e pluralidade. Portanto, em nosso mundo globalizado, faz-se necessário o cultivo de uma consciência que ai invés de superar as diferenças em busca de unicidade, consiga ver nas próprias diferenças de nosso mundo a saída para uma ordem respeitosa e dialógica. Como nos diz Gadamer, é preciso que nós como seres humanos, entendamos que não são apenas as diferenças de desenvolvimento econômico e tecnológico o que divide os povos e que não é apenas sua superação que irá uni-los, mas que são justamente as diferenças insuperáveis entre eles, suas diferenças naturais e históricas, que nos ligam como seres humanos (2004, p. 201).

1 Conforme Gadamer, conhecemos essa tensão, por exemplo, pelos contatos estabelecidos entre antigas culturas da Ásia ou forma de vida dos assim chamados países subdesenvolvidos com a civilização européia. Todavia, essas culturas representam apenas um caso particular de uma problemática mais abrangente. Não me parece que a questão mais premente seja como se há de conciliar as civilizações européias com tradições estrangeiras de países distantes e chegar a um equilíbrio fecundo, mas como se deve, em nosso próprio solo cultural, avaliar o significado desse processo civilizatório possibilitado pela ciência e conciliá-lo com as tradições religiosas e morais de nossa sociedade. Pois esse é na verdade o problema da ordem mundial que hoje nos ocupa. O sucesso civilizatório da ciência européia fez com que esse problema fosse colocado em todas as partes com a mesma radicalidade (2004, p. 186-187).

3. O ideal gadameriano de solidariedade

Verdade e método sugere em vários momentos noções de solidariedade; considero ainda *A razão na época da ciência* uma obra com um potencial significativo para contribuir com as interpretações possíveis sobre a noção de solidariedade em Gadamer. Junto a isso se juntam as diversas entrevistas dadas pelo filósofo a diferentes periódicos cujo tema da solidariedade e a preocupação constante com a possibilidade de uma catástrofe planetária, passam a ser temas determinantes.² Não será objetivo nosso neste trabalho investigar a todos sistematicamente, conscientes de que o trabalho possui um caráter propedêutico refletiremos sobre a noção geral de solidariedade em Gadamer.

Em Gadamer a tradição existe a partir de acordos profundos estruturados implicitamente: “a linguagem e a história são sinônimos da tradição” (LAWN, 2007, p. 140); assim, linguagem e história pressupõem formas de solidariedade. Contudo, solidariedade na perspectiva hermenêutica perpassa a simples ideia de um acordo implícito que compõe o pano de fundo da existência, “ela é muitas vezes parte de uma agenda de aspirações políticas e éticas para o futuro” (LAWN, 2007, p. 141). Gadamer acredita que a superação de posturas utilitaristas que ameaçam constantemente

2 Conforme Lawn, em muitas das entrevistas com Gadamer em assuntos de política, ética e do mundo dos negócios o tema da solidariedade é frequentemente discutido. Lawn sugere ainda que significativamente durante o período pós-1960, as referências à tradição, ocupando um papel importante em *Verdade e método*, parecem ter desaparecido do léxico. Isso dá lugar à sugestão de que a ideia da solidariedade se transforma numa substituição para a “tradição” inicial, ou numa maneira de amplificar e expandir sobre ela. De muitas maneiras, a sugestão de uma mudança de uma para a outra tem certa plausibilidade lógica. A tradição, como já foi definida, é o conduto através do qual fluem os elementos centrais da vida social, conectando o passado ao presente e ao futuro. Toda interpretação acontece contra o pano de fundo de uma tradição constantemente em mudança, e ainda assim a tradição em si é baseada em acordos profundos, e seria possível igualar tais com uma forma de solidariedade.

os direitos humanos, pode ser possível com o suscitador de uma consciência da solidariedade; surge, portanto, a ideia de superação de um problema de “percepção que pode ser muito bem traduzido pela falta de visão [...] do outro – não só de seu par, mas de todos os outros seres vivos – falta de diálogo, [...] de noção de unicidade” (DEMOLINER; SARLET, 2008, p. 03). O filósofo acredita encontrarmos nos cegos no interior de uma superexcitada sequência de progresso de civilização técnica, deixando passar por despercebidos os elementos estáveis, imutáveis de nossa convivência social; assim também, poderia surgir com o despertar de uma consciência de solidariedade, uma humanidade que lentamente começaria a se entender como humanidade, ou seja, a entender que está reciprocamente vinculada, tanto no que diz respeito ao seu florescimento, como à sua decadência, e que tem que solucionar o problema de sua vida sobre o planeta (GADAMER, 1983, p. 55).

O sentido hermenêutico de solidariedade surge em Gadamer com um sentido utópico de esperança. Diz o filósofo:

[...] naturalmente, tenho fé que a futura sociedade pode experimentar uma nova solidariedade: vejo certos traços do mundo latino, que, com uma assombrosa capacidade de resistência, se defende da febre industrial de ganho, uma alegria da vida natural que encontramos nos países do sul como uma espécie de demonstração da existência de um centro mais estável de felicidade e de capacidade de satisfação do homem (GADAMER, 1983, p. 55-56).³

Experimentar uma nova solidariedade significa criar novas saídas, explorar novos recursos e recursos já existentes que ajude

3 Na sequência a esse trecho Gadamer nos lança alguns questionamentos pertinentes. Sua preocupação e pergunta fundamental é se nas grandes culturas estrangeiras, que agora são, pouco a pouco, recobertas tecnicamente pela civilização europeia-americana, isto é a China, o Japão e Índia, sobretudo, não continuam sobrevivendo, sob o manto europeu e o “Job” americano, algo da tradição religiosa e social de sua cultura milenar que, talvez, na atual situação de necessidade possa despertar a consciência de novas solidariedades conjuntas e obrigatórias, façam falar a razão da prática (1983, p. 56).

a humanidade a salvar a si mesma. Romper com a monologia moderna, superar os ideais de dominação, atentar para o diálogo, para o respeito ao ser humano: é preciso que se repense o conceito de práxis social. Gadamer procura alertar para uma interdependência humana em sentido profundo: não existem ideais particularizados, o que existe são ideais comuns, interdependentes, responsáveis de forma comum pela forma de vida humana e pelo planeta em que vivemos. Para o hermenêuta, “práxis [social] é comportar-se e atuar com solidariedade. A solidariedade, entretanto, é a condição decisiva e a base de toda razão social” (GADAMER, 1983, p. 56). A produtividade do conceito gadameriano de solidariedade para o âmbito dos Direitos Humanos justifica-se, pelo fato de que tal conceito em Gadamer, estar “profundamente emaranhado na malha (tradição) da vida social e oferecer uma esperança mais realista para a expansão das formas de mutualidade e do comum, nas quais a solidariedade em si depende” (LAWN, 2007, p. 145).

4. Hermenêutica, direitos humanos e solidariedade.

O conceito hermenêutico de solidariedade⁴ cunhado por Gadamer posiciona-nos de forma crítica em relação às estruturas intelectuais, políticas, econômicas da sociedade contemporânea. Confere-nos, portanto, a possibilidade de crítica ao conceito instrumental de solidariedade fortemente presente na socie-

4 Segundo Almeida, do ponto de vista da nomenclatura a expressão “solidariedade” certamente foi popularizada, a partir da década de oitenta, pelo Sindicato Solidariedade (*Solidarnos*) da Polônia. Não podemos esquecer que, no mesmo período, em 1978, um polonês, Karol Wojtyła, foi eleito para na Igreja Católica, assumindo o nome de João Paulo II. Uma de suas primeiras encíclicas é justamente “*Solicitudo Rei Socialis*”. Ali a doutrina social da Igreja Católica é nitidamente construída a partir do conceito de solidariedade que é definido como a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos. Seguindo essa linha poderíamos definir a solidariedade como determinação pessoal de responsabilidade mútua (2007, p. 68).

dade contemporânea.⁵ A superação de um sentido instrumentalizador do conceito de solidariedade contribui para o campo dos direitos humanos, ao nos guiar rumo às condições *a priori* de nossa própria humanidade. Por este caminho faz-se possível relações humanas pautadas no diálogo onde as diferentes vozes possuem, em sua singularidade, o direito de vir á tona sem qualquer pretensão de sufocamentos ou superioridade. No entanto, tal possibilidade faz-se possível quando a perspectiva hermenêutica nos leva a um sentido de solidariedade tendo como “pano de fundo as palavras latinas *solidum* (totalidade, soma total, segurança) e *solidus* (sólido, maciço, inteiro)” (ALMEIDA, 2007, p. 68). Solidariedade é, portanto responsabilidade recíproca: e deve motivar os seres humanos a olharem suas condições materiais (historicidade, tradição, corporeidade, ecossistema, terra, universo), e suas condições imateriais (o “eu”, ou “outro”, a razão, os conceitos, o conhecimento). Somente assim a superação da noção guiada pelo senso comum e instrumentalizada pela sociedade contemporânea, pode ser superada. Dessa forma, podemos chegar ao entendimento gadameriano de solidariedade como condição decisiva para toda razão social, e conseqüentemente como pano de fundo das discussões diversas em torno dos direitos humanos. Como diz

5 Conforme Almeida, a “solidariedade” é a grife do momento. Políticos e marketeiros elegeram esta palavra como o adjetivo preferido para os seus projetos. Fala-se de Alfabetização Solidária, Comunidade Solidária, Universidade Solidária, Ação Solidária (contra o câncer infantil), Economia Popular Solidária, empresa Solidária. É muito comum o uso estético de expressões que caem no gosto do popular. Em outros tempos esse tipo de populismo de mercado fez a mesma coisa com palavras como amor, liberdade, igualdade, fraternidade, cidadania e paz. Hoje, dificilmente alguém seria ouvido se falasse em “alfabetização amorosa, libertadora, igualitária, fraterna, cidadã”. Soaria estranho e até antiquado. Alguém deveria estudar o mecanismo psicológico de recepção ativa que leva as coletividades a elegerem padrões estéticos: seria uma espécie de inconsciente coletivo que provoca uma espécie de consenso espontâneo? Caso ultrapassemos o senso comum e o uso instrumentalizado da solidariedade certamente faz-se possível que encontremos algumas indicações mais lúcidas do conceito que apontem na direção de superação do individualismo moderno (2007, p. 67).

Gadamer: “há uma frase de Heráclito, o filósofo ‘que chora’: o logos é comum a todos, porém os homens se comportam como se cada um tivesse o seu” (1983, p. 56). A razão como linguagem viva pertence a todos, e só a consciência da interdependência humana no seio da linguagem pode nos direcionar rumo à superação das condições de dominação, comuns à sociedade contemporânea. Atuar com solidariedade é, pois, saber das insuperáveis diferenças que possuímos como povos, culturas e pessoas, e assim criar as condições de efetivação dos direitos humanos inalienáveis. É por este caminho que, como pressuposto básico, a solidariedade no sentido antropológico hermenêutico, fortalece a luta a favor dos direitos humanos e superação das iniciativas que põem em segundo plano a dignidade humana.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. C. Antropologia da Solidariedade. *Notandum*, Univ. do Porto, n. 14, p. 67-71, 2007.

FLICKINGER, Hans-Georg. O fundamento ético da hermenêutica contemporânea. *Veritas*.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Verdade e método: complemento e índices*. Trad. Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A razão na época da ciência*. Trad. Ângela Dias. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

WESTPHAL, V. H. Diferentes matizes da idéia de solidariedade. *Revista Katályses*, UFSC, v. 11, n. 1, p. 43-52, 2008.

Esfacelamento das relações interpessoais: o sujeito e o desenvolvimento do capitalismo

Samuel Silva Silvestrin
Autoria

Resumo: Objetiva-se com este trabalho esboçar uma trajetória do comportamento humano e das relações sociais no desenvolvimento da sociedade capitalista ocidental. Pretende-se verificar como o desenvolvimento do capitalismo interfere nas relações pessoais, transformando o espaço público em sinônimo de movimento em que o contato e o diálogo efetivo entre os sujeitos não ocorre. Dessa forma, Sennett defende a idéia de máscaras sociais que são utilizadas no espaço público para relações básicas de trabalho ou de interesses meramente pessoais. Esse processo contribuiu para o desenvolvimento do individualismo em que o sujeito se torna o centro de tudo, buscando incansavelmente o seu prazer. Nesse sentido o capitalismo investiu na falsa concepção do bem-estar conquistado através da aquisição de bens de consumo. Daí resulta a concepção de alienação defendida por Marx em que o sujeito é explorado pelo sistema e ao mesmo tempo contribui para que esse sistema continue existindo. Assim o sujeito trabalha e contribui para a continuação desse sistema ao mesmo tempo que investe todo o seu ganho na compra de bens oriundos desse processo. Esse círculo vicioso interfere em diferentes escalas na constituição do sujeito, prejudicando o seu desenvolvimento holístico. Poucas vezes, esse sujeito tem a consciência de ser mero objeto do sistema. Por essa razão, torna-se fundamental discutir a idéia de desenvolvimento ao mesmo tempo em que se pensa a formação crítica e ativa do sujeito. Este estudo tem como fundamentação teórica textos de Karl Marx, Richard Sennett e Anthony Giddens e Zygmunt Bauman.

Introdução

Ao longo da história da humanidade o homem, diferente de outros seres, marcou a sua diferença pela interação com seus iguais, com outros e com a própria natureza. A construção dessa rede de relações, primitivamente deu-se por gestos, sons e símbolos. Com a evolução tecnológica e o advento da industrialização do trabalho manufaturado, o homem sofreu mudanças relacionadas à forma como interagia com os seus na sociedade, mudanças essas que levaram a uma reorganização baseada em classes, em que o principal objetivo era o lucro.

Neste trabalho, retratou-se o esfacelamento das relações humanas à luz do capitalismo, aprofundando a idéia de como o sistema capitalista consegue desviar o foco da solidariedade das relações humanas para con-

centrá-lo no ter, no consumismo e no hedonismo. Esse estudo tem o objetivo de buscar alternativas para melhor compreendermos esse evento, provocando uma discussão em torno dessa problemática que envolva estudantes, professores e pesquisadores. Afinal, é preciso discutir o rumo atual da nossa sociedade, revendo a forma como ocorrem os relacionamentos interpessoais.

O estudo buscou sustentação teórica em alguns dos principais autores que abordam temas como a supervalorização do "eu", do hedonismo e a busca incessante do homem pelo prazer imediato. Nesse estudo, é possível observar um esboço da trajetória do comportamento humano nas relações sociais da sociedade ocidental contemporânea e do homem da modernidade tardia ou pós-modernidade.

A construção da história e a constituição do sujeito: um breve esboço

Há aproximadamente 400.000 anos, o homem primitivo, conhecido como Homem de Neandertal, evoluiu a forma de comunicação de grunhidos para a comunicação oral ou fala. Viveu por muito tempo desbravando a terra, sem utilizar a fala ou a escrita, porém fazendo uso da linguagem de gestos e do próprio instinto para se comunicar com os seus. A comunicação permitiu o cultivo de tradições e o compartilhamento de fundamentos de sobrevivência, a experiência dos antepassados suas relações e formas primitivas de sociedade, e uma infinidade de outras contribuições que forneceriam a base do conhecimento da sociedade humana. Em sua evolução, o homem desenvolveu a escrita, possibilitando o registro de ideias e tradições, de maneira que estas, de geração em geração, constituíram um legado. A escrita permitiu também que a interferência de infinitas formas de ruído na mensagem fosse reduzida, traduzindo as ideias com maior fidelidade. A escrita deixa registrada a passagem do homem da pré-história para a história, tornando possível o resgate do conhecimento acumulado e registrado.

A comunicação permitiu o cultivo das tradições; a escrita como forma de registrar todo o conhecimento adquirido e a própria linguagem utilizada por nossos ancestrais foram responsáveis pelo acúmulo do saber e permitiram a continuidade da evolução. A história da evolução humana, ao contrário do que na maioria das vezes se imagina, não aconteceu de forma sequencial, os fatos não são acontecimentos isolados, as idéias, as ações decorrentes e as conseqüências destas situações comuns não seguem uma ordem prevista como em um filme ou seriado de televisão. A compreensão dos acontecimentos e fenômenos ocorre de forma descontínua. Conforme Giddens (1991, p. 13), "a idéia de que a história humana é marcada por certas descontinuidades e não tem uma forma homogênea de desenvolvimento é obviamente

familiar e tem sido enfatizada em muitas versões do marxismo". O homem, como um ser cheio de limitações e inconsistências, é o único a tomar posse de sua história, perceber as descontinuidades, refazer suas relações baseado nessas descontinuidades, e dessas "mudanças-descontínuas" construir a evolução da história da humanidade. As mudanças-descontínuas são extremamente úteis e permitem que a evolução se complete.

Ao longo do processo de descontinuidade, a humanidade construiu um conjunto de mudanças, causando um profundo impacto na sua forma de viver em sociedade e garantir a sobrevivência. No início do século XIX, a humanidade viveu profundas mudanças tecnológicas. A revolução industrial expandiu-se provocando a superação do trabalho manual, que foi substituído pela máquina. Essa nova forma de organização social, em que a máquina suplanta o trabalho humano cria uma nova relação entre trabalho e capital. Nasce, assim, o capitalismo como sistema econômico.

Segundo Marx (2009, p. 36),

a indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre artesão patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Contingentes de operários, apinhados na fábrica, são organizados de forma militar. São colocados como soldados rasos da indústria, sob o controle de uma hierarquia completa de sub-oficiais e de oficiais. Não são apenas os servos da classe burguesa, do Estado burguês; são, a cada dia, a cada hora, avassalados pela máquina, pelo fiscal, pelo próprio burguês industrial.

Ao tratarmos da relação entre capitalismo e religião, temos como base o conhecimento fornecido pelo estudo de Max Weber em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905), em que o autor trabalha a idéia de que os ideais do protestantismo são diferentes do catolicismo; os protestantes, por se sentirem filhos de Deus, exigem desta vida o que de melhor ela possa oferecer no sentido material. De certa forma, tal princípio alimenta a máquina capitalista, pois os seguidores do protestantismo buscam o empreendedorismo pessoal e a qualificação de sua mão de obra,

bases do capitalismo. Max Weber observa que (2001, p. 96) “o Deus do calvinismo exigia de seus crentes não boas ações isoladas, mas uma vida de boas ações combinadas em um sistema unificado”. A riqueza individual e a benção de Deus são respostas que a religião atribui aos seus seguidores, então ser próspero e ter riquezas faz parte da vida de um protestante. Segundo Max Weber (2001, p. 94), “na prática, isso significa que Deus ajuda a quem ajuda a si mesmo”.

A inserção do homem no sistema capitalista faz com que o trabalhador rural, preocupado com os afazeres do campo, seja colocado frente a frente com o persuasivo e implacável capitalismo, que transforma o outrora lavrador em um ser urbano e cheio de desejos materiais. Como exemplo, podemos analisar o caso de um homem do início do século XX, que trabalha em uma fábrica dezoito horas por dia e executa uma função extremamente simples e totalmente braçal, talvez seus pensamentos e frases, momentaneamente fora de contexto, permitir-lhe-iam adentrar em um universo completamente diferente daquele em que ele vive naquele momento, porém divagar e criar novas saídas para situações cotidianas, não é sua atribuição. Ele pensa em uma forma de reduzir o seu esforço e torná-lo mais produtivo e menos desgastante. No entanto, nesse exato momento de seu pensamento, a esteira da fábrica acaba de lhe mostrar mais uma peça para ser montada, e lá se vão todos os seus pensamentos e com eles qualquer possibilidade de criar alternativas para a evolução do processo no chão de fábrica. Nesse estágio do processo produtivo, só interessa a reprodução, isto é, o que o modelo de produção necessita. Tem-se então um sistema de troca, no qual a máquina do capitalismo necessita dessa força braçal trabalhando para gerar lucro e dar continuidade ao processo de alienação.

Por outro lado, temos um trabalhador sendo transposto de seu lugar de origem (o campo), para viver em um novo mundo, mas que o deixa sujeito a trabalhar incessantemente sem que perceba que ele é uma engrenagem e faz parte de um sistema muito maior, embasado nesta falsa sensação de liberdade.

Por esse viés, pode-se afirmar que tudo é possível e permitido, porém até onde o próprio sistema permite. Há muito tempo conhecemos a frase de jugo popular que diz: “Não fale em crise, trabalhe”. O sistema capitalista cria *slogans* para, através de falácias, obrigar o homem a trabalhar, produzir, desejar, consumir sem questionar. Exemplo disso é a frase citada, como se trabalhar fosse sinônimo de traduzir riqueza e prosperidade, quando, na verdade, é o lucro que vai traduzir isso.

A partir do momento em que esse trabalhador se desliga de seu papel de funcionário, ele assume o papel de cidadão; como cidadão ele necessita de algo que atraia a atenção de outros cidadãos, algo que o torne importante na sociedade, algo que realmente atraia o interesse de alguém, ou então passará despercebido. Inconscientemente o ser humano é dotado de algo como se fosse um orgulho próprio, isso confunde as relações sociais tornando-as fúteis e raras. Com o passar do tempo ao adquirir, mesmo que por empirismo, um conhecimento advindo do senso comum, essa experiência possibilita ao homem antever alguns problemas sociais, compreender com maior facilidade o que acontece ao seu redor e, principalmente, criar opiniões, compartilhando o seu conhecimento sobre como se relacionar em sociedade. O capitalismo alterou o foco de interesse das pessoas. O hedonismo combinado com o materialismo, destroem o prazer da convivência sem lucro, a amizade, jogar conversa fora, “o ócio”. Os lugares públicos, entendidos como locais de não produção lucrativa em termos financeiros, deixam de fazer parte da vida do homem enquanto ser social, o que acarreta na morte do espaço público e, de certa forma, morrem também as discussões “improdutivas” sobre o rumo que a sociedade tomará. A satisfação pessoal se sobrepõe às relações sociais.

O que restou para o trabalhador do início do século XX e que está se aprofundando no século XXI? O homem moderno continua com muitas horas de trabalho, pouco tempo de convívio com a família, sem tempo para lazer e praticamente nenhuma “vida social”. O indivíduo condicionou-se à sociedade, onde não há espaços para socialização de

experiências (praças públicas), ou mesmo uma conversa que pudesse acontecer ao acaso. Sem espaços públicos destinados a tais socializações de informações e experiências, o homem cria seu mundo individual. Mesmo que existissem esses espaços, o homem em uma sociedade capitalista seria visto por seu exterior, pelas suas posses, ou o que ele representa ser diante de seus semelhantes e nunca como um protagonista de uma sociedade em construção.

Até mesmo uma conversa informal seria impossível acontecer. Richard Sennett salienta que, "quando todos estão se vigiando mutuamente, diminui a sociabilidade, e o silêncio é a única forma de proteção" (1999, p. 29). As relações sociais de fato são cada vez mais escassas e esta é uma questão que se torna pertinente e efetiva para muitos sociólogos e filósofos, pois como podem acontecer então relações entre as pessoas se só existem relações por interesse? A linha de pensamento de Richard Sennett permeia a beira de um caos no sistema das relações; ela expõe a verdade sobre relações sociais e desmitifica as relações entre as pessoas, utilizando a teoria das máscaras sociais.

A sociedade contemporânea está criando um novo tipo de homem. Cada indivíduo por si só é um emaranhado de histórias e segredos que dariam algumas centenas de páginas, porém algumas destas páginas jamais poderiam ser lidas por qualquer pessoa que tivesse interesse nessa "página". Um indivíduo possui segredos, ou ao menos passagens em sua vida, que jamais gostaria de torná-las públicas. Para evitar tal constrangimento, o sujeito usa a máscara social, representando papéis conforme a conveniência do local e do momento.

Cada sujeito, enquanto figura pública, está sujeito a julgamento; cada cidadão pode emitir a sua posição sobre tudo e todos. A forma de viver em sociedade é ditada pela maneira como lidamos com tais pensamentos e situações, pois jamais poderemos dizer o que realmente pensamos. Se o pensamento que verbalizarmos não for condizente com a situação, as máscaras sociais servem para que encaremos estas reuniões de negócio, ou um programa desagradável em sociedade, da melhor forma possível. No entanto, o mais

grave dessa situação é que cada vez mais o sujeito pós-moderno esquece essa noção da vida pública, lembrando-se dela apenas quando pode tirar proveito imediato da situação. Isso revela que, mesmo inconscientemente, o sujeito age impulsionado pelo ego-centrismo e pelo prazer que possa tirar de cada situação, de cada papel representado.

Para que aconteçam tais socializações e nenhum de seus participantes torne-se vulnerável em conversas, reuniões ou até mesmo em família, as pessoas em seus relacionamentos sociais utilizam-se de máscaras sociais, que as mantêm a uma distância segura umas das outras, deixando assim seus segredos protegidos. Nas relações modernas, não importa mais de onde viemos ou que sobrenome ostentamos, somos todos narcisistas, pois nos comportamos dessa maneira perante a sociedade. A única preocupação é exclusivamente conosco mesmo, somos extremamente hedonistas, necessitando de um prazer imediato, pois não sabemos mais valorizar nenhum tipo de relação que não nos dê prazer e alguma forma de lucratividade.

Zygmunt Bauman (2003, p. 49) afirma que,

a desintegração dos vínculos e liames impessoais havia atingido um estágio avançado, e assim a fricção e os afagos de ombros, a contiguidade, a intimidade, a 'sinceridade', o 'entrar dentro do outro', sem guardar segredos, confessando de modo compulsivo e compulsório, estavam se tornando rapidamente as únicas defesas humanas contra a solidão e o único fio disponível para se tecer o ansiado convívio.

Hoje temos um convívio em sociedade que é alimentado pelo sistema capitalista, nossos relacionamentos são tão frágeis e instáveis, escorrem sem rumo certo ou se moldam constantemente, como os líquidos, ou ainda tomam a forma que melhor nos convém. As relações interpessoais só acontecem por prazer, porque necessitamos e ninguém está interessado em saber de todos os problemas que as relações de um modo geral proporcionam.

Então essa busca da felicidade própria a todo custo nos leva a um individualismo baseado na falta de amor, que somado a um alto nível de exigência confunde e fecha as portas para os

relacionamentos intensos e duradouros. Buscamos algo novo a todo instante, como se fosse um bem de consumo que irá cumprir a função para a qual foi fabricado, mas que se torna ultrapassado por um modelo mais atual. Os relacionamentos duram somente o tempo necessário para a execução da função para a qual foi criado; é como se pudéssemos ser donos de uma pessoa e do relacionamento que temos com ela, usufruíssemos somente das partes que nos proporcionam algum tipo de retorno. Hoje as nossas relações se utilizam das técnicas administrativas, pois tratamos nossos relacionamentos como negócios em que temos o intuito de obter lucro. Assim, as relações interpessoais se tornam descartáveis e com um prazo de validade muito curto.

Não nos preocupamos mais com o coletivo, não nos desperta mais o interesse em auxiliar o próximo, o viver em sociedade aumenta o medo de nos relacionarmos e o meio mais provável de ganharmos ou lucrarmos é o ego-centrismo. Nos relacionamentos pessoais, os medos e anseios inseridos dentro da frase "eu te amo" são tão grandes que infelizmente não nos permitimos amar, esperamos achar o príncipe ou a princesa encantada em todo lugar e a todo instante. Isso nos possibilita uma liberdade libertinosa, que nos detém a um ciclo de relacionamentos momentâneos.

A busca pelo protótipo do companheiro ideal é fundada unicamente por quanto isso irá me fazer bem ou trará benefícios futuros para mim. Hoje nos deparamos com novas formas de relacionamentos, que são tão banais e tão "líquidos" que tomam a forma que damos a eles. Da mesma maneira, descartamos e partimos para um próximo com uma naturalidade assustadora e velozmente absurda; sentimos que a própria sociedade caminha dessa forma. Então surge o questionamento: por que iremos nos relacionar com alguém e fazer algo em prol dos outros, se os outros somente estão interessados em usufruir o nosso tempo e nosso esforço? Assim os laços afetivos, o pensar no bem comum e em coletividade não fazem parte da sociedade em que vivemos. Hoje os relacionamentos acontecem baseados (e só acontecem assim) em interesse. Segundo Arendt,

O mundo não é humano só por ser feito de seres humanos, nem se torna assim somente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se transforma em objeto do discurso... Nós humanizamos o que se passa no mundo e em nós mesmos apenas falando sobre isso, e no curso desse ato aprendemos a ser humanos.

Esse humanitarismo a que se chega no discurso da amizade era chamado pelos gregos de filantropia, o "amor do homem", já que se manifesta na presteza em compartilhar o mundo com os outros homens. (AREND apud BAUMAN, 2004, p. 177).

Ser humano significa ter compaixão e amor ao próximo. Ter amor a tudo que permeia relações entre pessoas; cabe a nós fazer ressoar a voz humana em momentos difíceis, confirmar o valor inexistente na maioria dos homens, o "amor do homem". Esse amor que não é mais visto, impede que o mais abastado compartilhe com o necessitado e desumaniza a cada dia a nossa sociedade.

Considerações finais

Antes que o tempo finde, antes que o sol da humanidade se ponha no horizonte das falsas verdades, é preciso refletir sobre como impedir que o esfacelamento de nossas relações se concretize. Devemos levar essa discussão para as escolas a fim de que a sociedade tome consciência dessa crise de sociabilidade. Assim como todos os estudantes do ensino tecnológico que formam a mão de obra que mantém a roda e as engrenagem do capitalismo em movimento, os estudantes secundaristas também fazem parte deste todo, tendo necessidade de conhecer o que existe por trás dessa máquina opressora e alienante, como bem preconizou Marx ainda no século XIX sobre o capitalismo.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

Direitos Humanos, alteridade e desenvolvimento na era do descartável

Dr. José André da Costa
<andre@ifibe.edu.br >

Autoria

Resumo: A presente comunicação é uma tentativa de situar a problemática recorrente do nosso tempo, a questão dos Direitos Humanos (DH) e a Alteridade como respeito e reconhecimento do Outro, em nosso contexto cultural. A ideia central que perpassará esta comunicação é afirmação de que os DH só se efetivam no momento em que o ser humano se abre para o outro e busca diante desse outro, assumir uma atitude de acolhida e de responsabilidade com ele. Os Direitos Humanos vão como que se revelando na ampliação de mais direitos. Na minha estratégia argumentativa buscarei refletir sobre “a Ética da Alteridade”, destacando o “desenvolvimento sócio-político-cultural-econômico” como “pano de fundo” do nosso tempo. Assim, o giro reflexivo é trazer à tona que o conceito de desenvolvimento vigente gera “o descartável” como uma situação negadora dos Direitos Humanos e da Alteridade, o que significa não levar em conta a interpelação do outro, no sentido da práxis, ou seja, ação do humano sobre o humano. Assim, a tese que irei defender como enfrentamento deste mal-estar da cultura do descartável é afirmar que é no encontro com o outro que os seres humanos vão se constituindo como humanos na busca da garantia de seus direitos. Trazer a lume o tema da Alteridade é fazer “saltar aos nossos olhos” que no atual contexto que vivemos, o descartável é a lógica do desenvolvimento do sistema autofágico, que é a negação do autêntico encontro do face a face, do inter-humano. Do ponto de vista metodológico, trarei à tona três momentos reflexivos: no primeiro trarei à reflexão os aspectos mais históricos, visando situar a problemática dos Direitos Humanos e da alteridade. No segundo trarei para a reflexão os aspectos mais descritivos, mostrando as características do nosso espírito epocal. O terceiro, será mais reflexivo para mostrar como as novas formas de vivência a subjetividade, na atualidade, é cair num consumismo selvagem, fruto do desenvolvimento atual. Esses três momentos servirão de estratégias argumentativas para enfrentar a cultura do descartável difundida como a combinação da alteridade com o consumismo, colocando em segundo plano os Direitos humanos e a cidadania. Neste giro reflexivo-argumentativo postularei a conjugação das normas político-jurídicas com a Alteridade, destacando o Outro não apenas como portador de um rosto, mas como um sujeito de direito e de justiça.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Alteridade. Desenvolvimento. Descartável. Ética. Justiça.

Direito a saúde: da ineficácia normativa ao abandono do cidadão

Clarice Ávila
André Crist
Muriel Leal
<muri.leal@hotmail.com>
Thais Miranda
Sayonara Porto
Bruno Rodrigues
<brunorodr@gmail.com>
Simone Specht
Autoria

Resumo: O presente estudo se propõe a debater a questão do direito a saúde a *lato sensu*, no âmbito de crise do Estado Democrático de Direito, dentro do contexto de globalização, exclusão social e mínimo acesso à saúde, levando em consideração os meios precários na qual se dá a prestação sanitária por parte do Estado. Propomos um debate que se inicia situando o lugar do direito a saúde na ordem constitucional brasileira, a qual elenca este no capítulo dos direitos sociais. Sendo assim, verificamos que o direito a saúde é elemento fundamental do direito a vida, desta forma, aquele é atraído por este, adentrando na seara dos direitos fundamentais que é pressuposto do nosso ordenamento jurídico, assim, tornando-se dever do estado e direito de todos os cidadãos. Cabe destacar que no vocábulo saúde pressupõe muito mais que a mera ausência de doença, nele está compreendido a ideia de prevenção, tratamento, acesso a medicamentos, bem estar físico e mental, ou seja, qualidade de vida suficiente para uma vida digna. Superada a análise normativa, analisamos o porquê deste direito não ser efetivado, vez que o Brasil vem batendo recorde de arrecadação tributária ano após ano, estando entre as economias mais sólidas do mundo, entretanto promovendo a seus nacionais prestações sanitárias muito distante da realidade econômica, até mesmo pior que muitos países subdesenvolvidos. Assim, percebeu-se que há falta de políticas públicas que dêem conta desta demanda, já que o Estado vem gerenciando mal seus recursos, elegendendo prioridades diversas ao direito a saúde, infringindo diretamente a vontade do legislador constitucional. Sendo assim, percebemos que a convocação da sociedade civil no processo de planejamento é imprescindível para uma boa alocação dos recursos, pois sendo esta a destinatária das políticas públicas, tem condições de evidenciar e indicar as deficiências do sistema sanitário, bem como os melhores caminhos para sua solução. Vimos que as poucas e débeis políticas públicas são decorrentes de falta de vontade política dos governantes e que, o Estado relegou a tutela do direito a saúde a um sistema capitalista concorrencial, tornando-o um bem de consumo gerador de finanças. Verificamos, também, a atuação do judiciário em relação à efetivação do direito a saúde a qual deveria ser subsidiária, mas não o é, já que vem reiteradamente sendo obrigado a assumir o papel do executivo, ordenando este ultimo que alcance tal direito ao cidadão-requerente, contudo, tais decisões individuais acabam por não resolver o problema, somente o amortecendo. Levando em consideração todos os pontos analisados, concluímos que a dignificação do nosso sistema de saúde e do alargamento do acesso a este direito fundamental depende, essencialmente, de uma realocação dos recursos de que dispõe o Estado e da formulação de políticas públicas responsáveis, desenvolvidas através da necessária e efetiva participação popular.

Palavras-chave: Globalização. Estado. Constituição. Escassez. Eficácia.

A efetivação do direito humano ao desenvolvimento e agricultura familiar

Cledir A. Magri
Autoria

Resumo: O exercício cognitivo e epistemológico dentro desta reflexão constitui-se pela articulação de quatro grandes temáticas, a saber, "direitos humanos", "direito humano ao desenvolvimento", "agricultura familiar" e "desenvolvimento sustentável", objetivando perceber em que medida e condições tais aspectos dialogam entre si permitindo uma compreensão mais ampla do tema do Direito Humano ao Desenvolvimento articulado com a Agricultura Familiar. Compreender este processo de interlocução entre estas temáticas permitirá a aproximação de temas que na grande maioria das vezes são tratados separadamente. Partiremos da premissa que a agricultura familiar pela sua capacidade produtiva e pela forma de organização dos bens de consumo e produção apresenta-se como importante instrumento para efetivar o Direito Humano ao Desenvolvimento. Não podemos perder de vista que para que isso se efetive, o desenvolvimento deve ser concebido de forma sustentável como poderemos perceber nos desdobramentos do artigo.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direito humano ao desenvolvimento. Agricultura familiar. Desenvolvimento sustentável.

Contribuições da teoria habermasiana do agir comunicativo aos direitos humanos

Dana Gabriele Hannecker
<danagabrieleh@yahoo.com.br>
Autoria

Resumo: O presente texto tem como objetivo abordar a teoria do agir comunicativo de Habermas e suas contribuições aos direitos humanos. Para o referido autor, a capacidade de usar a linguagem como meio a orientar as ações e resolver os conflitos entre as pessoas, é o meio pelo qual se pode buscar o entendimento entre os concernidos. Sendo assim, busca-se saber de que forma o entendimento via linguagem/agir comunicativo pode contribuir na realização dos direitos humanos. Em se tratando dos direitos humanos, a teoria do agir comunicativo poderia contribuir no sentido em que as normas de ação só seriam válidas se todos os possíveis atingidos pudessem dar seu assentimento, na situação de participantes de discursos racionais (1997, p. 142). Através da capacidade de linguagem, busca-se o entendimento dos concernidos. Isto é, deve haver a formação da opinião e da vontade estruturadas através do discurso. Para que isto ocorra, dever-se-ia considerar todo e qualquer indivíduo com direito de participar do discurso, de exercer todos os direitos que são comuns aos concernidos. Tal participação dos envolvidos, não deveria acontecer somente na realização ou vivência dos direitos humanos, mas na elaboração e no estabelecimento das condições para sua realização. Porém, para que os direitos humanos sejam efetivados, eles necessitam orientar-se por uma forma de pedagogia interativa/comunicativa. Dessa forma, Habermas salienta que é necessário uma moral na qual haja a responsabilidade – no sentido de responsabilidade solidária – com o objetivo de uma sensibilidade na preocupação de um com o outro e de uma nova racionalidade. Em suma, o enfoque do texto se concentrará na tentativa de aproximar a racionalidade comunicativa e os direitos humanos, e analisar quais resultados podem ser obtidos desta relação.

Palavras-chave: Agir comunicativo. Entendimento. Direitos humanos.

Projeto de acolhimento as pessoas e famílias que vivenciam o desemprego e o não trabalho no município de Passo Fundo: o cuidado em saúde mental através das práticas de geração de trabalho e renda

Hélio Possamai
Clenir Maria Moretto
Emanuele de Favere Borges
Marina Pitágoras Lazaretto
Autoria

Resumo: O presente projeto sustenta-se em ações voltadas para a defesa, proteção e promoção do direito ao trabalho da população excluída do município de Passo Fundo, especialmente daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidades frente às impossibilidades de acesso ao trabalho e geração de renda. Este, tem como especificidade identificar, compreender e intervir nos processos de adoecimentos, decorrentes do desemprego e das formas de precarização das condições de trabalho. Guia-se por meio de uma metodologia baseada no conceito de “Clínica Ampliado”, a qual segundo o Ministério da Saúde (2004), diz respeito ao comprometimento com o sujeito doente na sua singularidade, com vista na busca da intersetorialidade, assumindo assim, um compromisso ético profundo, além de voltar-se para desenvolvimento de práticas transdisciplinares de intervenção produzindo efeitos subjetivos e também comunitários. O projeto conta com o auxílio dos cursos de Serviço Social e Psicologia, da Universidade de Passo Fundo para o desenvolvimento de atividades voltadas à constituição de grupos de geração de trabalho e renda, fundamentados na perspectiva de Economia Popular Solidária, que acontece junto a Associação de Mulheres Amigas da Vila, essas residentes na Vila Donária, município de Passo Fundo. A proposta desde seu início, busca propiciar ao grupo de mulheres o fortalecimento dessas para (re) inserção novamente nos espaços de trabalho, não perdendo de vista a questão do cuidado em saúde mental, já que em decorrência do desemprego e do não trabalho e também pela ameaça muitas vezes da perda do emprego a subjetividade e identidade dos sujeitos acaba por ficar abalada. Entre a tríade, envolvendo equipe de trabalho, o grupo de mulheres e a ajuda de parcerias firmadas com entidades de Passo Fundo, foi criado um grupo de geração de trabalho e renda, como forma de inserção produtiva frente ao desemprego e não trabalho. Esse grupo no momento é composto por cinco mulheres que dão continuidade a proposta do projeto através da confecção de sub-produtos (cartões, agendas, caixinhas) a partir de papel reciclado. Compreende-se que um dos principais desafios do projeto consiste na construção de uma cultura de compreensão ético-política de todos os sujeitos envolvidos, principalmente as mulheres, no que tange aos princípios da economia solidária, os quais encontram-se na contramão dos discursos e práticas vigentes no sistema capitalista. Enfatiza-se também, que um dos elementos que possibilitam avançar no processo grupal e na produção sustentável das mulheres envolvidas no projeto é o vínculo entre equipe de trabalho e as mulheres, onde se dá um percurso de escuta das histórias de vida e trabalho dos sujeitos. Desse modo, trabalha-se na perspectiva de historicizar e contextualizar as circunstâncias de vida e trabalho, partindo do olhar transdisciplinar para com a problemática do desemprego e não trabalho. Constata-se que há um conjunto de sentimentos, percepções e angústias frente a essa realidade, a qual muitas vezes é permeada de descaso para com a dignidade humana, os quais fazem parte do cotidiano do projeto e daquela comunidade.

Palavras-chave: Trabalho. Desemprego. Saúde mental. Geração de trabalho e renda.

Pluralismo religioso, multiculturalismo e direitos humanos

Ésio Francisco Salvetti
<esiosalvetti@hotmail.com>

Autoria

Resumo: O trabalho objetiva refletir sobre a difícil tarefa que o Estado Democrático de Direito enfrenta com o pluralismo religioso, fundamentando-se no pensamento habermasiano. Com a separação entre Estado e Igreja, o Estado passou a obter sua legitimação de modo auto-suficiente, a legitimação do poder político passa a não depender de tradições religiosas nem metafísicas. No entanto, o Estado de direito, constituído democraticamente, tem de proporcionar a liberdade de religião, e tem como mandamento supremo a neutralidade. Desta forma, é ilegítima a ação do Estado pender para uma concepção religiosa, pois se funda sob princípios seculares, tornando-o uma instituição laica. Na compreensão de Habermas, a religião é uma imagem de um mundo, e há um conteúdo de verdade e racionalidade que deve ser levado em conta. Diante disso, cabe levantamos as seguintes questões: Qual é o papel político das religiões? Em que medida é legítima a fundamentação religiosa, na esfera pública política, para a formação política da opinião e da vontade dos cidadãos? Nas sociedades pós-modernas, o Estado democrático de Direito defronta-se com o pluralismo religioso que clama por inclusão cultural e política, mas, o Estado tem de observar o não ferimento do mandamento da neutralidade, mas ao mesmo tempo, não pode assumir uma postura de intolerância diante dessas minorias. Em nome da liberdade de religião, as minorias religiosas passaram a exigir de forma legítima a igualdade de tratamento, regras de exceção ou medidas do Estado. O grande problema é que a igualdade é freqüentemente ameaçada pelo predomínio de uma cultura da maioria que abusa de seu poder adquirido na história, para determinar o que pode valer como cultura política obrigatória em geral. Os conflitos surgem no momento de decidir quem deve e quando deve aceitar o etos das outras culturas. Por exemplo: Os alunos que não seguem nenhum tipo de religião ou que são de outra denominação religiosa devem aceitar que a professora venha para a sala de aula em traje islâmico? Ou o pai turco deve aceitar que a filha tenha aulas de esporte juntamente com meninos? Buscando dialogar sobre essas problemáticas, Habermas compreende que é democrático, o Estado que possibilita e incentiva a expressão dos diversos grupos que o compõem. Só valem como legítimas as decisões que puderem ser justificadas à luz de argumentos acessíveis em geral, isto é, que são imparciais tanto para cidadãos religiosos, como também para cidadãos de orientações de fé distintas. Na compreensão de Habermas o exercício de um poder que não consegue justificar-se de modo imparcial é ilegítimo porque, nesse caso um partido estaria impondo sua vontade ao outro. Para finalizar, cabe destacar que na compreensão de Habermas, cada um está autorizado a formar seu modo cultural próprio sob a pressuposição de que se entendam juntos com todos os outros, mas, para além dos limites subcultural, como cidadãos da mesma coletividade política. As justificações e as autorizações culturais encontram seus limites nas bases normativas da Constituição, a partir da qual eles se fundamentam.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Religião. Estado. Direito. Habermas.

A efetividade do direito à alimentação: qual o impacto da sua inclusão no texto constitucional?

Fabiana de Menezes Soares
<fabiana.demenezes@terra.com.br>
Autoria

Resumo: Em 5 de fevereiro de 2010, foi promulgada a emenda constitucional 64 que incluiu o direito à alimentação no rol dos direitos sociais do artigo 6 da Constituição Federal. Brasileiros em situação de risco social por desnutrição, acham-se aviltados em sua dignidade de pessoa humana, e portanto sem condições de realizar escolhas livres já que lutam diuturnamente pela "sobre-vivência". Diversas políticas governamentais, oriundas dos ministérios e dos outros órgãos de estado tocam em perspectivas importantes ao sentido do direito à alimentação ao mesmo tempo em que conformam a sua atuação. Por vezes, tais perspectivas se apresentam sob o ponto de vista concreto, como contraditórias, incompatíveis, em função dos interesses juridicamente tutelados envolvidos o que indica uma tendência a uma grande "conflituosidade". Isto significa que o direito à alimentação significa não só o acesso a uma dada quantidade de "comida", mas a um alimento saudável, que custe menos, e que possa ser cultivado. Assim são identificados campos normativos ligados à saúde humana, à sanidade vegetal, à saúde animal, à produção agrícola, ao planejamento de ações governamentais. Em função da organização de poder fundada em competências normativas dispersas, tais campos culminam por segmentar o contexto semântico do direito à alimentação, que não obstante a sua natureza constitucional pode ser obstaculizado em suas várias facetas, também, pela legislação infra-legal. Na prática, isto pode responder pelo amesquinamento ou inviabilização da satisfação do direito, através de atos normativos de hierarquia inferior ou por conflitos de competência. Daí a importância do posicionamento desta questão, no sentido de informar e conformar a legislação vigente e futura, à regulação governamental responsável e assim diminuir as possibilidades do incremento da judicialização de políticas públicas afetas a este setor, bem como do ativismo judicial, dentro de um contexto de qualidade da legislação (Legística). A otimização da efetividade do direito à alimentação concebido como algo mais do que o acesso à "comida" necessita de uma compreensão à luz de uma perspectiva consumerista, mas também ambiental, agrônômica e sanitária.

Palavras-chave: Direito à alimentação. Efetividade de direito fundamental. Qualidade da legislação. Legística.

Direito à cidade: o desafio de viabilizar a participação popular em Passo Fundo/RS

Graciela Fiad
<gatiafiad@yahoo.com.br>
Autoria

Resumo: A cidade é um espaço coletivo, diversificado culturalmente que pertence a todos os seus habitantes, espaço onde são estabelecidas as relações sociais, desta forma o Direito à Cidade, pressupõe o exercício democrático por meio da participação popular por todos que nela habitam. Diante disso, o estudo buscou responder o seguinte problema: Qual a concepção do direito à cidade para moradores, lideranças populares e gestores em Passo Fundo? Há no município um grande número de famílias que vivem em condições de vulnerabilidade habitacional e social, sendo que estas famílias necessitam, além de uma moradia digna, o direito enquanto cidadãos de reivindicarem, junto ao poder público, a garantia de melhores condições de vida. Assim, a pesquisa teve como objetivo, conhecer e identificar a concepção do direito à cidade para moradores, lideranças populares e gestores em Passo Fundo/RS, objetivando definir ações e estratégias que venham ao encontro da realidade vivenciada pela população.

A importância do diálogo

Graziela Visentin
<grazielavisentin@hotmail.com>
Autoria

Resumo: Venho através deste texto colocar em questão a importância do diálogo na condução de nossas vidas, seja no convívio familiar, na condução de nossa profissão ou ainda na condução de nossa vida de estudantes. Cabe ressaltar que o diálogo não trata de uma disputa de idéias e sim da construção de novas idéias e conhecimentos mediante diferentes visões de homem e de mundo dos sujeitos envolvidos. Explicando melhor, trata-se da desconstrução e construção de novas verdades até então desconhecidas. É uma forma de aprendizado em vários aspectos de nossa vida. Porém sabe-se que no mundo contemporâneo do qual fizemos parte existe um individualismo, uma disputa de saberes que não nos permite dialogar. O surgimento da tecnologia incluindo a internet como forma de adquirir conhecimento também dificulta o diálogo. Parece não possuir sentido algum. Outro fator importante para dialogarmos é conseguir escutar a nós mesmos e interagir com nossos pensamentos e entendê-los. Daí a importância de colocar a filosofia em nossas vidas para conseguirmos compreender melhor nossos pensamentos e atitudes e os pensamentos e atitudes dos demais. A Filosofia nos permite dialogar, interagir com as demais áreas do saber sem a pretensão de saber mais que as mesmas mas sim de colaborar para construção de novos conhecimentos dentro dessas áreas. Aprender a dialogar para a construção do conhecimento é algo que deveria acontecer ainda no ensino básico, porém sabemos que isso de fato não acontece. O que acontece na verdade na maioria das Escolas existe uma imposição de valores, de conhecimentos, ou seja, o professor transmite aos alunos o que ele sabe, o que ele aprendeu e os alunos acatam sem questionar, isso porque a grande maioria dos professores ou até mesmo o sistema de ensino não vê a real importância dos questionamentos por parte dos alunos para o aumento da qualidade do aprendizado. Essa limitação no ensino básico vem refletir negativamente no ensino superior, no qual a proposta de ensino é bem diferenciada, ou seja, o aprendizado é feito em conjunto, entre alunos e professores. A partir dessa proposta diferenciada de ensino, muitos alunos sentem dificuldade em construir conhecimento, em pensar e refletir, pois são acostumados a receber o conhecimento pronto, a não questionar sobre o que estão aprendendo, sobre qual o sentido que determinados conteúdos teriam em sua vida cotidiana. Entende-se que o sistema de ensino básico não possui um caráter emancipatório, não garantindo ao aluno o direito e a liberdade de criar, de construir novas idéias, para que possa dessa forma contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para o avanço da consolidação dos direitos humanos, estando entre eles o direito a educação, mas não só a educação em si mas outros aspectos ligados a ela como a direito a liberdade e a dignidade.

Patrimônio e resocialização

Greice Barufaldi Rampanelli
<rampanel@terra.com.br>

Autoria

Resumo: Passo Fundo vem sofrendo grandes alterações em função de seu rápido e intenso crescimento em diversas áreas. A necessidade de novos edifícios para acolher essa demanda é grande, onde a especulação imobiliária compromete o patrimônio cultural que é cada vez mais esquecido e desvalorizado. Além disso, esse desenvolvimento provoca um afastamento e uma diferenciação ainda maior das classes sociais, o que aumenta o número de pessoas em situação social vulnerável. Percebe-se, então, a necessidade de se criar na cidade a consciência da valorização de sua história e, conseqüentemente, de sua arquitetura como forma de identificação cultural, e também a importância de lançar um olhar sobre aqueles que estão esquecidos, mas que ainda fazem parte da vida na cidade e, principalmente, possuem grande capacidade de articulação e produção. Desenvolvido na disciplina de Trabalho Final de Graduação I (TFG) pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo em 2009/2, o projeto arquitetônico aqui apresentado busca sanar as questões antes mostradas levando em consideração a grande importância que a parcela mais desfavorecida da população tem na vida da cidade, além da influência que a preservação histórica tem no entendimento das pessoas sobre o espaço urbano. O projeto se caracteriza pela implantação de um Centro de Apoio para Pessoas em Situação de Rua no complexo arquitetônico Silo/Moinho e no edifício da Antiga Cooperativa, localizados na Avenida Sete de Setembro no cruzamento com a Avenida Presidente Vargas, região central de Passo Fundo. Através de análises da cidade e sua história, e da área de intervenção, o projeto foi desenvolvido buscando a inserção social de pessoas em situação de rua, juntamente com a conscientização histórica, ou seja, da mesma maneira que a ferrovia, antigamente, proporcionou o desenvolvimento de Passo Fundo, agora, o Centro, localizado no mesmo local, segue o mesmo objetivo: o desenvolvimento social, permitindo a todos os cidadãos serem protagonistas da vida na cidade. O Centro será gerenciado por ONG'S e ações de apoio social além do albergue que terá assistência da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, tendo uma abrangência municipal, podendo, eventualmente, receber pessoas de municípios próximos. Além disso, acolherá todas as faixas etárias de ambos os sexos, funcionando 24hs, onde a permanência será de 3 dias, onde o indivíduo terá acesso a necessidades básicas como banho, atendimento médico, psicológico e até mesmo jurídico. A proposta é que o usuário tenha livre acesso a todos os setores do centro, participando das oficinas profissionalizantes, aulas teóricas de culinária, alfabetização etc., abrindo e facilitando o caminho para sua volta à sociedade. Além disso, o projeto terá espaços devidamente pensados para o envolvimento da população em geral em atividades realizadas no Centro, como forma de unir as diferentes classes tornando o lugar um conector, através da troca de experiências e aprendizado contribuindo para um verdadeiro desenvolvimento social.

Palavras-chave: Revitalização. Patrimônio cultural. Inserção social.

Justiça ambiental e direitos humanos: interconexões na atual sociedade de risco

Daniel Rubens Cenci
<danielr@unijui.edu.br>
Joice Graciele Nielsson
<joice.gn@gmail.com>
Autoria

Resumo: No paradigma da modernidade, preponderam as incertezas científicas, o medo, os riscos desconhecidos, em meio à complexidade social, à crise do Estado Nação, e à crise do paradigma positivista, que coloca em cheque a eficácia do direito como conjunto de normas capazes de regulamentar a problemática ambiental e garantir a eficácia dos direitos humanos em um contexto de injustiça ambiental. Tal paradigma acabará por levar ao colapso da natureza e, conseqüentemente, da própria humanidade, com seu modo de vida profundamente arraigado nos modos de produção capitalista. Os riscos sempre constituíram uma categoria inerente à sociedade, fruto de situações catastróficas, ou em função da dinâmica da própria natureza, mas os riscos atuais se diferenciam, uma vez que podem ser caracterizados como globais, invisíveis, imperceptíveis, decorrentes da modelo de produção industrial que gera danos irreversíveis. Os riscos assim, são induzidos, intensificados pela ação humana, de tal forma que, muito distante de levar à uma igualdade frente às suas conseqüências, caracteriza-se como um processo no qual a pobreza acaba por ser um fator de maior vulnerabilidade frente aos riscos futuros. Neste contexto da sociedade de risco, fruto da racionalidade moderna, cada ação ou omissão, toda decisão tomada pelo homem em sua relação com a natureza provoca novos riscos e coloca, cada vez mais, as populações carentes em uma situação de risco ambiental, configurando a injustiça ambiental e as enormes violações aos direitos humanos dela decorrentes. Frente a tal situação, buscou-se levantar alguns conceitos e reflexões que possibilitem uma melhor compreensão dos pressupostos básicos da intrincada relação do ser humano consigo mesmo, com o outro e, especialmente, com o meio ambiente no qual está imerso. Busca-se, dessa forma, encontrar elementos que possam levar à um novo diálogo intercultural e uma nova legitimação social de responsabilidade e solidariedade universal, capaz de possibilitar um caminho para uma relação equilibrada do ser humano com a natureza e com os seus pares, como pressuposto de preservação e desenvolvimento sustentável da vida, e de promoção da justiça ambiental e das garantias de bem estar humano.

Palavras-chave: Justiça ambiental. Sociedade de risco. Modernidade. Direitos humanos.

Assessoria jurídica popular universitária: teoria crítica dos direitos humanos a partir dos movimentos sociais

Lucas Machado Fagundes
<lucas-sul@hotmail.com>
Autoria

Resumo: O presente estudo trata a partir da leitura de autores críticos em relação à ciência do direito e as ciências sociais, da função social do estudante de direito frente ao “fascismo social” resultado da sociedade globalizada, fator de inquietação que conduz a pesquisa até as atividades de fortalecimento da democracia participativa através de uma teoria crítica dos direitos humanos, observada junto aos movimentos sociais. O trabalho formou-se a partir da análise bibliográfica de pesquisas em relação à temática da participação popular, teoria crítica dos direitos humanos e da experiência em projetos de extensão universitária denominada Assessoria Jurídica Popular Universitária, (AJPU) (objeto pesquisado). Neste texto, inicialmente, vamos analisar desde os fatores e efeitos nefastos dos processos de globalização até o seu modo de manifestação política através do direito. Ainda, destacamos como a ciência jurídica, desde os bancos de ensino do direito até mesmo as práticas retóricas dos tribunais legitimam e/ou pouco fazem para mudar esta situação e aproximar-se da realidade de luta política dos grupos sociais organizados. Assim, intentamos através da análise de experiências dos grupos de alunos em seus projetos de AJPU como os estágios vivência nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as atividades junto aos movimentos urbanos pela moradia, rádios comunitárias, tentam extrair ensinamentos que conduzam a uma teoria crítica dos direitos humanos, por via de consequência fortalecendo a participação popular. Tal tarefa de assessoramento é marcada por princípios e diretrizes que conduzem e fortalecem a participação dos populares em movimentos organizados pela reivindicação de seus direitos, assim a atuação de estudantes de direito em projetos de assessoria jurídica popular universitária, possibilita aos mesmos o contato com os movimentos populares e a partir daí criando espaços de resistência e enfrentamento junto estas camadas oprimidas pelo processo globalizante hegemônico; politizando seu conhecimento, humanizando sua personalidade e sua formação, permitindo a expansão do pensamento reflexivo e crítico em torno da temática dos direitos humanos e da participação popular, por consequência conduzindo ao desenvolvimento e amadurecimento da jovem democracia brasileira e a utilização dos direitos humanos como aparato de luta.

Palavras-chave: Assessoria. Direitos humanos. Popular. Participação.

A tradição do *sabath* como contribuição ao desenvolvimento humano

Joice Graciele Nielsson
<joice.gn@gmail.com>
Natanael Mücke
<natanaelmucke@terra.com.br>
Autoria

Resumo: Os modelos de desenvolvimento a partir da complexidade crescente alcançada pela divisão do trabalho são guiados de acordo com as necessidades e interesses individuais. E na maioria deles a alta iniquidade seria necessária para a obtenção dos efeitos de acumulação e impulso do crescimento. A abordagem aqui proposta traz algumas contribuições da tradição judaica-cristã para o desenvolvimento. O elo entre as tradições do passado e o comportamento do presente é a motivação humana. É o economista John Maynard Keynes quem melhor sintetiza esse comportamento humano ao dividir as necessidades humanas em duas classes: as necessidades que são absolutas (primeira ordem), ou seja, aquelas que sentimos sejam qual for a situação de nossos semelhantes, e as que são relativas, no sentido de que só as sentimos se sua satisfação nos eleva e faz-nos sentir superior a eles. Portanto, uma vez suprida as necessidades de primeira ordem, o desejo de superioridade e a vaidade são elementos importantes para explicar o que motiva o homem a continuar trabalhando. Salomão já dizia que “todo trabalho e toda destreza em obras provêm da inveja que o homem tem do seu próximo”. A história econômica tem mostrado que o movimento cíclico da economia, parece ter sempre existido. Um ciclo típico consiste num período de expansão econômica, seguido de uma recessão, de um período de depressão e um novo movimento ascendente ou de recuperação econômica. Ao passo que o movimento da economia é cíclico, ele também é concentrador. Em parte são as distorções do próprio movimento da economia que fazem com que a concentração seja possível. A concentração assume uma dinâmica quase autônoma, se não sofrer nenhuma reação contrária o movimento não retrocede. Este limite, ou força contrária ao movimento concentrador é dado pela crise. A proposta do descanso funciona como uma “válvula de escape”. A palavra “sábado” (*shabat* em hebraico) quer dizer “cessar o que se faz e se retornar ao que se fazia antes”. Preferimos usar a palavra descanso e não lazer como tem aparecido contemporaneamente porque a nossa sociedade, dita de consumo, não desconhece que o tempo livre é mais uma fronteira, sobre a qual se debruçam avidamente os comerciantes de diversões, de esporte ou de entretenimento, sem esquecer os industriais do turismo. Se os homens são movidos ao trabalho por dois tipos de necessidades e que uma delas é insaciável, o desafio que temos é incentivar o descanso a fim de restabelecer o equilíbrio. Tal desafio embora seja de todos, tem no exemplo e na determinação do Estado a principal garantia de que pode ser alcançado, pois quanto menos esse poder for inerente, mais dele deverá existir externamente. Temos que considerar que a concentração é fonte de poder ilegítimo e, que toda a desigualdade tem aí sua gênese. Portanto, precisamos tratar do novo, da transformação, evocando conceitos como o associativismo, a cooperação, economia solidária, a redução de jornada para chegar ao ideal de Marx: “de cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com as suas necessidades”.

Palavras-chave: Acumulação constante. Crise. Desenvolvimento humano.

Capital social e direitos humanos

Neri Pies
<neripies@gmail.com>
Autoria

Resumo: O presente artigo faz uma abordagem sobre a temática “Capital social e direitos humanos”. O conceito capital social aparece como algo inovador, capaz de gerar novas relações sociais e econômicas, baseado na cooperação recíproca, solidária, coletiva. A compreensão de capital social expressa significa e aponta relações sociais “institucionalizadas” na forma de normas ou redes sociais. Estas relações sociais são institucionalizadas porque representam acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais, como resultado da ação de sujeitos sociais inseridos no seio da sociedade civil. Na medida em que as redes de relações se fortalecem, criam-se as bases para fomentar o desenvolvimento e proporcionar, conseqüentemente, uma vida com mais qualidade a todos, onde os direitos humanos estejam em primeiro lugar.

Palavras-chave: Capital social. Direitos humanos.

A relação como efetivação dos direitos humanos

Sandro Adams
<sandroadams@gmail.com>
Autoria

Resumo: Os direitos humanos são temas emergentes da situação contemporânea. Eles nascem do conflito da necessidade de se justificar como ser humano. A não justificação implica a exclusão socioeconômica que, em certas instâncias, tange a biológica. A dignidade assume, neste sentido, o papel de fundamentar o humano diferente do humano padrão-padronizado. Entretanto, os espaços de discussão são suprassumidos por argumentos de persuasão do mercado. Não estamos aptos e dispostos a propor debates sobre quem é humano. Os direitos constitucionais tornam-se a enverga sustentadora da ordem progressista e inclusiva dos que podem ser incluídos. A tarefa de questionar o mundo pré-estabelecido e existente é comparada a loucura metafísica da tradição filosófica que especula sobre o supra-real do real. Esta é uma posição comum neste debate. Afirmamos o contrário. A dignidade não nasce com o humano: ela é o ser humano. Questionamos: por que não reconhecemos humanos como humanos? Ao problema do reconhecimento agregamos o problema da opinião pessoal e pública. É aqui que situamos a efetivação desta problemática não como função legisladora, mas na relação de humanos como idênticos e diferentes. Não é a lei que me afirma como humano. É o diálogo, enquanto comunicação intersubjetiva, que nos garante nossa humanidade. A condição humana é, portanto, ter e ser reconhecido, na relação interpessoal, a dignidade. Afinal, quem é humano? Para além das definições estáticas e dogmáticas, propomos uma alternativa que abre inúmeras possibilidades: aqueles que se relacionam. Ante o nosso estranhamento diante do mundo, do outro humano e de nós mesmos, a relação dialógica é a marca existencial de nossa finitude e liberdade. Liberdade de ser o que se é naquilo que podemos ser. Enfim, neste texto buscamos explicitar uma parte da problemática fundamental dos direitos humanos, questionando o do por que discutir sobre o ser humano. Abordamos a delimitação atual, a complexidade e a insuficiência deste tema. Situamos o contexto e a situação contemporânea a partir da proposta habermasiana e dusseliana. Especificamos a prática e a não função, mas propomos a relação, enquanto momento de comunicação, indignação e ação, como marca fundante dos direitos humanos.

Palavras-chave: Dignidade. Direitos humanos. Efetivação. Relação. Ser humano.

Projeto Mutirão pela Inclusão Digital: um espaço para refletir sobre inclusão social e cidadania

Suelen Oliveira de Souza
<su_elen_souza@hotmail.com>
Autoria

Tamiris Tomasi Malacarne
Co-autoria

Resumo: A presente pesquisa desenvolveu um estudo sobre o Projeto Mutirão pela Inclusão Digital visando perceber quais as possíveis contribuições deste aos usuários da política de assistência social em seu processo de Inclusão Social. A pesquisa é de extrema relevância porque por meio dela foi possível avaliar a eficácia dos objetivos propostos pelo projeto neste cinco anos de desenvolvimento, bem como verificar em que medida os mesmos foram concretizados, possibilitando ainda repensar a proposta e as atividades deste projeto social. Enfatiza-se a importância desta, pois é pioneira no projeto Mutirão pela Inclusão Digital na área das Ciências Exatas, curso de Ciência da Computação, da Universidade de Passo Fundo. A pesquisa representou um grande desafio e a busca de aprofundamento teórico do conceito de inclusão social em uma perspectiva de inclusão digital, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, já que existem poucos estudos e publicações disponíveis. A metodologia foi elaborada com base no método dialético, sendo a pesquisa de caráter exploratório com utilização de método qualitativo e dados quantitativos. Para realizar tal estudo foram utilizadas as seguintes técnicas e instrumentos: análise documental de artigos, relatórios, projetos anteriores, a observação participante nas oficinas de informática e cidadania do projeto, entrevista semi-estruturada, utilizada para entrevistar os coordenadores do projeto Mutirão pela Inclusão Digital ao longo dos cinco anos de implementação, questionário com questões abertas e fechadas que foi enviado via e-mail aos alunos que frequentaram e/ou frequentam as oficinas do projeto e a entrevista estruturada realizada com os alunos que retornaram aos e-mails. A coleta dos dados foi realizado, no entanto seus dados ainda encontram-se em etapa de análise, assim pode-se apresentar resultados parciais. A análise documental permitiu conhecer como as ações desenvolvidas pelo Mutirão pela Inclusão Digital buscam contribuir para no processo de inclusão social dos usuários da política de assistência social. Ainda foi possível apontar que o estudo possibilita a ampliação do entendimento do conceito de inclusão social, bem como a criação de indicadores sociais para acompanhamento e avaliação do referido projeto. A análise documental contribuiu para o resgate histórico do Projeto, bem como no conhecimento das atividades que foram desenvolvidas desde sua implementação.

Por uma construção legítima e efetiva de participação popular: análise dos mecanismos abarcados pela Constituição Brasileira de 1988

Thiago Ribeiro Rafagnin
Autoria

Aline Iribarrem
Ariane Dias
Bruna Alt
Carolina Braga
Manuela Silva Costa
Co-autoria

Resumo: O presente estudo se propõe a debater a questão da Participação Popular no âmbito de crise do Estado Democrático de Direito, dentro do contexto de globalização, exclusão social e mínimo exercício da cidadania, levando em consideração a lógica perversas da arena política e dos espaços públicos. A discussão permeia desde o contexto histórico, social, político e considerando as posições. Assim como, analisar os mecanismos de participação inseridos no texto constitucional, tanto quanto os meios para sua efetivação. Analisando a Participação Popular como único meio de governar legitimamente os Estados Modernos. Dessa forma, após debater tais questões pontuamos algumas propostas referentes à superação de tais limites, destacando a participação dos agentes da sociedade civil no Estado.

Palavras-chave: Participação popular. Movimentos sociais. Mecanismos de participação. Exercício da cidadania. Constituição.

PROGRAMAÇÃO

12/04 – Segunda Feira

19:30 – Sessão Solene de Abertura – Presença de Autoridades e Lideranças Sociais
Entrega do Prêmio Passo Fundo de Direitos Humanos

20:30 – Conferência Magna

Tema: Direitos Humanos e Desenvolvimento: desafios da política nacional de direitos humanos (PNDH-3)

Conferencista: Paulo de Tarso Vannuchi (Ministro Chefe SEDH/PR)

22:00 – Encerramento das atividades do Dia

13/04 – Terça Feira

08:00 às 12:00 – Minicursos e Oficinas

1. Violência e desrespeito aos direitos humanos no Brasil: uma perspectiva histórica – PPG História/UPF

Local: IFCH/UPF – Campus São José

2. Oficina de dinâmica de construção em grupo sobre direitos humanos – SEDEC/ PMPF

Local: SEDEC

3. Direitos Humanos: Políticas Públicas de Acessibilidade – FAED/UPF

Local: FAED/UPF – Campus São José – Sala 205

14:00 às 17:00 – Comunicações (Centro de Eventos Notre Dame)

Direitos humanos e hermenêutica: a solidariedade como pressuposto básico

Direitos humanos, alteridade e desenvolvimento na era do descartável

A relação como efetivação dos direitos humanos

Contribuições da teoria habermasiana do agir comunicativo aos direitos humanos

A importância do diálogo

Agricultura familiar e o direito humano ao desenvolvimento

Capital social e direitos humanos

19:00 – Atividade Cultural

19:30 – Painel 1: Comunicação, Desenvolvimento e Direitos Humanos

Painelistas: Laurindo Leal Filho (ECA/USP) e Beatriz Barboza (Intervozes)

22:00 – Encerramento das atividades do Dia

14/04 – Quarta Feira

08:00 às 12:00 – Minicursos e Oficinas

1. Direitos humanos e desenvolvimento x discriminação e contexto de vulnerabilidade – ACEMUN e IFIBE

Local: IFIBE – Sala 02 (Rua Senador Pinheiro, 340 – Santa Teresinha)

2. Estratégias e metodologias para a Educação em Direitos Humanos – IFIBE, FAED/UPF e CDHPF

Local: FAED/UPF – Campus São José – Sala 205

14/04 – Quarta Feira – Continuação

3. Oficina de acessibilidade e inclusão – UPF/Serviço Social e Arquitetura

Local: FEAR/UPF – Campus São José – Prédio G1

4. Oficina autopeioise e bioantropoética: alianças para pensar a ética da vida – CDHPF/MNDH-RS

Local: IFIBE – Sala 01 (Rua Senador Pinheiro, 340 – Santa Teresinha)

5. Oficina de papel reciclado – FAC/UPF

Local: FAC/UPF – Campus São José – Sala 112

6. A justiça e a polis – IMED

Local: IMED – Auditório (Rua Senador Pinheiro, 304 – Santa Teresinha)

14:00 às 17:00 – Comunicações (Centro de Eventos Notre Dame)

19:00 – Atividade Cultural

19:30 – Painel 2: Justiça Socioambiental, Desenvolvimento e Direitos Humanos

Painelistas: Renata Fortes (Jus Brasil) e Carlos César D’Elia (PGE-RS)

22:00 – Encerramento das Atividades do Dia

15/04 – Quinta Feira

08:00 às 12:00 – Minicursos e Oficinas

1. Sujeitos? De direitos? – UPF/Serviço Social e UBM

Local: FAED/UPF – Campus São José – Sala 205

2. Liberdade, igualdade e fraternidade na construção dos direitos Humanos – IFIBE

Local: IFIBE – Sala 01 (Rua Senador Pinheiro, 340 – Santa Teresinha)

14:00 às 17:00 – Comunicações (Centro de Eventos Notre Dame)

Projeto de acolhimento pessoas e famílias no desemprego e o não trabalho em Passo Fundo

Direito à saúde: paradoxos e perspectivas a partir da produção de alimentos no meio rural

Patrimônio e ressocialização

Informação e capacitação aos agentes sociais envolvidos no Programa Bolsa Família
Pluralismo religioso, multiculturalismo e direitos humanos

Acompanhamento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do Município de Chapada

Inclusão digital na terceira idade: construindo significados

19:00 – Atividade Cultural

19:30 – Painel 3: Direitos Sociais, Desenvolvimento e Direitos Humanos

Painelistas: Humberto Jacques (PGR-MPF-RS) e Ioshiaqui Shimbo (UFSCar)

22:00 – Encerramento das Atividades do Dia

16/04 – Sexta Feira

08:00 às 12:00 – Minicursos e Oficinas

1. Direitos humanos e desenvolvimento: proposições históricas e equilíbrio – IFSul

Local: IFSUL – Estrada Perimetral Leste, 150

2. Bartolomé de Las Casas e os direitos humanos – IFIBE

Local: IFIBE – Sala 01 (Rua Senador Pinheiro, 340 – Santa Teresinha)

16/04 – Sexta Feira - Continuação

3. Sustentabilidade: Papel da Universidade em projetos e ações que promovam o desenvolvimento sustentável – FEAR/UPF

Local: Faculdade de Engenharia e Arquitetura/UPF – Campus São José

14:00 às 17:30 – Comunicações (Centro de Eventos Notre Dame)

Por uma construção legítima e efetiva de participação popular: Constituição Federal de 1988

Projeto de Intervenção: capacitando os conselheiros municipais de assistência social de Ronda Alta

Conferências Municipais de Assistência Social: canais de participação?

Direito à cidade: o desafio de viabilizar a participação popular em Passo Fundo

Democracia, participação e direitos humanos

Participação da mulher na sociedade: crítica de Beauvoir a Rousseau

Direito à saúde: da ineficácia normativa ao abandono do cidadão

19:00 – Atividade Cultural

19:30 – Painel 4: Participação, Desenvolvimento e Direitos Humanos

Painelistas: Giuseppe Tosi (UFPB) e Jaques Alfonsín (Acesso)

22:00 – Encerramento do Colóquio

Promoção



Co-promoção



Apoio



Prefeitura Municipal
de Passo Fundo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Secretaria da Reforma do Judiciário
Ministério da Justiça





ifibe
editora
FILOSOFIA BERTHIER